



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

GESTÃO DO TERRITÓRIO, LUGAR E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA
USINA TERMELÉTRICA PORTO DO ITAQUI EM SÃO LUÍS, MA

Fernanda Cunha de Carvalho

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lúcia Cony Faria Cidade

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: Dezembro/ 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

GESTÃO DO TERRITÓRIO, LUGAR E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA
USINA TERMELÉTRICA PORTO DO ITAQUI EM SÃO LUÍS, MA

Fernanda Cunha de Carvalho

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Lúcia Cony Faria Cidade, Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ignez Costa Barbosa Ferreira, Universidade de Brasília
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Universidade Federal do Maranhão
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 16 de Dezembro de 2011.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 995650.

C331g Carvalho, Fernanda Cunha de.
Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais
: o caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em
São Luís, MA / Fernanda Cunha de Carvalho. -- 2011.
xiii, 121 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, 2011.

Inclui bibliografia.

Orientação: Lúcia Cony Faria Cidade.

1. Geografia política. 2. Gestão ambiental. 3. Usinas
termelétricas - São Luis (MA). I. Cidade, Lúcia Cony
Faria. II. Título.

CDU 911.3:32

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Fernanda Cunha de Carvalho

À vida: meu Deus
Àqueles que são o espelho do meu viver, meu país: Raimunda e Carvalho
Aos meus amados irmãos: Daniel e Karlla
Ao presente em nossas vidas, meu sobrinho: Yan Carlos
Aos meus amigos, sempre essenciais, por muitos momentos de alegria e descontração.

Agradecimentos

À minha família, aos quais dediquei pelo apoio emocional, mas aos quais agradeço por me acompanharem aos locais e ao campo de pesquisa, por todas as vezes que necessitei, fazendo-se motoristas, fotógrafos, redatores, dentre tantas outras funções que lhes foram atribuídas.

À UFMA (Universidade Federal do Maranhão), lugar em que me tornei uma geógrafa e que me permitiu enxergar a verdadeira carência na educação maranhense, fortalecendo minha vontade de buscar conhecimentos para depois socializá-los em nosso estado.

Ao GEDMMA/ UFMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente), que se tornou minha família acadêmica e que, através de sua soma de estudos, possibilita que nosso trabalho seja realizado em conjunto, facilitando a árdua, porém prazerosa, tarefa da pesquisa. Ressalto, ainda, que o presente trabalho se faz também enquadrado em uma pesquisa maior, realizada por este grupo de estudos, denominada “Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão”, que tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), instituição a qual também estendo meus agradecimentos.

À minhas amigas (companheiras de moradia) Nataly Hidalgo Aranzamendi, responsável por me ajudar com o abstract, Luciana Morais e Amanda Gonçalves. A convivência com elas possibilitou que eu obtivesse uma variedade de conhecimentos de outras áreas da ciência e tentasse fazer correlações com a ciência geográfica.

Ao professor doutor Horácio Antunes Sant’Ana Júnior, grande intelectual, que está permanentemente disposto a fornecer ajuda e que tem sido essencial para meu crescimento enquanto pesquisadora.

À UnB (Universidade de Brasília), na figura de todos os professores, por repartirem seus conhecimentos, enriquecendo as possibilidades das minhas análises geográficas.

Aos companheiros da turma do mestrado ingressante em 2010, por amplas discussões em sala de aula e nos corredores da Universidade. Dentre os quais destaco: Virgílio Tomas, Isabel Hipólito, Danilo Maia, Karina Marques e Jimmy Hernandes.

Aos alunos das turmas que fui monitora e estagiária, com os quais tive a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre a docência no ensino superior.

Às professoras doutoras, que participaram do meu exame de qualificação, Ignez Barbosa, Glória Vargas e Marília Peluso, por oferecerem contribuições bastante significativas para a continuidade da pesquisa.

Ao Departamento de Geografia e à Secretaria do Programa de Pós-Graduação, na figura do Jorge, do Alisson e da Simoní, sempre dispostos a me ajudar a passar por toda burocracia que nos é imposta.

À professora doutora Lúcia Cony Faria Cidade, que me orientou nesse mestrado, com um carinho particularmente especial, pelo auxílio constante na produção dessa pesquisa e por me ensinar sua forma de trabalho, sempre com um jeito muito doce que lhe é particular.

Ao DPP/UnB (Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação), por oferecer auxílio financeiro para ida em eventos, bem como para a pesquisa em campo.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de mestrado a mim fornecida, o que tornou possível minha moradia em Brasília e realização do referido mestrado.

Por fim, e logicamente não menos importante, meu especial agradecimento às comunidades foco da pesquisa, na figura do senhor Zacarias Passos (presidente da Associação de Moradores do Residencial Nova Canaã) e da senhora Maria Ramos (presidente da Associação de Moradores de Camboa dos Frades), por responderem meus questionamentos e permitirem minha entrada na comunidade, possibilitando conversas com outros moradores.

Resumo

A conexão entre gestão do território, lugar e conflitos ambientais é trabalhada intencionando demonstrar que não é equivalentemente expressa por uma simples ligação causa-efeito, mas que se dá de forma relacional. A gestão do território demonstra que o Estado é o agente que tem domínio nas relações espaciais-territoriais, assumindo posições estratégicas e executando interesses dos agentes dominantes. A concepção de lugar, enquanto plano do vivido, reforça nos agentes diretamente afetados pelas ações dos representantes da hegemonia, os processos de luta pela cidadania e resistência. Nessa perspectiva, apresentando racionalidades e interesses divergentes, são ocasionados processos conflitivos, atualmente fortemente relacionados às questões ambientais, os chamados conflitos socioambientais. As ações políticas que ocorrem demandadas por uma escala global e/ou nacional apresentam seus reflexos nas escalas menores, sendo exatamente nesse contexto que a Amazônia Legal brasileira e a capital maranhense, São Luís (enquanto integrante desta), situando-se em relativa proximidade a importantes fontes de matérias primas minerais e apresentando características naturais propícias para a localização de extensas instalações portuárias, sofre tais reflexos, sendo considerada um alvo para receber grandes projetos, fornecendo logística comercial para atender o mercado externo. Então, desde a fase conhecida como desenvolvimentista, tem sido instalados grandes projetos que têm ocasionado significativas alterações ao meio. Assim, na fase atual (reconhecida como logística), a intenção do governo em associação com o capital nacional e internacional, de localizar novos empreendimentos na cidade, deu frente à instalação de uma usina termelétrica com grande proximidade ao Porto do Itaqui (a UTE Porto do Itaqui), o que suscitou reações sociais com intenso caráter ambiental, envolvendo, sobretudo, as comunidades diretamente atingidas, que se unem para lutar pela garantia de seus direitos.

Palavras-chave: gestão do território; lugar; conflitos socioambientais; Usina Termelétrica Porto do Itaqui.

Abstract

The connection between territorial management, location and environmental conflicts is addressed not by a simple cause-effect phenomenon but with a relational approach. Territorial management shows that the Government is the main agent that dominates the relationship between territory and space, assuming strategic position and executing the interests of the dominant agents. The conception of location reinforces the strength of agents that are directly affected by the actions of the hegemonic representatives, these being mainly the struggle processes for citizenship and resistance. With this perspective and in the presence of rationalizations and divergent interests, many conflicting processes appear, often related with environmental issues and currently refereed as socio-environmental conflicts. The political actions, products of global or national demands, are generally reflected in a minor scale, here is shown an example of this situation within the Brazilian Amazon, the capital of Maranhon State: São Luis. The city is located in a key position and it is an important source of prime minerals that is surrounded extensively by port installations, offering excellent opportunities to sustain logistics for the demands of the international market. Furthermore, since the age known such as developmentalist, there have been installed several big projects altering the environment significantly. So, nowadays while in the logistical phase, the government intention is to locate new enterprises within the city, this mostly funded by national and international sources, is resulting in the installation of a thermoelectric plant very proximal to the Porto de Itaqui. This initiative has generated a lot of social reactions with an intense environmental character, mostly involving the surrounding communities that are reunited to fight for their rights.

Keywords: territorial management, location, socio-environmental conflicts, thermoelectric plant Porto do Itaqui.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1.1 | ASPECTOS GERAIS..... | 1 |
| 1.2 | CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA..... | 7 |
| 1.3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS..... | 11 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 15 |
| 2.1 | GESTÃO DO TERRITÓRIO: DISPUTAS DE PODER E GERAÇÃO DE CONFLITOS..... | 15 |
| 2.1.1 | Gestão do território: prática das relações de poder..... | 15 |
| 2.1.2 | Território e identidade: sentido de pertencimento..... | 17 |
| 2.2 | LUGAR: A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADANIA E DA RESISTÊNCIA..... | 20 |
| 2.2.1 | O lugar no processo de globalização..... | 20 |
| 2.2.2 | Lugar: o espaço do plano vivido..... | 23 |
| 2.3 | CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM DESAFIO CADA VEZ MAIS FREQUENTE..... | 26 |
| 2.3.1 | Conflitos socioambientais: possibilidade de um diálogo entre as ciências..... | 26 |
| 2.3.2 | Conceituação, relações e formas..... | 28 |
| 2.3.3 | Os agentes e suas posições e as formas de análise de um conflito..... | 31 |
| 3 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FASE DESENVOLVIMENTISTA..... | 35 |
| 3.1 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NA FASE DESENVOLVIMENTISTA..... | 38 |
| 3.1.1 | Contexto histórico e socioeconômico na Amazônia..... | 38 |
| 3.1.2 | Ações de gestão do território na Amazônia..... | 39 |
| 3.1.3 | Resultados das ações na Amazônia..... | 41 |
| 3.2 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS NA FASE DESENVOLVIMENTISTA..... | 43 |
| 3.2.1 | Contexto histórico e socioeconômico em São Luís..... | 43 |
| 3.2.2 | Ações de gestão do território em São Luís..... | 44 |
| 3.2.3 | Resultados das ações em São Luís..... | 47 |
| 4 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FASE NEOLIBERAL..... | 50 |
| 4.1 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NA FASE NEOLIBERAL..... | 51 |
| 4.1.1 | Contexto histórico e socioeconômico na Amazônia..... | 51 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4.1.2 | Ações de gestão do território na Amazônia..... | 52 |
| 4.1.3 | Resultados das ações na Amazônia..... | 54 |
| 4.2 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS NA FASE NEOLIBERAL..... | 55 |
| 4.2.1 | Contexto histórico e socioeconômico em São Luís..... | 55 |
| 4.2.2 | Ações de gestão do território em São Luís..... | 57 |
| 4.2.3 | Resultados das ações em São Luís..... | 58 |
| 5 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FASE LOGÍSTICA..... | 60 |
| 5.1 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NA FASE LOGÍSTICA..... | 62 |
| 5.1.1 | Contexto histórico e socioeconômico na Amazônia..... | 62 |
| 5.1.2 | Ações de gestão do território na Amazônia..... | 63 |
| 5.1.3 | Resultados das ações na Amazônia..... | 64 |
| 5.2 | GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS NA FASE LOGÍSTICA: A IMPLANTAÇÃO DA UTE PORTO DO ITAQUI..... | 65 |
| 5.2.1 | Contexto histórico e socioeconômico em São Luís..... | 65 |
| 5.2.2 | Ações de gestão do território em São Luís..... | 76 |
| 5.2.3 | Resultados das ações sobre o ambiente e a sociedade em São Luís..... | 80 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 105 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 110 |
| | ANEXOS..... | 118 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01: Localização do Distrito Industrial de São Luís (MA) em relação à Ilha do Maranhão..... | 46 |
| Figura 02: O Maranhão no PAC – Infraestrutura energética..... | 67 |
| Figura 03: Localização da UTE Porto do Itaqui..... | 68 |
| Figura 04: Canteiro de obras da UTE..... | 69 |
| Figura 05: Prédio da turbina e caldeira da UTE..... | 70 |
| Figura 06: Silo de cinzas da UTE..... | 70 |
| Figura 07: Recebimento de carvão da UTE..... | 70 |
| Figura 08: Torre de resfriamento da UTE..... | 70 |
| Figura 09: Correia transportadora da UTE..... | 70 |
| Figura 10: Localização da Comunidade Vila Madureira em relação à instalação da Termelétrica..... | 71 |
| Figura 11: Maré que separava o povoado Vila Madureira do povoado Camboa dos Frades..... | 73 |
| Figura 12: Zoneamento do Distrito Industrial de São Luís..... | 77 |
| Figura 13: Mapa de uso e ocupação do solo do Distrito Industrial de São Luís – MA..... | 81 |
| Figura 14: Organograma caracterizando a ordem mundial sobre a ordem local..... | 87 |
| Figura 15: Entrada do Residencial Nova Canaã..... | 89 |
| Figura 16: Casa com aviso de venda em Nova Canaã..... | 89 |
| Figura 17: Polo Nova Canaã – Telado..... | 91 |
| Figura 18: Polo Nova Canaã – Mudas..... | 91 |
| Figura 19: Polo Nova Canaã – Biofertilizantes..... | 91 |
| Figura 20: Polo Nova Canaã – Tanque..... | 91 |
| Figura 21: Polo Nova Canaã – Bomba de Irrigação..... | 91 |
| Figura 22: Polo Nova Canaã – Escritório..... | 91 |
| Figura 23: Fábrica de piche expelindo fumaça (localizada atrás do Residencial Nova Canaã)..... | 93 |
| Figura 24: UTE Porto do Itaqui, vista da entrada de acesso a comunidade Camboa dos Frades..... | 94 |
| Figura 25: Nova Camboa..... | 98 |
| Figura 26: Construção de casa em Nova Camboa..... | 98 |
| Figura 27: Interações entre os elementos do conflito de Camboa dos Frades..... | 101 |
| Figura 28: Documento expedido pela Secretaria de Estado que notifica a presidente da associação de moradores da Camboa dos Frades..... | 103 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|--|----|
| Quadro 01: | Elementos da ordem global e da ordem local..... | 22 |
| Quadro 02: | Elementos de um conflito..... | 33 |
| Quadro 03: | Grandes projetos produtivos na Amazônia..... | 41 |
| Quadro 04: | Síntese do processo de disputa territorial na Zona Rural II de São Luís..... | 83 |
| Quadro 05: | Elementos do conflito de Camboa dos Frades..... | 97 |

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANTAPAMA - Associação dos Povos Indígenas do Pará e Maranhão
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros
COHAMA - Cooperativa Habitacional do Maranhão
COHATRAC - Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores no Comércio de São Luís
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DISAL – Distrito Industrial de São Luís
DSG – Diretoria de Serviço Geográfico
EFC – Estrada de Ferro Carajás
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária
ENIDS – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FAO - Fórum Amazônico Oriental
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar
GEDMMA – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
LBA - Large Scale Biospheres Atmosphere Experiment on the Amazon
LI – Licença de Instalação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDTX - Movimento pela Defesa da Transamazônica e do Xingu
ONG – Organização Não-Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAS – Programa Amazônia Sustentável
PDA – Plano de Desenvolvimento Amazônico
PD/A - Subprograma Projetos Demonstrativos
PDEE – Plano Decenal de Expansão de Energia
PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PEC – Política Energética Comum
PGC – Programa Grande Carajás
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Programa de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE – Plano Nacional de Energia

PNS - Projeto Negócios Sustentáveis
POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
PPA – Plano Plurianual
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção da Floresta Tropical Amazônica
PROBEM - Programa Brasileiro de Ecologia Molecular e Biodiversidade Amazônica
PROMANEJO - Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PROTEGER - Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia
PROVÁRZEA - Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
RAS – Relatório Ambiental Simplificado
RESEX – Reserva Extrativista
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SLOT – Sistema Local Territorial
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TI – Terras Indígenas
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UTE – Usina Termelétrica
VTE – Vetor Técnico-Ecológico
ZFM – Zona Franca de Manaus
ZPE - Zonas de Processamento de Exportação

1 INTRODUÇÃO

“As tensões agora reveladas pelo território resultam de um conjunto de forças estruturais agindo nos lugares. Daí a desordem geral que se instala, como uma vingança do território, contra a perversidade do seu uso”.
(Milton Santos)

1.1 ASPECTOS GERAIS

No contexto de uma lógica global, o Brasil se faz marcado, historicamente, por desigual distribuição econômica, exclusão social, tensões e disputas por territórios. Na origem desses problemas estão processos econômicos e sociais e políticas de desenvolvimento que não se perpetuaram com equidade em seus espaços. A Amazônia Legal brasileira foi e continua sendo atingida fortemente por tais políticas, por meio de ações voltadas ao desenvolvimento do padrão econômico dominante, seguidas de imediatas reações de grupos sociais locais que demonstram resistência sobre as externalidades negativas¹.

São Luís, capital maranhense e integrante da Amazônia Legal, situa-se em relativa proximidade a importantes fontes de matérias primas minerais e apresenta características naturais, como áreas para a localização de extensas instalações portuárias, que a fizeram uma cidade “propícia” para receber grandes projetos, fornecendo logística comercial para atender ao mercado externo. A intenção do governo, em associação com o capital nacional e internacional, de localizar novos empreendimentos no município, como uma termelétrica com grande proximidade ao porto do Itaqui, suscitou reações sociais com intenso caráter ambiental.

A questão energética, seu papel no equipamento do território e seus impactos têm se revelado de interesse histórico, adquirindo expressão em diferentes países. Nesse contexto, a energia tem se feito cada vez mais necessária à vida dos homens, garantindo, além de meios de sobrevivência, formas para a manutenção de desejos e necessidades criadas, podendo ser observadas mundialmente as diversas maneiras de exploração energética e suas consequências sobre o meio.

¹ Considera-se externalidade quando: “as ações de alguns agentes interferem no bem-estar dos demais, sem que haja a devida incorporação dos benefícios ou custos criados por parte dos responsáveis por essas ações. No primeiro caso, a externalidade é dita positiva e no segundo, é negativa”. (KNIGHT; YOUNG, 2006, p.3).

A exploração de energia renovável abrange a hidroelétrica, a solar, a eólica, a de biocombustíveis e de biomassa, a das ondas e a geotérmica. Ambientalmente, essas fontes de energia apresentam uma série de vantagens “por não conterem impurezas de enxofre e não contribuírem para a poluição do ar das grandes cidades e chuva ácida, [...] não contribuem para aumentar a concentração de dióxido de carbono, [...] não contribuem para o aquecimento da Terra” (GOLDEMBERG, 1998, p.13). Entretanto, é necessário que se tenha cuidado com casos pontuais, como a possibilidade do aumento de queimadas e desmatamentos, para o plantio de determinadas culturas; a perda de biodiversidade e alagamentos, voltados à produção de energia hidroelétrica; bem como a promoção de deslocamento de contingente populacional, relacionado à produção das diversas fontes de energia.

A exploração de energia não renovável abrange a utilização de combustíveis fósseis, sobretudo do petróleo, do gás natural e do carvão, bem como a energia nuclear. Além de serem fontes com reservas limitadas, não são favoráveis ambientalmente já que liberam grande contingente de gases, como o dióxido de carbono e o metano, sendo considerada “a principal causa do chamado ‘efeito estufa’ na Terra” (KOZIOSKI; CIOCCA, 2000, 739).

Um dos aspectos particulares da energia não renovável é o caso das termelétricas movidas a carvão mineral. Todo seu processo apresenta uma série de alterações ocasionadas ao ambiente, desde a construção da usina até sua desativação. Sua operação causa sérios impactos negativos, indo da sua fase de mineração até sua fase de queima, em que são liberados materiais particulados e gases poluentes (como o dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio) que, além de prejudiciais à saúde humana, são os principais responsáveis pela formação da chamada chuva ácida, provocando a acidificação do solo e da água e alterações na biodiversidade; também ocasionando a corrosão de estruturas metálicas. “Estimativas apontam que o carvão é responsável por entre 30% e 35% do total de emissões de CO₂, principal agente do efeito estufa” (ANEEL, 2008, p. 140).

Além de pressões diretas sobre o meio, estudos sugerem que a intensificação da exploração energética estaria contribuindo para as mudanças climáticas. Nesse contexto, dificuldades são listadas por alguns países para uma adequação às exigências ambientais, cada vez maiores no contexto global. Como exemplo pode ser citado o caso dos Estados Unidos, que por possuírem uma matriz energética dependente de combustíveis fósseis ou da energia nuclear, com grande parte da energia produzida por termelétricas movidas a carvão, constantemente tentam se ausentar de responsabilidades que os levem a alterar suas fontes de energia.

Todavia, vários países têm buscado diversificar sua matriz energética, “na Dinamarca, por exemplo, 26% da energia elétrica já são produzidas por turbinas eólicas, na Alemanha e na Holanda, 4%, e na Espanha, 3%. Na maioria dos países europeus a energia eólica cresce a taxas muito altas desde 1998” (VIOLA, 2002, p. 42). Assim, há uma grande tendência dos países, sobretudo dos reconhecidos como desenvolvidos, em ir abandonando formas de produzir energia que são vistas como fortemente agressivas ao ambiente.

Entretanto, a pressão (cada vez maior) que o capitalismo exerce sobre os mercados que se fazem competitivos, gera um aumento de demanda do consumo energético e acaba por relegar aos Estados Nacionais que adotem estratégias para que o lugar se faça enquadrado no sistema que domina a “ordem” global. No contexto da reestruturação produtiva, a integração continental tem sido buscada como forma de assegurar mercados e aumentar a lucratividade das economias. Nesse quadro, a infraestrutura representa um apoio essencial para o funcionamento de atividades produtivas e para o estabelecimento de redes e fluxos de bens e serviços.

Na América do Sul, uma grande política de integração é o IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). A iniciativa tem como objetivo desenvolver e integrar as infraestruturas de transporte, energia e telecomunicações, pensando na ligação das zonas portadoras de recursos naturais, às grandes cidades e aos principais mercados do mundo. A expressão territorial da política se desdobra em diferentes eixos que abrangem parte significativa do continente.

Um dos aspectos da integração territorial continental são os grandes projetos de desenvolvimento voltados para a infraestrutura energética. Os investimentos voltam-se não apenas para suprir as necessidades internas, mas para apoiar a inserção internacional de atividades econômicas localizadas em seu território. Nesse sentido, “o setor energético desponta como sendo de grande oportunidade para que os países sul-americanos possam convergir ações e esforços com o objetivo de instituírem uma Política Energética Comum (PEC), que se torne o principal eixo da integração regional” (ANDRADE, 2009, p. 156).

O capitalismo contemporâneo atua na modificação territorial adaptando o espaço para a flexibilização do capital, bem como para a apropriação dos recursos naturais territorializados, convertendo a variabilidade local em vantagem econômica. Nesse sentido cria-se uma uniformização da estrutura funcional que nada ou pouco considera aspectos locais já existentes, ou seja, a padronização do espaço econômico global tende a desprezar os localismos, embora não consiga que eles sejam anulados.

Estudos sobre a localização de grandes projetos de infraestrutura energética mostram que, particularmente em países em desenvolvimento, os governos buscam equipar o território para atrair atividades produtivas. Capazes de obter elevada lucratividade, essas atividades também trariam benefícios para o desenvolvimento local. Na prática, enquanto parcela expressiva dos ganhos em geral dirige-se para grupos sociais de áreas hegemônicas do país ou do exterior, em inúmeros casos, os efeitos sociais e ambientais negativos atingem principalmente populações pobres, “os pobres pagam o preço pelo consumismo dos ricos” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 23-24).

No caso do Brasil, a relação não parece ser diferente. A tentativa de equipar o território para atrair atividades produtivas não é nova nacionalmente. Ao longo do século XX e no início do século XXI, diferentes tipos de Estado adotaram políticas, com maior ou menor participação estatal direta, envolvendo a implementação de grandes projetos de investimento.

Na fase² conhecida como desenvolvimentista, com a visão do “Brasil Grande Potência”, os anos 1970-1980 foram marcados profundamente pela implantação de grandes projetos industriais que foram animados, não apenas pela participação estatal direta, mas também por vultosos financiamentos externos. “O que se constituiu foi um compromisso capaz de produzir um meio ‘ambiente único’ para os grandes projetos de investimento público nas áreas de mineração e energia, vias de transporte e expansão da fronteira agrícola” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 126). Exemplos de grandes projetos dessa fase no Brasil são: os Complexos de Fertilizantes do Nordeste e o Mineral Petroquímico Regional (eixo Salvador-Aracaju-Maceió), os Polos Petroquímicos em Camaçari (Bahia) e Rio Grande do Sul, as hidrelétricas de Itaipu, Sobradinho e Itaparica, e as usinas termelétricas de Charqueadas no Rio Grande do Sul, Figueira no Paraná e Capivari em Santa Catarina.

Na fase neoliberal os projetos são desenvolvidos no âmbito dos programas Brasil em Ação e Avança Brasil (este em sua 1ª fase – 2000-2003), que estavam ligados ao desenvolvimento de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, através: da recuperação e duplicação de estradas para beneficiar o transporte de produtos; da melhoria nos portos de Suape (Pernambuco), Pecém (Ceará), Sepetiba (Rio de Janeiro) e Santos (São Paulo); do projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins (do Planalto Central a Barcarena). Na área

² A pesquisa optou por trabalhar com os paradigmas desenvolvidos por Cervo (2008), no intuito de destacar a racionalidade política presente em cada fase, com seus reflexos na escala local. De acordo com o autor, há quatro fases (chamados por ele de paradigmas) que configuram o Brasil frente suas relações internacionais: a) o liberal-conservador – do século XIX até 1930; b) o desenvolvimentista - entre 1930 e 1989; c) o neoliberal – entre 1990 e 2002; d) o logístico – iniciado em 2003, adentrando a atualidade (2011). Mesmo trabalhando com a delimitação de fases, é importante considerar que a transição dos períodos não se dá de forma estanque, como se houvesse rompimentos, já que os fatores de uma fase geralmente adentram outras. Cada fase terá uma explicitação no decorrer do trabalho, no início dos capítulos que lhes são correspondentes.

de energia destacam-se a Usina Hidrelétrica do Xingó; o Gasoduto Brasil-Bolívia; a interligação do Sistema Elétrico com o Linhão Norte-Sul, que vai de Imperatriz (MA) até Samambaia (DF); a construção das termelétricas: Araucária (Paraná), Arjona (Mato Grosso do Sul), Refap (Rio Grande do Sul); Eletrobolt (Rio de Janeiro); Fafen (Bahia), Macaé Merchat (Rio de Janeiro).

Na fase logística há grande tentativa do aumento de consumo de massa interno, bem como do crescimento externo, pautado, sobretudo, na integração com os outros países da América do Sul. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), “foram retomados grandes projetos de infra-estrutura como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento, desta vez com a perspectiva da “inclusão internacional” da nação ao mercado global” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 13). Nesse sentido foram desenvolvidos inúmeros projetos de infraestrutura voltados ao beneficiamento do crescimento econômico, tendo os projetos de energia como grande foco. Alguns exemplos desses projetos são: Ampliação das Linhas de Transmissão Milagres-Tauá (Ceará) e Recife II e adequação da Linha de Transmissão Pau Ferro (Campina Grande).

Os reflexos dessas políticas foram fortemente sentidos na Amazônia Legal brasileira. Na fase desenvolvimentista, a Amazônia é uma área que sofre intensa intervenção direta voltada ao desenvolvimento de padrões econômicos que, embora realizados localmente, objetivavam atender interesses nacionais, “nesse contexto, a exploração de recursos na Amazônia assume importância vital para o Estado, que, favorecendo a implantação de grandes projetos na região, assegura também a expansão de empresas estatais e a sua transnacionalização” (BECKER, 1994, p. 62). Exemplos de grandes projetos dessa fase na Amazônia Legal são: a Zona Franca de Manaus, o Projeto Calha Norte, a Companhia Vale do Rio Doce, a Albrás, a Alunorte, o Trombetas, as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí.

Na fase neoliberal, do ponto de vista das corporações, passou a representar a vantagem inicial de possibilitar a apropriação de grandes porções do espaço, sendo fortemente atingida por planos de articulação do espaço interno. O Estado, então, racionaliza o território e fornece as bases que possibilitam o desenvolvimento econômico em âmbito nacional, a partir de estratégias desenvolvidas localmente, mas integradas globalmente. É nesse contexto que são traçados: a instalação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba; a Hidrelétrica de Serra Quebrada (Tocantins).

Na fase logística há o atendimento de necessidade energética criada por atividades industriais voltadas à expansão e ao crescimento da economia nacional, caracterizando forte

tentativa da integração com países vizinhos. Assim exemplos de grandes projetos dessa fase na Amazônia Legal são: as hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau; a expansão da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; a ampliação das subestações Marabá, Vila Conde e Santa Maria (Pará); a Usina Hidrelétrica de Rondon (Rondônia). Nessa fase, os impactos ambientais têm se mostrado intensos. Entre os principais efeitos ambientais negativos estão o desmatamento, a perda de biodiversidade, os alagamentos, a degradação do solo e as queimadas. Os processos de resistência das comunidades atingidas têm sido mais visualizados.

Na fase desenvolvimentista, como constituinte da Amazônia Legal, o Maranhão³ não fugiu da lógica da racionalização do espaço voltado ao beneficiamento do desenvolvimento econômico nacional. Enquadrado na rota estabelecida no Programa Grande Carajás (PGC), algumas áreas do estado tornaram-se centros produtores de ferro gusa, tais como Açailândia, que é portadora de cinco siderurgias (Viana Siderúrgica, Gusa Nordeste, Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão e Ferro Gusa do Maranhão). Nessa fase os impactos ao ambiente se mostraram intensos, os principais efeitos ambientais negativos estão ligados à atuação das usinas de ferro gusa, entre eles estão o desmatamento de plantas nativas e plantio de eucalipto, a emissão de gases, poluição do solo e dos recursos hídricos.

Na fase neoliberal a região sul do estado recebeu grande importância, sendo identificada por um polo dinâmico que reuniu dez municípios (apresentando o município de Balsas como centro dinâmico), tendo como pontos fortes as culturas de soja, feijão, arroz, milho e a pecuária de corte. Nesse sentido é que a infraestrutura de transportes recebeu grandes investimentos. A exemplo, o início da construção da Ferrovia Norte-Sul, visando contribuir para que os produtos cheguem aos principais centros consumidores. Nessa fase, os impactos ambientais estão, sobretudo, relacionados à atuação das empresas de exportação de soja. Entre os principais efeitos ambientais negativos podem ser destacados o desmatamento e a contaminação dos solos e águas por agrotóxicos.

Na fase logística, há o desenvolvimento de grande projeto voltado ao contexto nacional, que seria a Refinaria da Petrobrás, em Bacabeira. E ainda, seguindo o contexto do desenvolvimento da infraestrutura energética, há a ampliação das subestações Miranda II, Peritoró, Porto Franco e Imperatriz; construção de uma Hidrelétrica em Estreito e a construção da Termelétrica Gera Maranhão, em Miranda. Essa fase é marcada pela continuidade dos impactos ambientais negativos, tais como poluição de rede hídrica, ar e

³ Dos 217 municípios maranhenses, 183 que integram a Amazônia Legal, segundo dados do IBGE para o ano de 2007.

solos. Entretanto, é importante destacar que o aumento das exigências às adequações dos parâmetros que regem os deveres das empresas e suas relações com o ambiente, faz com que, nesse período, seja esboçada certa “preocupação” do grupo empresarial, que geralmente destina parte de sua verba para que os impactos causados ao meio sejam sanados. As populações diretamente afetadas têm formado importantes blocos de resistência.

Nesse sentido, o “estado de coisas” que se encontra o Maranhão, não está relacionado à ausência de investimentos na economia, mas sim a sua forte presença, no entanto, assumindo caráter de beneficiamento externo, que se caracteriza pelo não favorecimento econômico (forte e principal) da escala local.

1.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Na fase desenvolvimentista, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, São Luís foi marcada pelo padrão econômico nacional e internacional com a instalação de capitais industriais através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁴, do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e da construção do Porto do Itaqui. Tais projetos encontram-se enquadrados na lógica de desenvolvimento econômico atrelado às exportações. Nessa fase, os impactos ambientais negativos se mostraram intensos, recebendo destaque a poluição dos rios e emissão de gases. Além dos efeitos negativos sobre o quadro natural, há impactos sobre a população, tais como o deslocamento compulsório de comunidades que habitavam as áreas a serem ocupadas pelas empresas e o aumento do contingente populacional da cidade.

Na fase neoliberal São Luís passa por momentos de certa “calmaria”⁵ no que concerne a ser alvo de estratégias desenvolvimentistas nacionais baseadas na implantação de grandes indústrias. Entretanto é importante citar que nesse período há expansões da Vale e da Alumar, que foram instaladas no momento já retratado. Nessa fase, os principais efeitos ambientais e sociais negativos continuam caracterizados como na fase anterior, já que a principal atuação está pautada no funcionamento das mesmas empresas.

Na fase logística há indicação da continuidade das exportações já efetuadas na cidade através das empresas já instaladas, assim faz-se necessário a ampliação das fontes de energia que servem às populações e às indústrias e, nesse contexto, se dá a ampliação da subestação São Luís II e a instalação da Termelétrica Porto do Itaqui. Nessa fase, os impactos ambientais

⁴ A Companhia Vale do Rio Doce passou a adotar somente o nome fantasia “Vale” desde 2007.

⁵ É importante considerar que a “calmaria” não ocorre somente em São Luís. Tal fator merece reflexões mais profundas, ligadas à diminuição da capacidade de investimentos estatais que atinge a América Latina nesse período e que na fase posterior tem sua capacidade retomada.

têm se mostrado intensos. Entre os principais efeitos ambientais negativos estão: a poluição dos rios, a emissão de poluentes, a contaminação dos solos e da vegetação. Além dos efeitos negativos sobre o quadro natural, há impactos sociais, tais como: o aumento de doenças respiratórias e a diminuição e/ou diluição das formas de manutenção de comunidades das zonas rurais. Tais pontos citados são ocasionados pela atuação das empresas já existentes.

No que se refere ao projeto da termelétrica, afirma-se que ele é um potencial causador de impactos sobre o quadro natural, por se tratar de uma usina a carvão mineral. Entretanto, os impactos podem ser caracterizados em três diferentes períodos referentes à usina: construção, funcionamento e desativação. Como é um projeto que ainda está em sua fase de construção, os impactos retratados referem-se a esse período. Então podem ser destacados: o desmatamento da área de implantação da usina, sua consequente perda de biodiversidade e a poluição dos rios pelos rejeitos.

Impactos sociais particularmente negativos também foram causados pela implantação da usina, desarticulando a subsistência dos moradores locais. Grande parte da população organizada se manifestou de forma contrária à implantação do projeto, buscando comparecer nas audiências públicas, para “ter voz”; acionando o Ministério Público, na tentativa de recorrer aos seus direitos de ocupação das terras e continuidade de mobilidade; realizando protestos, para tal recorrendo à mídia. Tais fatores configuram um conflito.

Os conflitos se referem a um tipo de choque ou embate que ocorre entre dois ou mais agentes, que apresentam racionalidades e interesses divergentes, e como tais proporcionam formas diferentes do agir no território. Uma das formas é quando um grupo social se manifesta de forma pública, por meio de resistência ou contestação contra decisões ou ações de outro agente.

Quando os impactos afetam grupos sociais (e seus modos de vida) em sua relação com recursos naturais, os conflitos daí decorrentes podem ser considerados conflitos socioambientais. Partindo dessa perspectiva percebe-se que os conflitos socioambientais estão cada vez mais presentes em lugares em que a desigualdade se faz como consequência dos processos de dinâmicas sociais e econômicas atuantes sobre os territórios e da utilização dos seus recursos naturais, bem como por uma ausência de políticas estatais efetivas e da reação da população sobre a situação que se passa.

Os conflitos socioambientais podem, então, ser entendidos como os que ocorrem com grupos sociais que possuem diferentes racionalidades, interesses, modos de apropriação, utilização e significação do território, e, nesse contexto, um desses grupos tem ameaçada a

continuidade das relações desenvolvidas em sua cotidianidade, organizando-se coletivamente para protestar contra a fato que se instala.

Mas para a compreensão do conflito atual se faz necessária uma perspectiva histórica que demonstre como ele surge. Então, de maneira bem resumida, pode-se afirmar que várias formas de conflitos vão surgindo ao longo dos tempos em São Luís, sobretudo com a expansão territorial das grandes empresas, já citadas na fase desenvolvimentista.

Entretanto, um “novo” foco de conflito se instala quando o governo (em 2004) anuncia um projeto de um polo siderúrgico que deveria ser instalado em São Luís. O polo seria composto por três usinas siderúrgicas com capacidade de produção de 7,5 milhões de toneladas anuais de placas de aço, voltadas à exportação, totalizando 22,5 milhões de toneladas/ano, e duas gusarias, em uma área de 2.471,71 hectares, próxima ao Porto do Itaqui (ZAGALLO, 2004). Essa área compõe um mosaico de 12 comunidades rurais, ribeirinhas de marisqueiros e pescadores, bem como de quilombolas (dentre as comunidades estavam Vila Madureira e Camboa dos Frades).

O Governo do estado acabou encontrando diversos e significativos entraves para a efetivação do polo. A sociedade civil organizada ofereceu-lhe forte resistência; houve embates quanto à mudança de áreas da zona rural para zona industrial; retomando questões, tais como: a maior parte dos locais constituir Áreas de Preservação Permanente (APP), e, ainda sobre a possibilidade que surge de se converter algumas localidades em Reserva Extrativista (RESEX), impossibilitando a implantação de indústrias.

Tal fato culmina quando o mesmo território não se faz ocupado pela siderúrgica (que após tantos embates transfere-se para o Rio de Janeiro), mas sim pela implantação de uma usina termelétrica, a Usina Termelétrica Porto do Itaqui, configurando então o (res)surgimento do conflito, que aparece, nesse momento, fortemente configurado com um sentido socioambiental, relegando ao foco os movimentos sociais que levantam a bandeira de defesa ao ambiente.

As comunidades têm reagido através da formação de grupos, geralmente orientados por organizações sociais que se reúnem de forma organizada, gerando resistência e protestos contra a implantação de projetos que são configurados por alterar seus modos de vida, bem como por trazer impactos negativos ao ambiente. Em decorrência, observam-se conflitos entre diferentes grupos de agentes no espaço.

Os desdobramentos dessas tensões levaram a comunidade da Vila Madureira a ser remanejada e a comunidade da Camboa dos Frades a ficar isolada atrás do projeto. Como resultado desse processo, um número significativo de pessoas tem sido afetado. Alguns têm

tido dificuldade para manter suas famílias através do modelo tradicional de roça; outros de se deslocar para seus trabalhos; e assim de dar continuidade aos seus modos de vida.

Uma pesquisa exploratória sugere que as relações estabelecidas no cotidiano, fazem emergir espaços de resistência, reforçados por uma capacidade que a população tem de se organizar de forma comunitária, que se faz mais fortalecida quando se tem uma sociedade coesa. Os movimentos sociais emergentes nessa lógica podem ser caracterizados como “movimentos de re-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 130).

Tais fatores seriam importantes na negociação de perdas e na minimização dos impactos. Isso parece ter ocorrido no povoado Taim (outro povoado da zona rural de São Luís), que representou forte resistência quando se falou na instalação do polo siderúrgico e parece estar ocorrendo em Camboa dos Frades, que é a comunidade vizinha à termelétrica em questão, que tem resistido para não ser deslocada, mas que atualmente se vê isolada fisicamente.

A discussão desenvolvida até o momento leva a algumas questões orientadoras. Elas se enunciam de uma aproximação mais geral para uma mais específica, chegando ao foco – mais detalhado - na última questão. Serão posteriormente respondidas com base nos critérios estabelecidos no plano de pesquisa.

1. Como os grandes projetos desde o período desenvolvimentista têm condicionado a organização territorial na Amazônia?
2. Como os grandes projetos de infraestrutura do período logístico têm atuado na organização territorial de São Luís, MA?
3. Como o projeto da Usina Termelétrica Porto do Itaqui tem atuado na organização territorial e na dinâmica socioambiental de São Luís, MA?
4. Qual o papel do lugar e da organização social na gestão de conflitos socioambientais nas comunidades Vila Madureira e Camboa dos Frades em São Luís, MA?

O objetivo geral do trabalho é: Analisar as relações entre gestão do território, lugar e conflitos socioambientais em São Luís - MA, na última década. E os objetivos específicos estão diretamente ligados às questões de pesquisa.

Um pressuposto geral é que as estruturas do agir governamental, seguindo fases de mudanças de paradigmas e atuações do Estado, não garantem um tratamento diferenciado sobre os conflitos socioambientais, que na atual fase Logística ainda preservam uma herança daqueles surgidos na fase Desenvolvimentista. A hipótese a ser explorada na parte focal do estudo é que: as desigualdades na dominação e atos de uso do território local têm provocado o surgimento de processos de luta das comunidades em defesa dos seus direitos, o que possibilitou, nas comunidades Vila Madureira e Camboa dos Frades, fatores relevantes para a articulação de ganhos possíveis e minimização de impactos negativos.

1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho obedece a uma lógica contínua de proximidade com o local da pesquisa, partindo da análise de uma escala maior até a escala foco do estudo, mas nunca deixando de abordar a relação entre elas. Cada escala geográfica trabalhada está dividida em três períodos justificados pela “racionalidade” política de cada fase.

As escalas e fases seguem uma lógica de contextos, ações e resultados. Parte-se da suposição de que o *contexto histórico e socioeconômico* é condicionante das *ações de gestão do território*, sobretudo através do desenvolvimento de planos, programas e projetos geridos pelo principal agente de definição territorial (o Estado), que obedece a toda uma coerência global e que tem reflexos apresentados como *resultados das ações*, na construção de paisagens geográficas, nas práticas das relações sociais e na reação demonstrada por agentes envolvidos no processo.

Os passos para a execução do estudo foram dados como formas de realizar cada investigação apontada nas questões de pesquisa, que estão estritamente relacionadas à organização dos capítulos que serão apresentados. É importante ressaltar que as investigações em torno da área em questão (zona rural e industrial de São Luís), tem tido um acompanhamento constante desde o ano de 2005, pelos integrantes do GEDMMA/UFMA. Desta forma tem-se a proposta metodológica a seguir.

A primeira questão de pesquisa, que trata como os projetos desde o período desenvolvimentista têm condicionado a organização territorial na Amazônia, parte do pressuposto que a grande monta de programas e projetos implantados por decisões políticas desde essa fase têm sido fatores essenciais para a compreensão da composição territorial em todos os estados da Amazônia Legal brasileira. Nesse sentido, foi feita uma exploração a partir de revisões bibliográficas, destacando as obras que abordam o processo histórico e

socioeconômico da Amazônia. Foi realizada, também, uma leitura sobre planos, programas e projetos desenvolvidos no âmbito do poder público, diretamente relacionados às regiões que compõem a Amazônia. Como exemplos podem ser citados o Programa de Integração Nacional (PIN), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), o Programa Grande Carajás (PGC), os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids), dentre tantos outros.

A segunda questão de pesquisa aborda como os grandes projetos de infraestrutura a partir do período logístico têm atuado na organização territorial de São Luís - MA. O questionamento parte da perspectiva de que projetos de grande porte, geralmente voltados a garantir infraestrutura logística para o favorecimento do mercado nacional, têm sido maciçamente desenvolvidos nessa fase na tentativa de colocar o Brasil como o país de destaque dentro do contexto sulamericano. Buscou-se responder com base em revisões bibliográficas que tragam uma abordagem sobre a atuação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado do Maranhão e sua capital (São Luís), destacando os planos, programas e projetos governamentais desenvolvidos para a região.

A terceira questão de pesquisa procura entender como o projeto da Usina Termelétrica Porto do Itaqui tem atuado na organização territorial e na dinâmica socioambiental em São Luís, MA. Supõe-se que o processo para a instalação da UTE em questão tem provocado alterações na configuração territorial da Ilha, expondo as divergências que se têm da gestão territorial desenvolvida e estabelecida por diferenciados agentes do processo. A resposta foi pautada com base em revisões bibliográficas sobre a organização do território ludovicense e pela leitura de programas e projetos governamentais que tratem do plano diretor e da sua respectiva lei de zoneamento uso e ocupação do solo, de São Luís. Também foram efetivados acompanhamentos, via mídia, sobre o processo de alteração destas leis, nos anos de 2005 e 2006.

A quarta questão de pesquisa visa compreender o papel do lugar e da organização social na gestão de conflitos socioambientais nas comunidades Vila Madureira e em Camboa dos Frades em São Luís, MA. A compreensão em torno das comunidades pressupõe que a grande resistência vem da organização social, que tem capacidade de criar lugares solidários, de bem-estar. Para tal, foi fundamental o auxílio das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo GEDMMA, que em inúmeras abordagens, amparadas por diversas áreas da ciência, demonstram a dinâmica da área em estudo. Os dados e informações obtidos foram confrontados com pesquisa *in loco*, bem como através do acompanhamento efetivo de audiências públicas que discutiram os aspectos territoriais e de licenciamento do projeto,

possibilitando o contato com representantes da empresa. Esse item também teve o auxílio de veiculações feitas por jornais, sites informativos, ações do Ministério Público e de movimentos sociais.

Considerando o conflito em estudo e sua constante movimentação, já que ainda é um processo em implementação, foi estabelecido um processo comparativo sobre o modo de vida da comunidade da Vila Madureira, anterior e posterior ao deslocamento. E um acompanhamento da comunidade Camboa dos Frades, também com uma inter-relação do modo de vida, anterior e posterior a instalação do projeto. A efetivação se deu através da observação direta e da realização de entrevistas e conversas informais com alguns membros das populações afetadas, sobretudo com os presidentes das associações das duas comunidades. Para uma melhor aproximação e conhecimento do conflito utilizou-se a metodologia de enquadramento de elementos de conflito, de Nascimento (2001) e de análise dos conflitos socioambientais, de Paul Little (2004).

O trabalho está assim organizado:

Primeiro capítulo: Introdução, proporcionando uma visão conjunta sobre o que trata o trabalho.

Segundo capítulo: Fundamentação teórica, tratando como temas base: gestão do território, lugar e conflitos socioambientais, pretendendo dar uma melhor aproximação conceitual à pesquisa, na perspectiva do relacionamento entre os conceitos e/ou categorias, para a posterior explicação do caso em estudo.

Terceiro capítulo: Gestão do território e conflitos socioambientais na fase desenvolvimentista (1964-1989), trata da temática nas escalas Amazônia e São Luís, considerando a ampla influência que as “regras” elaboradas durante o governo ditatorial brasileiro tiveram nas respectivas escalas.

Quarto capítulo: Gestão do território e conflitos socioambientais na fase neoliberal (1990-2002), também retrata as escalas Amazônia e São Luís, analisando o período que pode ser classificado, aqui, como “de transição” entre o período desenvolvimentista anterior e a “nova” configuração da implantação de “grandes projetos desenvolvimentistas” da fase subsequente, a logística.

Quinto capítulo: Gestão do território e conflitos socioambientais na fase logística, para fins deste trabalho delimitada até os dias atuais (2003-2011), partindo do olhar sobre as mesmas escalas anteriores (Amazônia e São Luís), fazendo a demonstração de que na atual fase há uma espécie de retomada de políticas de desenvolvimento com tentativa de fortalecimento sulamericano e de melhoria de índices regionais baseados na implantação de

projetos de grande porte. Assim, analisa-se o caso da instalação de uma usina termelétrica em São Luís, a UTE Porto do Itaqui e os conflitos advindos da mesma.

Sexto capítulo: Considerações finais, em que se faz uma abordagem sintética das conclusões possíveis retratadas por este trabalho.

Posteriormente são esboçadas as Referências utilizadas no trabalho e em seguida os Anexos.

Esta Introdução tratou, de forma geral, como a pesquisa será abordada, explicitando as questões de pesquisa responsáveis por direcionar as abordagens; os objetivos, indicando o que se pretende analisar; o pressuposto e a hipótese, demonstrando pontos de base anteriormente existentes; os passos metodológicos, que tornaram factíveis as obtenções das respostas dos questionamentos gerados durante a fase de projeto da pesquisa; e, também como está organizado o trabalho. Em seguida, será apresentada a Fundamentação teórica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo é responsável por apresentar os principais referenciais teóricos que auxiliarão a investigação do trabalho. A inter-relação entre gestão do território, conflitos socioambientais e o lugar serão estabelecidas após uma revisão de cada um dos termos e seus respectivos sub-temas, intencionando-se demonstrar o estabelecimento da relação entre os mesmos na apresentação do foco da pesquisa.

2.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO: DISPUTAS DE PODER E GERAÇÃO DE CONFLITOS

2.1.1 Gestão do território: prática das relações de poder

O poder é um conceito-chave, que possibilita avançar no desvendamento da dialética da produção e da apropriação do espaço territorialmente. No âmbito territorial, as relações de poder são mantidas politicamente, pressupondo-se uma gestão espacial. Nesse sentido, “a política implica o estabelecimento de objetivos e táticas dos atores sociais frente a outros membros da sociedade a fim de imporem seus critérios e formas de atuação” (DA SILVA, 1993, p. 46). Sob a noção de território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço.

Nesse caso, tornou-se necessário conceber o poder como sendo multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os agentes e presente em todos os níveis espaciais. Assim é que o território passou a ser entendido como espaço mobilizado, como elemento decisivo às relações de poder (RAFFESTIN, 1993) e territorialidade como estratégia utilizada para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, ou seja, para estabelecer, manter e reforçar esse poder. Dentro de uma perspectiva geográfica, o conceito de gestão do território, mesmo assumindo seu caráter de prática de poder, assume diversas perspectivas conceituais.

Roberto Lobato Corrêa, possuindo uma visão da gestão no cerne do capitalismo, parte da abordagem de que a gestão do território visa garantir a diferenciação de áreas (condições de produção e reprodução no espaço) e assegurar uma reprodução dos diferentes grupos sociais, sendo, portanto, “o conjunto de ações que têm como objetivo, no plano imediato, a criação e o controle do espaço” (CORRÊA, 1996, p. 23). Um meio para tornar viável a existência e a reprodução do conjunto da sociedade, fator que se dá através da organização do espaço, tendo por finalidade, nas sociedades de classes, manter e ampliar as diferenças

(diferenciação de natureza social e espacial). Com alguns estudos sobre a gestão territorial de empresas, tais como a Sousa Cruz, Corrêa (1992) demonstra algumas práticas espaciais que caracterizam a gestão do território: seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

Spósito (1998), em sua atribuição da discussão da cidade como centro de gestão do território, estabelece a relação desta com as empresas industriais, que definem suas estratégias de localização considerando as áreas de maior densidade “técnico-científico-informacional”, bem como a priorização sobre a disposição de áreas com potencialidade de mão-de-obra qualificada e estabelecimento de redes de cooperação e sinergia, e, ainda, a consideração sobre a proximidade e localização estratégica de grandes mercados consumidores. Contudo, como a gestão do território não se faz específica a empresas, também se destacam os interesses e combinações de novos valores fundiários e as condições criadas pelo poder público para que os interesses privados possam se efetivar.

Da Silva (1993, p. 47), trabalhando a perspectiva apresentada por Davidovich, destaca que a gestão é referida à prática de poder através de formas de administração autônoma, tendo o território como suporte logístico para essa gestão. A prática social no território implica no conflito entre várias esferas de poder, que buscam seu domínio espacial a partir da territorialidade de sua ação. Então, a gestão do território pressupõe a ação de agentes sociais, resultando, na segregação espacial consequente da estruturação de uma base territorial específica.

Para Bertha Becker (1991, 1994), a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações. Tal visão possibilita análises que ultrapassem questões tão somente administrativas, bem como a visualização do fator cada vez mais constante de articulação entre o público e o privado. A gestão do território passa a ser cada vez mais relacionada ao exercício do poder descentralizado no território, integrando elementos da administração de empresas e da governabilidade.

Reconhecidamente, há a existência de outros agentes que atuam na gestão do território, os grupos econômicos são um forte exemplo, “por sua capacidade associativista, controle sobre importantes recursos humanos, tecnológicos e econômicos e sua dinâmica de mobilidade, nas diversas instâncias dos poderes público e privado” (SILVA, 1997, p. 54). Entretanto, considerando que o Estado já é historicamente reconhecido como o regulador das relações institucionais, ele representa o agente que mantém o domínio da gestão, por vezes estabelecendo parcerias com esses grupos econômicos. Tal fato demonstra que a gestão é

eminentemente estratégica, um controle do território voltado a executar finalidades específicas dos agentes dominantes.

As elaborações teóricas tecidas permitem afirmar que o conceito de gestão do território abrange o controle da organização espacial; as disputas de poder entre os diversos agentes, gerando conflitos; e a elaboração de estratégias que garantam a reprodução e manutenção dos variados interesses que se apresentam. A gestão territorial pode ser então considerada como prática de poder no espaço, que sendo integrante do processo de planejamento, reflete as condicionantes de produção do sistema hegemônico, no âmbito em que emergem conflitos envolvendo uma variedade de agentes sociais e seus interesses. Tais conflitos resultam de práticas que contrariam o planejamento na escala local, bem como de um Estado que, enquanto representante da correlação de forças na sociedade, geralmente tende a favorecer os interesses da acumulação capitalista, portanto, dos agentes hegemônicos.

Dado o contexto apresentado pode-se afirmar que na contemporaneidade há formas de controle de territórios submetidos às múltiplas determinações do capitalismo global e, ao mesmo tempo, das ativações das potencialidades e das riquezas dos recursos escassos, das identidades das populações nos vastos rincões do país e das ricas territorialidades que elas demonstram. Eis aí, talvez, alguns dos desafios às nossas análises contemporâneas (RUCKERT, 2005).

2.1.2 Território e identidade: sentido de pertencimento

A identidade é um elemento de alta relevância quando se fala em território, os “problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (CLAVAL, 1999, p. 16).

Assim, o termo identidade socioterritorial, por exemplo, é abordado por Haesbaert (2004) e trata de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto no sentido concreto. A identidade social também seria uma identidade territorial quando o referente simbólico central apara a construção da respectiva identidade parte ou transpassa o território.

A continuidade histórico-cultural e simbólica, formada por mitos, ritos, religião, línguas, também, pela natureza (que atua, nesse sentido, como patrimônio), revela a composição territorial que se forma a partir de tais relações, demonstrando como a identidade é um importante componente político organizacional da constituição territorial. A identidade

territorial recorre tanto à realidade concreta quanto ao imaginário social dos indivíduos, sendo este resultado das práticas cotidianas vividas pelo grupo.

Nessa condição, o território passa a ser aquela fração do espaço que os liga, levando cada um a ter um sentimento de pertencimento com relação a ele. A identidade pode ser (re)configurada, (re)elaborada e (re)construída, possibilitando perceber que a promoção de políticas públicas que afetam os sujeitos, os leva a novos processos de lutas e defesa por seus direitos territoriais.

Considerando o que Haesbaert (1997) fala, há uma distinção entre território como instrumento do poder político e como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, que precisa ser melhor trabalhada. Nesse sentido decidiu-se destacar autores como Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Francesca Governa, Enzo Rullani e Marcos Saquet⁶, por fazerem interessantes abordagens da temática.

Segundo Raffestin (2003) a identidade é entendida como um processo, que se constrói, desconstrói e reconstrói através do tempo. Para esse autor a identidade e as imagens antecedem o território, entretanto as imagens identitárias e as territoriais se relacionam. O autor reconhece variadas interfaces do território (economia – política – cultura – história), propondo uma múltipla abordagem.

Seguindo análises a partir do ‘sistema local territorial’ (Slot)⁷, Governa e Dematteis, retratados por Saquet (2010), afirmam que a identidade é territorial, significando o resultado do processo de territorialização. Fazem abordagens de caráter operativo, considerando a identidade como um patrimônio herdado do passado, uma espécie de organização social na busca do desenvolvimento.

Para Enzo Rullani (1997 *apud* SAQUET, 2005), como o território é compreendido na perspectiva relacional entre o global e o local, a identidade se faz compreendida na globalização, com vínculos estritamente econômicos, fortalecendo as conexões entre os lugares.

Segundo Saquet (2010, p. 147) identidade “na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade”. Acredita-se, então, que identidade e território produzem-

⁶Marcos Saquet promove uma boa explanação sobre a abordagem dos demais autores em uma de suas obras. Para tal ver: SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. - 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁷ Segundo Saquet (2010), o sistema local territorial (Slot) é um dos desdobramentos do grupo da geografia democrática dos anos 1970. A abordagem operativa que é produzida, procura produzir um conhecimento com uma utilidade direta para a sociedade. No contexto da introdução da questão da sustentabilidade enfocada fortemente nos anos 1990, o Slot passa a significar “relações específicas dos seus atores constituintes com o sistema local (milieu); lugares e fluxos, nós e redes, destaca os aspectos sociais, culturais e econômicos numa certa área. No sistema local territorial há relações entre os sujeitos e destes com o ecossistema local (SAQUET, 2010, p. 113).

se a partir de ações coletivas e simultâneas, uma relação de reciprocidade em constante movimento. A identidade faz-se como processo e relação.

Essa relação identidade-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território. O território de alguém ou de algum grupo, seja este último uma classe social, um grupo étnico, seja no caso dos quilombos, seja no caso de uma associação de bairro, enfim, nas múltiplas formas que toma esse processo (SOUZA; PEDON, 2007).

“Territorios capitalistas y no capitalistas producen permanentemente conflictos por la disputa territorial. Territorios indígenas, quilombolas, campesinos, de viviendas, con sus múltiples identidades son constituidas en multiterritorialidad rural y urbana” (FERNANDES, 2009, p. 12). A exemplo podem ser citadas áreas reservadas a tais comunidades objetivando a manutenção das suas formas de vida e da apropriação da natureza, apoiando outros aspectos em uma referência territorial definida historicamente.

A realidade concreta mantém vínculos com os símbolos componentes da identidade, o que leva ao raciocínio sobre a defesa de territórios por comunidades, que demonstram a relevância das referências espaciais em suas relações. Nesse sentido, há, por vezes, um crescimento e um ‘apego’ à identidade, que coletivamente acaba funcionando como um instrumento de garantias.

O processo histórico que leva aos indivíduos de um grupo a auto-identificação significa pensar a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver um lugar (ALMEIDA, 2002). Os conflitos se fazem quando as identidades são questionadas e seus territórios correm riscos de se submeterem a outros objetivos diferentes dos usuais.

Passam de espaços com relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas por longos períodos, que possuem formas que garantem as condições de vida de cada grupo social; a espaços com funcionalidades, que geralmente atendem demandas que nada têm de ligação com os habitantes locais, com a perspectiva do lugar.

2.2 LUGAR: A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADANIA E DA RESISTÊNCIA

2.2.1 O lugar no processo de globalização

Os espaços mundiais têm passado pelo processo de globalização e fragmentação. A atual aceleração da ciência, da técnica e da informação, reconstitui momentos da divisão internacional do trabalho, atribuindo um novo conteúdo e uma nova função aos lugares, ou seja, muda o mundo, também mudam os lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Cada lugar, portanto, acaba assumindo uma existência relacional, redefinindo-se e diferenciando-se uns dos outros.

O tempo do mundo é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. O tempo dos Estados-Nações é o tempo dos Estados nacionais e das grandes firmas nacionais. Entre esses dois haveria um tempo regional, o das organizações regionais supranacionais. Os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados por esses tempos mundo. E a partir do mais mínimo tempo interno – o lugar ou o ponto – todos os demais lhe são externos (SANTOS, 2006).

Encontram-se hoje novos recortes no território, através das verticalidades e horizontalidades. Compreendidas a partir das obras de Milton Santos, as verticalidades seriam os pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia; as horizontalidades seriam as extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. Paralelamente, forças centrípetas⁸ (que conduzem a um processo de horizontalização) e forças centrífugas⁹ (que conduzem a um processo de verticalização) atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas.

Os eventos são individuais, mas não há eventos isolados, então não basta analisá-los isoladamente, sem desintegrar sua estrutura, isto é, seu padrão. Eles são inter-relacionados e interdependentes e é nessas condições que participam de situações. O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do mundo e do lugar. O

⁸ As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinados às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência (SANTOS, 2006, p.193).

⁹ As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocamos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vemos a coisa do ponto de vista do processo que se está dando (*Ibid*, p.194).

acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização. Em conjunto, esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. A região e o lugar definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente.

Tanto a região quanto o lugar são espaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de possibilidade e a entidade geográfica preexistente entra como condição de oportunidade. A distinção entre lugar e região passa a ser menos relevante que antes. Nos dois casos trata-se de um acontecer solidário (realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum), que define um subespaço, região ou lugar.

Esse acontecer solidário se apresenta sob três formas no território atual: acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. No acontecer homólogo e no complementar tem-se a primazia de formas com a relevância das técnicas. No caso do acontecer hierárquico, tem-se a primazia das normas e a relevância é da política. No acontecer homólogo e complementar criam-se as horizontalidades e no acontecer hierárquico criam-se as verticalidades.

Nesse sentido é importante perceber que a dominação encontra-se ligada ao valor de troca, à “ordem distante” e que a apropriação da cidade pelo cidadão está ligada ao valor de uso, à “ordem próxima”. É na ordem próxima, e através dela, que a ordem distante persuade e completa seu poder coator. Então há no mundo moderno um conflito violento entre uso e troca que se expressam no lugar. Áreas inteiras são vendidas aos pedaços no mercado, amputando a cidade em sua dimensão humana, produzindo um sentido de perda provocada pelas mudanças nas formas de apropriação (LEFEBVRE, 1991).

As ações políticas são, em muitos casos, orientadas para um interesse específico e particularizado, representando a atividade hegemônica no lugar, isto é, da racionalidade hegemônica. Entretanto, há existências (como de atividades complementares) que apresentam lógicas diversas de tal atividade dominante, gerando conflitualidades, a partir das chamadas contra-racionalidades ou racionalidades paralelas e, assim, socializando embates que acabam despertando interesse conjunto de uma sociedade local, resultando na formação de reivindicações voltadas à existência comum.

As relações entre lugar e cotidiano revelam os usos contrastados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes agentes. As contra-racionalidades se levantam como racionalidades ante a racionalidade hegemônica. Deste modo o lugar se apresentaria como o “ponto de articulação entre a mundialidade em

constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial” (CARLOS, 2007, p. 22), “é nos lugares, cujos limites desobedecem à escala de ação do Estado ou das firmas, que a horizontalidade costurada por práticas de cooperação anula, ou refrata, vetores da verticalidade dominante” (RIBEIRO, 2004, p. 45).

“Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 2006, p.259).

Em resumo, há uma ordem global e uma ordem local que apresentam aspectos por vezes conflitantes, embora apresentem uma convivência dialética. Assim, o Quadro 01, a seguir, demonstra a diferença entre as ordens.

Quadro 01: Elementos da ordem global e da ordem local

| ORDEM GLOBAL | ORDEM LOCAL |
|--|---|
| Racionalidade única | Diversos modos de racionalidade |
| Objetos reunidos como sistema | Objetos reunidos como território |
| Solidariedade produto da organização | Organização produto da solidariedade |
| Razão organizacional | Razão orgânica |
| Prima a informação | Prima a comunicação |
| Parâmetros: razão técnica e operacional, cálculo de função, linguagem matemática | Parâmetros: co-presença, vizinhança, intimidade, emoção, cooperação, socialização |
| Desterritorializada | Que reterritorializa |

Fonte: Santos, *op. cit.* (produzido pela autora).

Tal contexto nos traz a importância de considerar o crescimento da utilização dos “objetos modernos”, que aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico, ao serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente e que são elementos centrais na produção do que se convencionou chamar de crise ecológica. Essa crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico negando a natureza.

2.2.2 Lugar: o espaço do plano vivido

A produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva: a) um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo um processo de homogeneização do espaço; b) produção e acentuação do processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana.

São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. [...] São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, *apropriados através do corpo* — espaço públicos. [...] É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc (CARLOS, 2007, p. 18).

Dentro da perspectiva geográfica, há a existência de conceitos-chave imbricados em cada corrente de pensamento, que trabalham na tentativa de criar um ângulo voltado às análises do que se pretende estudar. Daí emerge a utilização do termo lugar e suas respectivas significações contextuais. Na contemporaneidade, o conceito de lugar pode ser considerado como uma das chaves para a compreensão das tensões que têm se instalado com tanta constância.

Articulando, entre outras, as questões relativas a globalização *versus* individualismo, às visões de tendência marxista *versus* fenomenológica ou à homogeneização do ambiente *versus* sua capacidade de singularização, o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores (FERREIRA, 2000, p. 65).

Mas o que seria o lugar? Em La Blache, Sorre e Le Lannou, a ideia de lugar estaria associada àquela de localização do fenômeno na superfície terrestre. Para La Blache, a diversidade dos lugares aparece cada vez mais ameaçada no mundo moderno onde a natureza aparece totalmente dominada, modificada e onde o problema da reprodução social não requer mais soluções locais para o problema da existência. Sorre aponta para o fato de que desde que existe uma geografia humana põe-se em primeiro plano as noções de situação e área de extensão dos fenômenos. Em Le Lannou aparece a vida de relações associada à ideia de solidariedade geográfica que é superada por aquela de simultaneidade; uma determinação

fundamental para entendermos hoje o lugar; isto porque no lugar se imbricam uma série de acontecimentos simultâneos (CARLOS, 2007).

A partir da década de 1970, há o surgimento da geografia humanista acompanhada da retomada da geografia cultural, estabelecendo críticas à geografia de cunho lógico-positivista. A geografia humanista está “assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal” (CORRÊA, 1995, p. 30).

O lugar passa a ser o conceito mais relevante, conceito-chave, tendo como grandes representantes Y. F. Tuan, E. Relph, W. Holzer, que indicam suas percepções com fortes bases fenomenológicas. Lugar passa a significar muito mais que o sentido geográfico de localização. Assim, espaço e lugar poderiam ser vistos como termos familiares e complementares, “o que começa com espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor” (TUAN, 1983, p. 6).

Para Relph, o lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar (a associação com o lar/lugar pode dar-se em vários níveis). Holzer ressalta que o aumento da escala tende a dificultar o relacionamento espacial direto, remetendo-nos para uma apreensão cada vez mais fragmentária dos lugares (FERREIRA, 2000).

O processo de globalização fez com que alguns estudos apontassem para a ideia de dissolução dos lugares, estes se transformando em não lugares, deslugares, lugares sem alma, homogêneos pelo sistema econômico. Tais teses sofrem críticas, a partir de uma perspectiva que aponta que o lugar é uma construção social e deve ser compreendido tanto como uma localização, quanto como uma configuração de “permanência” heterogênea, dialética, contida na dinâmica geral de espaço-tempo. Isto significa dizer que a globalização reascenderia a importância dos lugares e não a sua negação.

Para Carlos (1993, 2007) o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade – lugar. A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos. Significa para quem aí mora "olhar a paisagem e saber tudo de cor" porque diz respeito à vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela

prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo.

Tais processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a *não-identidade* e, com isso, o *não-lugar*, já que longe de se criar uma identidade, produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não-trabalho. Assim, *o não-lugar não é a simples negação do lugar*, diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição.

O lugar pode ser visto como o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. "No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida" (CARLOS, 1993).

As perspectivas apresentadas, encadeiam a presente pesquisa a ver o lugar como o espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), "o espaço do acontecer solidário, o espaço do resgate da cidadania, o espaço da resistência"¹⁰, representando também o interesse das comunidades locais. "O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço" (CARLOS, 2007, p. 14). Nesse sentido é importante que se perceba como a interpretação sobre o lugar tem se dado a partir dessa visão da globalização apresentada na contemporaneidade.

Os conflitos entre trabalho particular e local e trabalho geral e global, são bases de um choque entre a cultura objetiva, imposta de fora, que atende aos constrangimentos da produção direta, suas técnicas e normas, e a cultura subjetiva, inspirada de dentro de cada um por considerações mais amplas. Tal fator demonstra que os lugares não são passivos e contrariam a tendência que os leva a estarem unidos verticalmente, reascendendo sua união horizontal, permitindo que se busque um caminho contra as perversidades globais impostas, configurando a resposta do lugar, que trabalha na escala do cotidiano.

¹⁰ Tal conceitualização é remetida a professora Maria Adélia A. de Souza, que trabalha fortemente com os estudos efetuados por Milton Santos. As afirmações foram constatadas em um evento presenciado nos dias 18 a 21 de outubro de 2011, denominado "II Colóquio Internacional de Desenvolvimento e Sustentabilidade: novas abordagens velhos dilemas", promovido pela Universidade Estadual do Maranhão.

2.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM DESAFIO CADA VEZ MAIS FREQUENTE

2.3.1 Conflitos socioambientais: possibilidade de um diálogo entre as ciências

As discussões ambientais começaram a ganhar certa dimensão quando sociedade e natureza passam a ser vistas de forma relacional, destacando as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais que as acompanham e considerando os momentos históricos nos quais estão enquadradas. Inúmeros casos envolvendo as consequências do modelo de acumulação vigente sobre a natureza, bem como os acidentes que demonstravam as falhas da tecnologia, ganharam a escala planetária. Além da dita insuficiência dos recursos naturais também se começou a falar sobre a destruição da camada de ozônio, efeito estufa, elevação do nível da água dos oceanos, aumento das temperaturas, poluição dos ambientes marítimos, ameaça à biodiversidade.

Nesse contexto emerge a chamada crise ambiental (a partir da década de 1960), referenciando à necessidade de se obterem novos padrões do relacionamento do homem e a retirada de recursos ambientais. Para Enrique Leff a crise ambiental “se expressa como um questionamento da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreende o ser e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais dominou a natureza e economicizou o mundo moderno” (LEFF, 2006, p. 288). Junto à questão ambiental vêm à tona discussões sobre a constituição dos conflitos entre uma diversidade de atores pela apropriação e uso dos recursos naturais, os denominados conflitos ecológicos distributivos (MARTÍNEZ-ALIER, 2009), que passam a ser estudados pela ecologia política.

Embora em 1957 a expressão ecologia política tenha sido usada por Bertrand Jouvenel, foi o antropólogo Eric Wolf que a introduziu (em 1972) (*Ibid*, p. 111). Crítica em relação aos custos crescentes da reprodução do sistema produtivo, a ecologia política ia além da análise das contradições do modo de produção capitalista para denunciar uma alienação entre a sociedade industrial e a natureza. Segundo Bryant e Bailey (1997), no início da década de 1970, autores como Ehrlich, Hardin, Heilborner e Ophuls, definiam a abordagem política da ecologia como a origem do movimento de ecologia política.

É um campo que foi fortalecido a partir da década de 1980, em consequência da crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais no enfrentamento da “crise ambiental”, com críticas a estudos anteriores (neomalthusianismo da crise ambiental, ecologia cultural ou antropologia ecológica). Destacam-se nessa fase de estudos os trabalhos de Watts, Blaikie e Bunker (*Ibid*).

Mesmo sendo um campo que é fruto de um diálogo intenso entre as ciências como a biologia, a antropologia, a história, a ciência política e a geografia, esta última teve um papel bastante ativo na realização de pesquisas, considerando, sobretudo, que a ecologia política nasce a partir dos estudos de caso locais pela geografia e antropologia. Segundo Martínez-Alier (2009, p. 112) na década de 1980 os geógrafos desenvolveram investigações rurais, como as compiladas por Blaikie e Brookfield que estudavam as mutáveis relações existentes entre as estruturas sociais e a utilização do meio ambiente, considerando também divisão por gênero da propriedade, do trabalho e do conhecimento.

Mesmo tendo iniciado seus estudos por situações rurais locais, oferecendo análises de certa forma pontuais, a ecologia política ganha certa difusão, o que faz Martínez-Alier afirmar que a ecologia política é uma fusão da ecologia humana com a economia política, “estuda os conflitos ecológicos distributivos” e também que a distribuição ecológica pode ser entendida como “os padrões sociais, espaciais, temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida” (*Ibid*, p. 113). Para Leff (2001, p. 54) “a ecologia política reconhece as lutas populares pela equidade e pela democracia e os movimentos ambientalistas que se opõem à capitalização da natureza, reclamando o controle direto de seu patrimônio”.

Por volta da década de 1990 alguns autores como Blaikie e Brookfield, Guha, Peluso, Newman e Schroeder (BRYANT; BAILEY, 1997) formam uma corrente dentro da ecologia política que busca explicar os conflitos socioambientais com base nas relações desiguais de poder entre os atores sociais, dado os seus diferenciados interesses e motivos. Nesse sentido, na ecologia política os problemas ambientais não podem ser compreendidos isoladamente do contexto político e econômico em que foram criados, devem se relacionar aos processos socioeconômicos, políticos e aos atores sociais, em vários níveis (global, regional e local).

Então, em âmbito mundial, alguns pesquisadores acabam dando ênfase aos conflitos sociais sobre o acesso aos recursos ou serviços ambientais e sua destruição; outros dão maior destaque aos atores (ou agentes), que são bastante diversos; e, até aparecem os que desenvolvem análises voltadas às questões de gênero. No Brasil existem casos bastante pontuais sobre as pesquisas em torno da ecologia política, contando, sobretudo, com análises efetuadas por sociólogos, antropólogos, geógrafos, no âmbito de pesquisas universitárias, que consideram as diferentes racionalidades entre diversos atores em torno das apropriações dos recursos e do território.

Em análises que procuram identificar diretamente a relação territorial com a ecologia política, autores afirmam que esta “aborda o território em função das relações de poder dos

atores sociais e das suas práticas socioespaciais, em diferentes escalas geográficas” (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009, p.74). É no contexto da disputa por recursos naturais e/ou territórios entre atores sociais com diversas racionalidades e distintas relações de poder que os conflitos socioambientais são gerados.

Na visão da ecologia política, os grupos sociais de maior poder econômico e político, tendencialmente, são os mais propícios a obter acesso aos recursos disponíveis em um território e ocasionar grandes degradações ao ambiente, já os grupos sociais em condições precárias teriam menor acesso e sofreriam mais as consequências da degradação. Apresentando essa visão sobre as disponibilidades de recursos e vulnerabilidades sociais, é que, na ecologia política, aparecem os movimentos e grupos de resistência contra as imposições de discursos hegemônicos.

2.3.2 Conceituação, relações e formas

O estudo dos conflitos socioambientais por sua tão ampla abordagem, com explicações versando sobre conceitos; características socioeconômicas; problemas ambientais; desigualdades regionais; atores envolvidos nos processos, acaba por ser um campo de abordagem amplo e complexo, o que o atribui a capacidade de proporcionar a apreensão da totalidade de um fato, acontecer ou fenômeno, desde que abordado de forma conjunta, ou seja, sem uma fragmentação e confusão conceitual e/ou de abordagem.

Nesse sentido é interessante lembrar que o surgimento de conflitos não é um fato novo, nem estudado particularmente por um determinado campo do conhecimento e geralmente mudam de conotação dependendo do contexto histórico que se analisa. Usualmente usa-se a palavra conflito para se referir a algo negativo, a um tipo de choque ou embate que ocorre entre dois ou mais agentes, que apresentam racionalidades e interesses divergentes.

Em uma visão mais marxista pode-se falar que é necessário que se busque a fonte dos conflitos nas relações socioeconômicas, diretamente vinculado ao sistema capitalista, seriam os conflitos “naturalmente” produzidos pela divisão da sociedade em classes (Marx, Saint Simon). Entretanto, através da visão em que os conflitos estão associados à natureza humana, surgidos através de uma dinâmica movida por ações e concorrências individuais, a resolução dos mesmos então estaria nas mudanças das relações humanas. Para o sociólogo Simmel (1969) os conflitos são formas de interação social capazes de modificar grupos de interesse,

unidades e organizações, apresentando-se assim como um fato positivo, um processo que resolve tensões e dualismos.

Em uma perspectiva mais atual e relacionada aos sistemas de governança, em que é necessário decidir como os recursos serão alocados, alguns conflitos relacionados às políticas, regras e administração, são bastante susceptíveis de ocorrerem. Assim, sistemas que ignoram essa possibilidade de conflito aumentam a possibilidade de ocorrência e isto pode eventualmente resultar em problemas maiores. “O estabelecimento de sistemas hierárquicos rígidos pode aumentar a velocidade das decisões, mas, ao mesmo tempo, pode ignorar os interesses de alguns dos participantes do processo e colocar em risco o próprio sistema” (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010, p.67).

Um destaque importante deve ser dado a não confusão sobre o conflito, isto significa afirmar que a noção de conflito não pode ser confundida com um simples problema. De forma bem simplificada a diferença básica entre conflitos sociais e socioambientais (ou ambientais) estaria no fato do meio natural se portar como parte integrante das disputas. É importante considerar que, a nosso ver, todos os conflitos ambientais ou socioambientais são também sociais, mas que nem todos os conflitos sociais são necessariamente ambientais.

Para tal percepção decidiu-se expor as compreensões atribuídas por Henri Acserald para conflitos ambientais e as atribuídas por Paul Little para conflitos socioambientais, na tentativa de demonstrar a estreita ligação entre os termos (o que justifica a sua abordagem conjunta na pesquisa, acreditando-se na semelhança da abordagem entre eles):

Assim, para Acserald (2004, p. 26), os conflitos ambientais são:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Para Paul Little os conflitos socioambientais acontecem “quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico” (LITTLE, 2004, p. 1). É importante destacar que o conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos” (LITTLE, 2001, p. 107).

Segundo Zhouri e Laschefski (2010), há três modalidades de conflitos ambientais: (a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais. Tais modalidades não se excluem e podem até não servir como o “modelo ideal” nas análises sobre os conflitos, entretanto ajudam a compreender as suas derivações. Alguns conflitos podem se enquadrar em apenas uma modalidade, entretanto é bem comum a ocorrência do conflito que conjugue todas as modalidades, sobretudo quando o conflito ocorre entre atores que representam territorialidades modernas versus territorialidades tradicionais.

Os conflitos socioambientais estão cada vez mais presentes em lugares em que a desigualdade se faz como consequência dos processos de dinâmicas sociais e econômicas atuantes sobre os territórios e seus recursos naturais, bem como por uma ausência de políticas estatais efetivas. As diferentes práticas e racionalidades apresentadas na apropriação e uso da natureza gerando sua transformação são geradoras dos conflitos, por defesa de seus territórios, de suas identidades, de seus recursos. O conflito socioambiental não deve ser somente caracterizado por suas lutas ecológicas, mas também pela luta por autonomia e democracia. Nesse sentido Enrique Leff afirma:

Os movimentos ambientalistas nos países pobres surgem em resposta à destruição da natureza e ao esbulho de suas formas de vida e de seus meios de produção; são movimentos desencadeados por conflitos sobre o acesso e o controle dos recursos; são movimentos pela reapropriação social da natureza vinculados a processos de democratização, à defesa de seus territórios, de suas identidades étnicas, de sua autonomia política e sua capacidade de autogerir suas formas de vida e seus estilos de desenvolvimento (LEFF, 2001, p. 111).

O atual contexto leva a entender a existência dos conflitos socioambientais por uma visão de desenvolvimento economicista, em que os critérios deste estão atrelados ao produtivismo e ao consumismo. Nesse sentido há intensas apropriações de recursos naturais, bem como de espaços públicos que acabam por serem apropriados para fins específicos produzindo a reação de grupos sociais que se sentem atingidos (territorialmente, ambientalmente, culturalmente, socialmente).

Então, os conflitos podem estar associados a diversas atividades e setores, envolvendo variados atores sociais, com distintas cotas de poder e diferenciados interesses e racionalidades, e, também podem ser encontrados em diversas ordens de escala. Tais fatos

levam a uma necessária e inevitável análise sobre seu contexto histórico para que se tenha uma real compreensão sobre os mesmos.

O capitalismo se estabelece como uma consolidação do território capitalista. A produção capitalista se dá de maneira desigual e conflitiva, gerando disputas territoriais permanentes que se desenvolvem no âmbito político, teórico, ideológico e que nos permite compreender os territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2009).

A economia determina o processo de produção do território, o jogo político o regula. Então as constantes mudanças na estrutura econômica mundial, distribuem e/ou redistribuem espacialmente as atividades, gerando, nesse contexto, a resistência de populações à manipulação dos seus territórios, agregando movimentos sociais organizados em base territorial contra a falta ou pouca capacidade do Estado em atender seus interesses. “O conflito é o de perda de território, e se manifesta na luta pelo acesso à terra” (BECKER, 1983, p. 14).

Os diferentes tipos de territórios, produtores e produzidos por distintas relações sociais, são disputados cotidianamente, por inúmeros agentes no choque de opiniões sobre modelos de desenvolvimento e de sociedade. Contextualizando, é importante falar sobre as políticas que influenciaram as disputas e ressignificação do conceito de território, principalmente por terem começado a utilizar o conceito como uma forma de dominação, provocando reações de resistência e ascensão da emergência do lugar.

Os conflitos socioambientais são configurados como processos de disputas por variados atores sociais (que possuem racionalidades diferentes) e suas relações com os recursos naturais. Tais relações giram em torno da apropriação do território (o acontecer no território – símbolos, existências de recursos, funcionamento de atividades), havendo a necessidade de uma compatibilidade nas formas de geri-los. Mesmo que certas análises pareçam pontuais ou muito localizadas deve-se considerar que a base dos conflitos se dá por uma dinâmica global, com usos variados em muitos territórios e nos vários níveis de articulação.

2.3.3 Os agentes e suas posições e as formas de análise dos conflitos

A ideia sobre o foco nos agentes e seus interesses ganha espaço, sobretudo a partir dos estudos desenvolvidos por Bryant e Bailey (1997), que destacam o exercício do poder, tanto dos impactos gerados de um ator sobre outro, como através do capital humano e financeiro, e também pelos meios discursivos. Não se trata apenas do poder da classe dominante, destaca-

se, ainda, o poder que os agentes ditos mais fracos obtêm, que se daria através do conhecimento local, formando redes e elaborando discursos que vão de encontro ao das classes hegemônicas, os contra-discursos.

Os atores, ou agentes, podem ser indivíduos, grupos, organizações, Estado. Assim, “podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações de identidade própria, reconhecidos por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação” (NASCIMENTO, 2001, p.95). Podem situar-se em diferentes escalas e são caracterizados por possuir diferentes racionalidades (diferença de valores, interesses e percepções), sendo que são estas as orientadoras de suas ações. Nesse sentido, identificar os agentes e suas relações faz-se de extrema importância para se perceber o cerne do conflito.

Os agentes fazem parte dos principais elementos constituintes dos conflitos e como nunca são estáticos, garantem um movimento constante aos processos de disputa. Para efeito analítico, ocupam cinco posições possíveis no interior de um conflito (*Ibid*, p. 96):

1) Promoção: quando estão dispostos a se movimentar com todos os seus recursos para que haja um determinado desfecho.

2) Apoio: quando tem uma posição favorável a determinadas iniciativas ou desfecho, mas não estão dispostos a se jogar com todas as forças no processo.

3) Neutralidade: quando por alguma razão não tem ou não querem assumir posição favorável a qualquer dos lados em disputa.

4) Oposição: quando se colocam contra determinadas iniciativas ou desfecho do conflito mas, não estão dispostos a utilizar todos os seus recursos.

5) Veto: quando utilizam todos os seus recursos disponíveis para impedir que o conflito caminhe em um determinado sentido.

As diferentes percepções dos agentes sobre o território são, então, reveladas nos conflitos que demonstram como as práticas de poder exercem influência sobre o ordenamento e gestão territorial. Assim, os variados agentes desenvolvem estratégias que são esboçadas no campo do conflito, quer seja o apego aos seus direitos e à legislação, como costumam fazer os “mais fracos”, ou quer seja através da chantagem locacional, como costuma denominar Henri Acselrad às estratégias adotadas pelas empresas para viabilizar suas instalações no local desejado.

Tem se notado a existência de conflitos entre os quais se contrapõem tentativas de deslocamentos e realocamentos territoriais promovidas pelo Estado, que atua em parceria com grandes empresas públicas e/ou privadas, ou promovidas por instituições privadas com o apoio do Estado. Esses fatos culminam em processos de reterritorializações distintos que

visam à manutenção do território para os grupos locais, passando por buscas de (re)elaborações de identidades e discursos no processo de luta pelo (re)conhecimento e pela defesa de direitos territoriais.

Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição ou alteração destes significa uma forma de “diluição” desses agentes, colocando as lutas por recursos ambientais como parte de uma luta simbólica, para redefinir ou manter relações de poder sobre o território. Considerando que “cada ator social tem sua própria forma de adaptação, ideologia e modo de vida” (LITTLE, 2001, p. 109), na esfera do conflito, o ator que impõe suas práticas espaciais é quem detém o controle territorial.

Nessa medida, o que se tem é a conformação de zonas de conflito onde as assimetrias de poder que atravessam as relações entre os segmentos em disputa, lançam processos violentos de expropriação das populações locais. A introdução de determinadas racionalidades, de formas “forçadas”, acabam por destruir territórios e os criar novamente, provocando reações que condicionam novas práticas socioespaciais revelando a necessidade de se atualizar ou renovar, também, as formas de se planejar e gerir o território e o ambiente, ou o território-ambiente.

Considerando as diferentes nuances envolvidas em torno de um conflito de qualquer natureza, pode-se considerar a existência de cinco elementos centrais para a análise de um conflito, a citar:

Quadro 02: Elementos de um conflito

| | |
|-------------------|--|
| Natureza | Os conflitos têm naturezas diferentes, podem ser de natureza econômica, política, ambiental, doméstica, internacional ou psíquica, entre outras. Cada um desses tipos de conflito predomina em épocas ou espaços diferentes, de acordo que as percepções e importâncias que assumem em cada contexto. |
| Atores | Indivíduos, grupos, organizações ou Estados que têm identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar seu contexto, não se esquecendo que estes são movidos por interesses, valores e percepções próprios a cada um. Movimentam-se constantemente e modificam-se segundo a natureza do conflito. |
| Campo do conflito | Um espaço definido que limita os movimentos e os recursos a que podem recorrer suas disputas. |
| Objetos | Sempre escassos ou vistos como tais, podem ter natureza material ou simbólica, profana ou sagrada, pública ou privada, e assim por diante. |
| Dinâmica | Cada conflito, segundo sua natureza, tem uma história própria, uma forma de evoluir, conhecendo períodos mais ou menos intensos, mais ou menos rápidos. Pode ter uma lógica distinta. |

Fonte: Nascimento, 2001 (organizado pela autora).

Assumir uma perspectiva para o estudo dos conflitos e configurá-los como conflitos socioambientais não é apenas enquadrar em um escaninho terminológico tal tipologia. Exige, portanto, uma posição do investigador que alie a interação entre sociedade e ambiente e compreenda que as racionalidades e apropriações divergentes em torno do território e seus recursos têm levado a sociedade a processos que influenciam diretamente a configuração territorial existente. Através de uma visão bem formada e que contribui significativamente para a compreensão dos conflitos socioambientais, decidiu-se enquadrar as análises em uma etnografia elaborada por Paul Little (2004).

Então o primeiro ponto da análise deve ser a identificação do foco central do conflito, dos pontos críticos, ou seja, saber realmente o que “está em jogo”. Little afirma localizar pelo menos três grandes tipos de conflitos, que seriam: a) o conflito em torno do controle sobre os recursos naturais; b) o conflito em torno dos impactos, sociais ou ambientais, gerados pela ação humana; c) os conflitos em torno de valores e modos de vida, expondo os choques de valores e de ideologias.

O segundo passo está na identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos, com uma profunda compreensão das intenções e posições de todos, as suas interações, a descrição das suas distintas cotas de poder, incluindo os poderes formais e os poderes informais. Em muitos casos, o exercício do poder não acontece em arenas formais, obrigando o pesquisador de descobrir os jogos ocultos de poder.

Como terceiro ponto está o mapeamento das interações políticas para ajudar a entender a “dinâmica própria” de cada conflito. O conflito pode apresentar momentos de maior intensidade e outros de menor, ficando quase na invisibilidade. Esse passo se daria através da identificação das polarizações e das posições e o mapeamento das alianças e coalizões; das análises das táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e o alinhamento das distintas tentativas de resolução.

O autor ainda destaca que, na análise dos conflitos socioambientais, deve-se ter certo cuidado em postular soluções tecnicistas. Há algumas noções que apesar de apresentar importante contribuição para a solução de um determinado conflito, envolvem questões que lançam critérios puramente técnicos, assim não apontando medidas plausíveis de resolução dos conflitos. Nesse sentido, serão abordados nos capítulos de análise a seguir como a gestão do território atua no desenvolvimento dos conflitos socioambientais, destacando-se as políticas de desenvolvimento que seguem uma lógica global, sendo projetadas para um contexto nacional, mas que refletem intensamente nos espaços regionais e locais, interferindo diretamente no lugar.

3 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FASE DESENVOLVIMENTISTA

A fase desenvolvimentista compreende o período de 1930 e 1989¹¹. Apresenta três noções de origem: a consciência da transição, o desenvolvimento como vetor da política exterior e o realismo de conduta. Assim inventa um novo modelo de inserção internacional à luz de outras três noções: realizar interesses de uma sociedade complexa; conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não-doutrinário, subordinar a política de segurança aos fins econômicos e negociar com os grandes e vizinhos.

As ideologias desenvolvimentistas irromperam com muita força no Brasil¹², então os ganhos internos eram identificados ao ganho de desenvolvimento, que se confundiu com a expansão da industrialização, convertendo-se no objetivo-síntese da política exterior. A intenção era converter a política exterior em política de Estado, acima de regime, governo ou partido. O Estado deveria satisfazer as necessidades de empresários, industriais, agricultores, operários, camponeses, militares e outros segmentos, instalando o conceito de interesse nacional múltiplo.

As velhas elites da economia primária perderam poder em favor de lideranças urbanas com visão moderna de interesses e de relações internacionais, isto é, a transição de interesses de um grupo para os interesses de uma nação. Alguns elementos caracterizaram a mudança, tais como a inconveniência do modelo anterior de agroexportação, a vivência de uma fase que permitia que o desenvolvimento fosse objeto-síntese da política exterior.

A verdadeira ofensiva à exploração da Amazônia Oriental tem início na década de 1970 (quando se tentam criar estratégias para a crise do petróleo que tinha abatido o mundo), demonstrando a efetiva intervenção do Estado na região. A entrada dos detentores do capital era constituída de grandes grupos originados do Centro-Sul e de outros países, notadamente norte-americanos, que buscavam apropriar-se de grandes áreas da Amazônia. Esse foi um

¹¹ Mesmo que a fase desenvolvimentista tenha início no ano de 1930, o recorte feito no trabalho levará em consideração um período mais curto, de 1964 a 1989, sobretudo por desejar tratar o processo a partir do momento em que se inicia o período ditatorial brasileiro e seus reflexos na escala de São Luís, com a implantação dos grandes projetos.

¹² “A vertente desenvolvimentista desse pensamento latino evoluiu, desde as formulações do grupo da Cepal, que elaborou nos anos 1950 uma teoria originalmente inspirada nas práticas políticas de Vargas [...] centro-periferia, indústria, mercado interno, renda salarial, deterioração dos termos de troca” (CERVO, 2008, p. 73).

período de intensa penetração de trabalhadores, provenientes de áreas rurais de diversas regiões do país e que dispunham somente de sua força de trabalho.

As políticas regionais brasileiras no âmbito da gestão do território na fase desenvolvimentista

As políticas estabelecidas em um território são configuradas como um conjunto de planos estratégicos, assumindo formas que se adequam aos interesses dos agentes hegemônicos. Tais políticas podem ser desenvolvidas por agentes públicos, privados, ou pela parceria entre eles (caso mais comum). Elas interferem na estrutura local, geralmente afetando interesses e decisões em diversas escalas de poder.

A realidade brasileira mostra que as políticas territoriais promovidas pelo Estado, que cada vez mais se encontra aliado a setores privados, utilizam a gestão como instrumento de promoção de interesses nacionais, na tentativa de cumprir metas e se localizar em posição favorável globalmente, através de um discurso de desenvolvimento regional. Assim, são inseridas práticas de gestão do território através de planos, programas e metas, projetadas no desenvolvimento de governos nacionais, cada qual embutida em uma lógica de interesses superiores, sob a égide do capital globalizado, tais como: beneficiar o país através do seu comércio exterior; promover ações voltadas à privatização com a finalidade de tentativas de estabilização econômica; trabalhar com a tentativa de estabelecer o país como destaque dentro de determinado bloco.

O Brasil teve uma gestão territorial, desenvolvida por volta dos anos 1960-70, fortemente influenciada pela teoria dos polos de crescimento (de François Perroux, 1955), que estabelece a ligação entre Estado, grande empresa e território. Sua teoria demonstra que o crescimento localiza-se em pontos, não tendo, portanto, uma difusão em todo o território nacional. O desenvolvimento se daria como consequência desse processo, isto significa dizer que a economia regional se daria através da implantação de uma indústria motriz, que atrairia mais indústrias, formando um complexo industrial e induzindo um crescimento econômico nacional.

Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias (EGLER, 1995, p. 214).

O Estado assume o papel de indutor do desenvolvimento, procurando adequar a estrutura territorial do país para estar pautada à implantação maciça de indústrias, explorando algumas regiões com maior intensidade, ou seja, “as zonas ativas” exercendo efeito de dominação sobre as “zonas passivas”. Essa lógica de polarização trabalha com os ideais econômicos em detrimento dos sociais, fazendo da regionalização um instrumento de ordenação do território. Sobre tal, emergem críticas:

Na verdade, o território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar, o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder, devem ser levados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 1995, p. 100).

Algumas políticas foram projetadas para atender o desenvolvimento regional através da tentativa de aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento, a adesão da SUDENE (em 1966) é um grande exemplo. Logo após a forma de gestão do território via planejamento regional se esvazia, fortalecendo uma gestão do território que passa a ser efetuada a partir da estratégia de integração nacional. Para tal, foi traçado o PIN (Programa de Integração Nacional) que elaborava a integração regional a partir de polos regionais agrícola-industrial (regiões Sul e Nordeste) e agrícola-mineral (Planalto Central e Amazônia).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1972-1974) e II (1974-1979) previam a ocupação do espaço econômico brasileiro, expandindo a fronteira econômica e promovendo a política dos polos. Em linhas gerais, “a estratégia era alcançar a autonomia nacional e o fortalecimento do espaço político do Estado através do domínio do vetor científico-tecnológico, que se constituía como condição básica para a continuidade acelerada do crescimento” (DA SILVA, 1993, p. 55). Então, a estratégia de desenvolvimento integrado do Brasil, resultou na proposta de integração produtiva e financeira do território nacional.

3.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA¹³ NA FASE DESENVOLVIMENTISTA

3.1.1 Contexto histórico e socioeconômico na Amazônia

Entender o momento histórico e socioeconômico pelo qual se passa a Amazônia nesse período requer uma breve retratação sobre a dinâmica do território nacional que remonta aos anos 1950, sobretudo porque o aprofundamento da industrialização se faz ainda por ação do governo democrático nacional. Becker e Egler (1993, p. 142) afirmam que “as três mudanças estruturais fundamentais que ocorreram simplesmente aceleraram um processo já iniciado na década de 50”. Tais mudanças seriam: o deslocamento do eixo dinâmico do setor agrícola para o industrial, o deslocamento definitivo do setor exportador como base do crescimento e o alargamento das margens da pobreza absoluta.

A Amazônia que, até 1950, era basicamente caracterizada por exportar produtos primários (castanha, borracha, fibras e madeira), tinha suas funções atendidas pelo rio, que servia para escoar produtos e atender necessidades da população que habitava ao longo do seu curso, com um sistema de exploração pouco dinamizado e estrutura sócio-política tradicional, o que sustenta a rede urbana do período.

Após 1960 a rede urbana é constituída através das estradas, o que passa a estabelecer um crescimento na ligação com o território nacional, ocasionando um aumento populacional dado, sobretudo, pela intensa migração incentivada por iniciativas estatais. A figura do Estado aparece como gestor institucionalizado do “desenvolvimento”, que cria condições para incluir o país no mercado global.

Nesse sentido, a exploração de recursos na Amazônia assume grande importância. A partir de 1979, a região começa a receber grandes projetos produtivos que tinham como objetivo atender o mercado externo, pelo fornecimento de ferro, manganês, bauxita, alumínio e alumina.

¹³ A Amazônia que é retratada no trabalho refere-se à Amazônia Legal brasileira, região compreendida pela totalidade dos estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do Meridiano 44°). A região engloba uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política captadora de incentivos fiscais, voltada à promoção do “desenvolvimento” regional (Ver Anexo I).

3.1.2 Ações de gestão do território na Amazônia

A concepção da adequação da industrialização à estrutura territorial não foi exclusiva desse período, iniciando-se desde o Plano de Metas estabelecido por Juscelino Kubitschek, entretanto só toma forma com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) desenvolvidos posteriormente, consolidando o projeto de ordenamento territorial nacional. “É somente entre 1966 e 1985 que se inicia o planejamento regional efetivo da região” (BECKER, 2009, p. 25).

O Estado toma frente ao processo e promove uma série de projetos para a “ocupação” e “modernização” do território amazônico, configurando “a produção do espaço pelo Estado” (*Ibid*, p. 26). Então, após a construção do território, o Estado passa a produzir um espaço político, que seria o seu próprio espaço, para exercer o controle social, um espaço com normas, leis e hierarquias, que fora sendo formado com grandes investimentos, consolidando uma estrutura física, cada vez mais interligada por redes.

O estímulo para mobilizar capital e migrantes para as novas frentes de povoamento também decorreu de investimentos públicos em 12.000 km de estradas em 5 anos, 5.110 km de redes de comunicação, redes de distribuição de energia elétrica, construção de hidrelétricas e levantamento dos recursos naturais de 5 milhões de km² (aerofotogrametria e RADAM). Foram investidos 10 bilhões de dólares (1970) pelo governo federal e empréstimos de bancos internacionais. Genericamente, a partir de 1960, intensificou-se a ocupação urbana. A política de desenvolvimento da região expressa pelos projetos de colonização regional e investimentos em infraestrutura desencadeou um processo intenso de ocupação com a chegada de imigrantes do nordeste e sul do Brasil (KAMPEL *apud* MORAIS, 2007, p. 92).

Considerando a importância que as estradas têm no processo de ocupação de um lugar e escoamento da produção, promove-se a construção das rodovias Belém-Brasília, Brasília – Acre, Transamazônica, Cuiabá-Santarem. Há a formação de uma “malha programada” ou “projetada”, que seriam programas e projetos governamentais que contavam com apoio técnico e político, se concretizando nas redes, telecomunicações, energia e na formação de novos territórios. “Os elementos da malha programada são mais visíveis nas políticas de urbanização, desenvolvimento regional, polos de crescimento e ocupação da Amazônia” (BECKER; EGLER, 1993, p. 145).

Instala-se, em 1967, a Zona Franca de Manaus (ZFM), que atendia ao objetivo de integrar a porção ocidental da Amazônia, através da criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos. Foram então, inseridas indústrias em meio à economia extrativista já existente, atribuindo outras funcionalidades ao território.

Dentre as metas do I PND estava a expansão da fronteira econômica para a Amazônia. Para tal, foi desenvolvido o PIN em 1970, que assumiu o processo de ocupação da região, pretendendo estender a rede rodoviária e implantar a colonização oficial nas áreas em que a Sudene e a Sudam atuavam. Nesse sentido, o I Plano de Desenvolvimento Amazônico correspondia ao início das ações de integração.

Foram desenvolvidos projetos de colonização efetivados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, com projeções de lotes individuais, agrovilas, agropoles e rurópolis¹⁴. Na mesma época também foi promovida a capitalização rural através do Proterra, que era o programa de redistribuição de terras e estímulos à agroindústria do norte e do nordeste.

O II PND (1974–1979) determinou uma nova etapa no processo de integração territorial, atuou através de uma estratégia de ocupação produtiva da Amazônia, oferecendo incentivos fiscais. A Polamazônia (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) caracterizava o II Plano de Desenvolvimento Amazônico, estava enquadrada nesse contexto e objetivava a concentração de recursos em áreas selecionadas para o estímulo de fluxos migratórios, o aumento do número de rebanhos e a melhoria de infraestrutura urbana.

O III Plano de Desenvolvimento Amazônico tinha o Polonoroeste (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil) como seu projeto alvo. Ele previa a pavimentação da BR-364 (Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco), para aproveitar esse corredor viário já existente. Outro projeto no âmbito do III PDA foi o Programa Grande Carajás que visava criar as condições de exploração e comercialização das jazidas de minério localizadas na região de Marabá (sul do Pará), além das minas destinadas à extração do minério. O PGC foi traçado para ser um projeto capaz de sustentar a economia do país através das exportações. Dentre as medidas tomadas para sua viabilização destacam-se a construção da extensa estrada de ferro que liga as minas ao litoral maranhense e a construção do Porto do Itaqui (em São Luís – MA).

O projeto Calha Norte foi o último grande projeto dessa época, implantando em 1985, e visto por alguns pesquisadores como projeto representativo do esgotamento do modelo que vinha sendo adotado, modelo esse reconhecido como desenvolvimentista. O projeto objetivava assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e dar assistência aos índios, em uma larga faixa de extensão na Amazônia.

¹⁴ Segundo Mello (2006, p. 29) agropoles são vilas um pouco maiores do que as agrovilas e com alguns equipamentos e as rurópolis são núcleos urbanos que assumiam função de centros regionais.

Em síntese, são instalados uma gama de projetos, dentre eles os que ganham mais destaque: Trombetas, Alumar, Ferro Carajás, Albrás, Alunorte. Como retrata o quadro a seguir:

Quadro 03: Grandes projetos produtivos na Amazônia

| Grandes projetos produtivos na Amazônia | | | | | | |
|---|---------------------|---|--------------------|--------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| Projetos | Data de inauguração | Acionistas (%) | Produto | Principais mercados | Número de empregos criados | Investimentos (milhões de dólares) |
| Carajás | 1985 | CVRD 100 | Ferro e manganês | Japão RFA Domésticos | 7.000 | 3.616 |
| Trombetas | 1979 | CVRD 46 Votorantin 10 Alcan 24 Billington 10 | Bauxita | Canadá EUA Venezuela | 1.600 | 500.000 |
| Albrás | 1985 | CVRD 51 NAAC (Nippon Amazônia Aluminium) 49 | Alumínio | Valesul | 3.032 | 2.500.000 |
| Alunorte | 1985 | CVRD 60.8 NAAC 39.2 | Alumina | Albrás Valesul | 854 | 571 |
| Alumar | 1984 | Alcoa 60 Billington 40 | Alumina e Alumínio | Valesul Alcan EUA Doméstico | 2.000 | 1.500.000 |

Fonte: Grande Carajás *apud* Morais, 2007, p. 108.

3.1.3 Resultados das ações na Amazônia

O acelerado processo de incorporação da Amazônia na economia nacional, que deveria se enquadrar aos padrões mundiais, trouxe consequências ao território e aos aspectos que a ele são inerentes, o ambiente e a sociedade. As estratégias de ocupação das áreas, somadas ao contingente populacional já existente, acabaram por ocasionar uma rápida apropriação territorial sem que houvesse demanda suficiente em infraestrutura para atender a todos. A ligação ao mercado internacional foi promovida antes mesmo que existisse uma efetiva integração entre os territórios nacionais.

Os polos de desenvolvimento não tiveram o êxito que pretendiam, já que seus principais objetivos estavam centrados para fora do país: “aumentar as exportações transferindo aos países do centro as matérias primas beneficiadas para o seu parque fabril sem o ônus dos impactos ambientais e sociais que ficavam na periferia” (JATOBÁ, 2006, p. 100).

Para além dos objetivos nacionais, todo esse movimento sustentado pelo Estado brasileiro, tinha como objetivo principal a valorização do capital, disfarçado sob o discurso de “modernização” da Amazônia. A implantação de grandes projetos, com as estratégias de desenvolvimentos em polos, que funcionaram como enclaves¹⁵, configurou bruscas modificações no território e efetivou impactos ao sistema natural local. Mesmo com muitos debates (sobretudo em âmbito acadêmico) sobre as consequências das políticas territoriais que estavam sendo efetuadas, não se produziram mudanças nas diretrizes do governo brasileiro.

Esta fase foi ainda marcada por intensos conflitos sociais e intensos impactos ambientais negativos: conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios, desflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população (BECKER, 2009, p. 27).

Ao longo da estrada de ferro, o PGC estimulou a instalação de uma série de usinas produtoras de ferro-gusa, que utilizam o carvão vegetal como insumo energético e redutor, provocando a degradação de grandes porções de floresta amazônica. A cada tempo mais, tirava-se o pequeno agricultor de suas terras para dar espaço aos mega-projetos. Pouco se deu importância ao contexto social, afetando os modos de vida, a cultura, as tradições das populações, resultando na geração de conflitos voltados à manutenção da vida social peculiar e à preservação ambiental.

O esgotamento do nacional desenvolvimentismo no contexto nacional provoca atitudes diferenciadas sobre a interferência do Estado que, em um momento inicial, passa a atuar minimamente e transfere para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado.

Os movimentos de resistência social ganham certo espaço, fazendo com que suas causas sejam “vistas”. Na Amazônia, estes pontos se refletem através da “paralisação” da implantação de grandes projetos com caráter apoiado na ideologia da segurança nacional, bem como pela criação do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS, que é um movimento de resistência das populações locais que acaba ganhando bastante difusão ultrapassando o âmbito regional.

¹⁵ A palavra enclave vem do latim *inclavatus*, significando fechado. Um projeto de enclave seria aquele inserido em um espaço (sub)periférico, atuando com capital e tecnologia exógenos, atraídos mediante vantagens competitivas estáticas (por vezes, incentivos fiscais), onde os lucros retornam aos donos do capital.

3.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS NA FASE DESENVOLVIMENTISTA

3.2.1 Contexto histórico e socioeconômico em São Luís

Por ter características naturais e construídas¹⁶ que beneficiam a implantação de grandes projetos, São Luís (capital do Maranhão) se faz como uma das cidades que se deu com uma urbanização dependente, com um modelo concentrador de renda, tendo seus espaços definidos pelos usos da terra, os quais, embora fragmentados, foram feitos de maneira articulada.

Assim, com muitos altos e baixos nos períodos anteriores do setor econômico ludovicense, este momento é visto a partir das políticas desenvolvidas nacionalmente que ressaltam o cenário em escala local: grande concorrência comercial, ausência de crédito e de financiamentos, fraco apoio técnico, escasso suprimento de energia, bem como pela disputa interna de diferentes grupos comerciais. Esses fatores fizeram com que as indústrias têxteis (com êxito em momento anterior) falissem, desempregando milhares de operários e relegando a capital maranhense a uma posição de quase isolamento no setor econômico.

É justamente nessa fase que o aumento do número de migrantes do nordeste, tentando fugir da seca, dirige-se ao município. Assim, com o já número de desempregados das fábricas, somados aos migrantes que chegavam em São Luís, cria-se uma cidade economicamente incapaz de abrigar tal acréscimo populacional, relegando áreas sem infraestrutura para a moradia dos mesmos.

O sistema viário da Ilha começa a ter certo crescimento, antes constituído somente pelo “Caminho Grande”, que estabelecia ligação Centro – Anil – São José de Ribamar, é acrescido pela construção das pontes Bandeira Tribuzi e Governador José Sarney (ambas sobre o rio Anil), bem como pela abertura de avenidas, permitindo que a urbanização avançasse para outros setores da Ilha.

A cidade passa a conhecer maior dinâmica populacional com a chegada dos grandes projetos (Vale e Alumar), fazendo com que surgissem conjuntos habitacionais, de classe média e alta, em vários pontos da cidade, cada vez mais distantes do centro. Podem ser citados: COHAMA (Cooperativa Habitacional do Maranhão) COHATRAC (Cooperativa

¹⁶ Como característica natural pode ser citada a existência de uma baía com ótima profundidade natural mínima de 23m, a Baía de São Marcos, ligada ao Oceano Atlântico; e, como característica construída podem se destacar o Complexo Portuário do Itaqui que estabelece ligação com muitos pontos internacionais, favorecendo a economia financeira entre os mercados.

Habitacional dos Trabalhadores no Comércio da São Luís), Conjunto Habitacional do Turú, do Vinhais e Conjunto Habitacional Angelim, Residencial Renascença e os Conjuntos da COHAB-Anil. A expansão também avança sobre os municípios vizinhos (São José de Ribamar e Paço do Lumiar) (DINIZ, 1999).

Na década de 1980, o setor de construção, que já tinha tido certo impulso anteriormente, continua a ser efetuado, seguido das atividades madeireiras, de metalurgia, de materiais metálicos e não-metálicos. É importante destacar o contingente de migrantes que serviram às construções dos grandes empreendimentos foram posteriormente dispensados, acabando por formar grandes massas urbanas, gerando ocupações desordenadas.

O atrativo exercido pelos discursos dissipados com as implantações dos grandes projetos faz a população da cidade, praticamente, duplicar em 15 (quinze) anos. “A população, que em 1970 era de 265.486 habitantes [...] em 1985, alcança a quantia de 596.691 habitantes (MORAIS, 2007, p. 144), tal aumento supera quase três vezes o crescimento do estado do Maranhão.

A expansão urbana de São Luís, que ocorreu na década de 1980/90 não foi decorrente do processo de industrialização, que não gerou empregos em números suficientes para o volume do êxodo rural, causando desempregos. O setor secundário ou industrial absorveu pouca mão-de-obra e o setor terciário tornou-se hipertrofiado, pouco capitalizado e com atividades de pequeno porte, muitos considerados como sub-empregos, como vendedores ambulantes, camelôs, guardadores de carro (DINIZ, 1999).

3.2.2 Ações de gestão do território em São Luís

O poder estatal acaba agindo fortemente nesse período, a partir das investidas do regime ditatorial com os projetos de cunho nacional para a Amazônia (com extensões para a cidade de São Luís) beneficiando a instalação de um complexo voltado a atender o mercado de exportação. O Estado patrocinou, toda “a infra-estrutura urbana e portuária necessária ao funcionamento das indústrias de transformação mineral, a Albrás e a Alunorte, em Barcarena (PA) e a Alumar em São Luís, (MA)” (MONTEIRO, 2005, p.108). Nesse sentido são instalados em São Luís, além da Alumar (1980); a Vale – (1976); a Estrada de Ferro Carajás (1978); o Porto do Itaqui (1986).

O fato ganha ênfase a partir de uma perspectiva política em meados dos anos 1970, época em que foi elaborado e aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município, que tinha como principal objetivo orientar o crescimento físico decorrente da

implantação de grandes plantas industriais e redes de infraestrutura. Vários tipos de incentivos foram dados para a implantação de grandes empreendimentos, principalmente nas áreas amazônicas, fazendo com que a capital maranhense fosse atingida diretamente por essas trajetórias que tinham o intuito de promover o “desenvolvimento”.

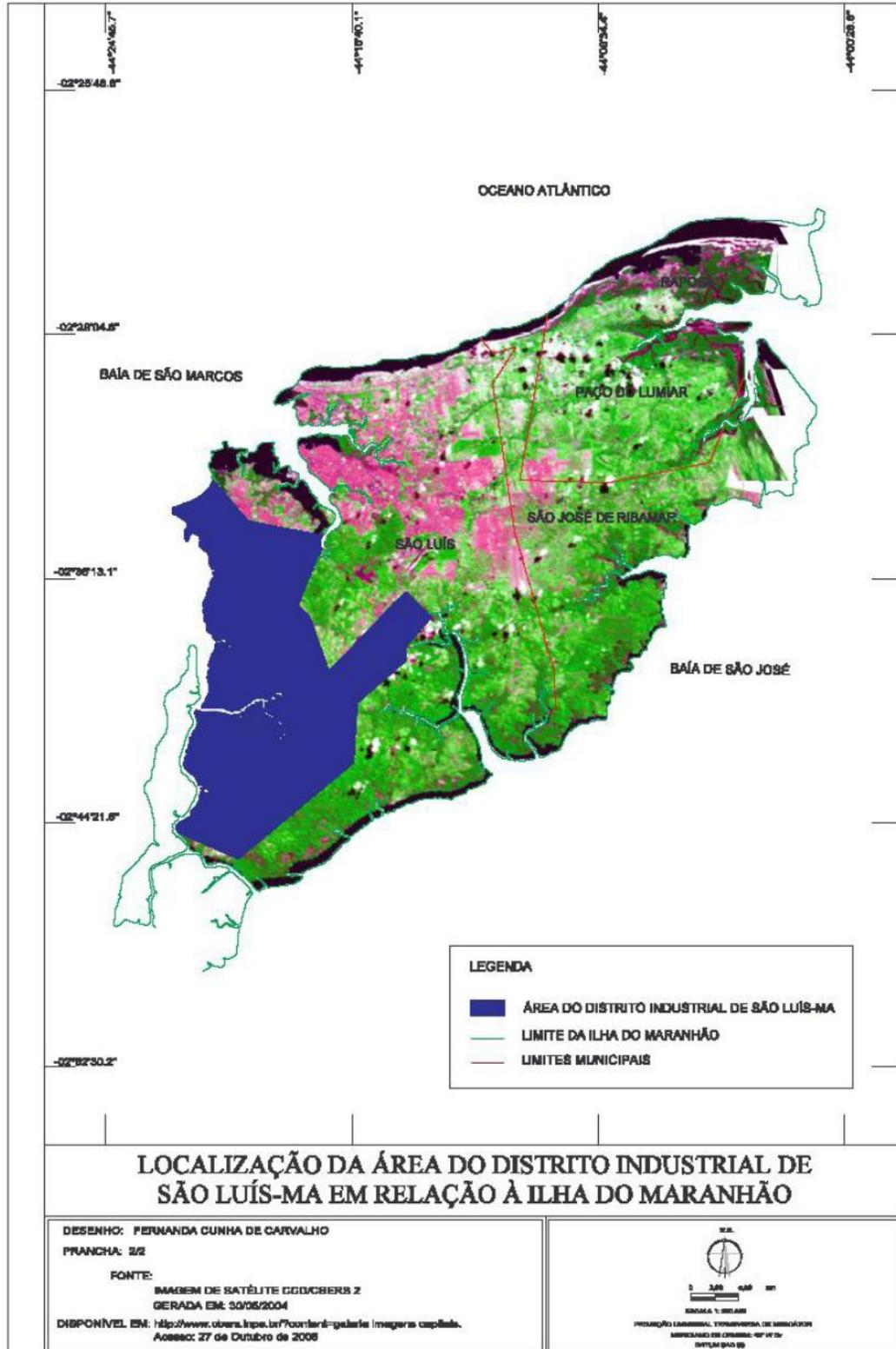
Desde o final da década de 70, a capital maranhense assumiu uma nova vocação econômica a partir da implantação de grandes projetos envolvendo a exploração mineral, que se expressaram na construção da EFC (Estrada de Ferro Carajás) e no terminal da CVRD em São Luís. Ao longo da década de 80 do século XX foram efetivadas também propostas de constituição de pólos de produção siderúrgica e de ferro ligada ao longo do corredor dessa estrada, em adição à implantação da fábrica ALUMAR e ao projeto Usimar [...]. Porém, a especialização desta “vocação econômico-industrial” esteve voltada, prioritariamente, para o mercado externo (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 34).

Segundo Moraes, no dia 23 de julho de 1973, o Ministério das Minas e Energia e da Indústria e Comércio já havia anunciado a decisão que girava em torno da relação estabelecida entre o Porto do Itaqui e os grandes projetos de mineração:

“Minério dos Carajás sai mesmo pelo Itaqui” - A escolha do porto do Itaqui no Maranhão, para servir de escoadouro ao minério de Carajás e da cidade de São Luís para a sede da Siderúrgica que vai transformar esse minério em aço são decisões irreversíveis, informaram ontem fontes dos Ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio (O ESTADO DO MARANHÃO *apud* MORAIS, 2007, p. 122).

A construção das instalações físicas da Vale e da Alumar e essa característica que o Porto do Itaqui assume, enquanto objeto logístico essencial para a lógica mercadológica que vinha sendo estabelecida e efetivada levam a configurações do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) (Ver figura 01). “A idéia de implantação de um distrito industrial em São Luís surgiu quando da divulgação do potencial de minério de ferro da Serra dos Carajás, no Pará, e, da possibilidade do escoamento desse minério pelo Porto do Itaqui” (AYRES, 1990, p. 157).

Figura 01: Localização do Distrito Industrial de São Luís (MA) em relação à Ilha do Maranhão



Fonte: Carvalho, 2008.

Podem ser destacadas, também, como ações governamentais, a criação da Secretaria de Indústria e Comércio (em 1973), responsável pelo planejamento da política industrial no estado, bem como a instituição da Companhia de Desenvolvimento Industrial (em 1974). Nessa fase é elaborado o primeiro Plano Diretor do município, que data de 26 de junho de 1975 (Lei nº 2.155) e sua respectiva lei complementar de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, que tinham como diretrizes básicas a hierarquização das vias urbanas, a organização do espaço urbano em zonas de uso diferenciado e a preservação da paisagem.

Ambas são elaboradas em função das transformações ocorridas no crescimento da cidade, na tentativa de atender as demandas de espaço para a habitação e implementar medidas voltadas ao desenvolvimento econômico, principalmente relativos à implantação do Distrito Industrial.

3.2.3 Resultados das ações em São Luís

Destacam-se os projetos instalados no período de 1970 a 1985, por seu caráter transformador, que trouxeram consequências sociais, ambientais, econômicas, os quais, por vezes são manifestados negativamente sobre a população habitante da cidade:

A estruturação do trabalho a partir do tempo sincronizado do mercado, da mina de Carajás (PA) ao Porto do Itaqui (MA) foi impulsionada pelo movimento diário do trem que atravessa a Estrada de Ferro Carajás, dando visibilidade ao intenso processo de sincronização do tempo mundial o qual colocou os tempos locais nos trilhos do capital (MORAIS, 2007, p. 117).

Houve expropriação de uma grande massa populacional, que habitava o oeste da Ilha, para implementação do Consórcio Alumar, além de influenciar a vinda de um grande contingente de pessoas, o que causou um considerável aumento do número de palafitas que deram origem a grandes ocupações próximas ao centro urbano, surgindo bairros desordenados, sem infraestrutura, saneamento e planejamento urbano. Entre esses, destacam-se: Areinha, Coroadó, Coroadinho, Anjo da Guarda, Vila Nova, Vila Embratel, Vila Bacanga, Sá Viana I e Sá Viana II (MARANHÃO, 1997).

As décadas de 70 e 80 do século XX demonstraram a presença de um fluxo populacional contínuo e ascendente, desde a década de 60, que coincidiu com o avanço espacial da urbanização de São Luís. Além disso, constituíram indicadores seguros das tendências de um movimento populacional mais recente, principalmente se forem analisados em conjunto com o crescimento industrial

estabelecido na década de 80 e os atrativos que foram criados com a implantação de grandes projetos minero-industriais na capital maranhense (SÃO LUÍS, 2006, p. 30).

Tais espaços refletem resultados da implantação e da conseqüente remoção da população anteriormente ocupada, não somente pela instalação da Vale e da Alumar, mas também do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado próximo a São Luís. A falta de um espaço digno de moradia e do não preparo infraestrutural da cidade, reforçado pela recessão econômica pela qual o país passou nesse período, que fez com que o setor da construção, em escala local, obtivesse uma queda, foram alguns dos fatores que acabaram por proporcionar o aumento das desigualdades locais.

Espírito Santo (2006, p. 68) afirma que “a instalação do Distrito Industrial da ALUMAR (...) e da CVRD (...), num primeiro momento contribuíram apenas para o acréscimo populacional da cidade, oriundo da zona rural da Ilha e do interior do estado”. Os empreendimentos, ao atraírem fortemente o homem do campo em busca de sobrevivência, e ao desapropriarem milhares de famílias de posseiros contribuíram para agravar os problemas urbanos (UFMA/SUDAM apud FERREIRA, 1999), tais como o desemprego, a miséria, a fome, a sub-moradia e a violência “conseqüência das migrações, da inchação das cidades, das desigualdades gritantes” (GISTELINCK, 1988, p.151).

Neste período, as atividades econômicas tradicionais declinaram. A cidade foi preparada para tornar-se um centro industrial baseado na atividade mineradora, no aço e metais, sofreu intensa urbanização, e o setor da construção civil emergiu. Mas, como resultado apenas do investimento público, ao contrário de contar como instrumento do crescimento econômico local, devidamente planejado (MARQUES, 1996, p. 74).

Os investimentos industriais trouxeram dúvidas quanto ao envolvimento real e não degradatório do ambiente e da sociedade, gerando protestos que culminaram em uma organização, “um movimento de intelectuais e profissionais liberais de classe média” (LIMA, 2009, p. 241), denominado Comitê de Defesa da Ilha. A organização de moradores foi desenvolvida, sobretudo, pelo papel organizacional de associações, que acabaram sendo assessoradas pelos comitês.

Tal como afirmam Sant’Ana Júnior *et al.* (2009, p. 21), “no Maranhão, os conflitos socioambientais se configuram desde o início dos anos 1980”. Desde então, a atuação de grandes empreendimentos tem ocasionado inúmeros conflitos, que giram, sobretudo, em torno de questões agrárias, urbanas e industriais, no Maranhão como um todo e especificamente em São Luís. “A implantação da indústria da Alumar foi motivo de muitos movimentos populares

através de protestos contra os possíveis acidentes na mesma e as consequências sobre o meio ambiente e a população” (AYRES, 1990, p. 169). Entretanto, é importante destacar que a população diretamente atingida obteve pouco êxito na briga por seus direitos, com ganhos ínfimos (as indenizações) ou até mesmo sem eles.

4 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FASE NEOLIBERAL

A fase neoliberal ocorre entre 1990 e 2002, resultando, portanto, da mudança de governos, não de regime político, revelando três parâmetros: subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso estrutural e histórico.

No Brasil, “aprofundaram-se dependências estruturais com relação ao exterior de modo a fazer prevalecer sobre o interesse nacional os interesses carregados pelas forças transnacionais de globalização” (CERVO, 2008, p 52), isto significa que os comandos externos do centro capitalista eram inspiração do processo decisório. O empreendimento nacional foi empurrado para o setor primário. Os centros de comando exigiam a privatização das empresas públicas, o que faz o governo dar preferência ao capital e às empresas estrangeiras.

Tal fase também obedece aos impulsos externos e internos, considerando a supremacia do mercado e a retirada do Estado como derivações da democracia. Há a substituição do Estado desenvolvimentista pelo Estado normal, este passa a ser expectador de mercado, tendo a função de prover a estabilidade econômica.

As políticas regionais brasileiras no âmbito da gestão do território na fase neoliberal

O contexto nacional leva a uma necessidade de reestruturação produtiva da economia nacional por volta do início dos anos 1990, a questão regional é colocada em um novo patamar, em que o processo de globalização da economia mundial é acompanhado pela fragmentação política em interesses localizados. “Estas relações foram profundamente alteradas pela emergência de novas formas de regionalismo, que, em alguns casos extremados, ameaçam a própria integridade da economia nacional” (EGLER, 1995, p. 223).

O novo período demonstra que não é mais plausível a concentração econômica somente em empreendimentos de grande porte, devendo-se ampliar as possibilidades:

Não é mais possível que as fronteiras de acumulação sejam abertas apenas pelos investimentos concentrados em grandes projetos, é necessária uma intensa cooperação entre as diversas esferas de poder para criar campos de atração para o investimento produtivo, garantindo desde as obras de infra-estrutura até a formação e qualificação da força de trabalho. Isto não é possível sem uma forte participação e efetivo envolvimento das autoridades locais e regionais, o que coloca a questão do federalismo em outro patamar, ultrapassando os limites dos ajustes políticos para fincar raízes no terreno na economia (*Ibid*, p. 226).

As propostas das ZPE (Zonas de Processamento de Exportação), por exemplo, com a abertura de territórios individuais voltados para a exportação, funcionam como um instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

As ZPEs constituem um instrumento de gestão do território em que ao Estado cabe criar condições para a reprodução de relações capitalistas de produção, reduzindo uma área privilegiada do país a um território transnacional, e de outro, cabe à grande empresa a integração competitiva dessa área aos mercados mundiais (EGLER *apud* DA SILVA, 1995, p.58).

Entretanto, há várias críticas sobre a implantação das ZPEs, por elas não produzirem impactos relevantes sobre os locais que se instalam, não sendo instrumentos significativos de atração de capitais internacionais. O maior impacto estaria na absorção de mão-de-obra resultante das inversões que se abrem com a instalação e funcionamento das indústrias que se encontram nas zonas.

4.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NA FASE NEOLIBERAL

4.1.1 Contexto histórico e socioeconômico na Amazônia

A emergência da preservação ambiental começa a ganhar espaço internacionalmente, fazendo com que a Amazônia fosse obrigada a estar enquadrada nos novos parâmetros, dando certa força às populações que lutavam por seus direitos e que acabaram incorporando os discursos ambientais às suas causas, “à crise do Estado e à resistência social, somou-se a pressão ambientalista internacional e nacional para gerar um vetor tecno-ecológico (VTE) que, predominando entre 1985 e 1996, configurou na Amazônia uma fronteira socioambiental” (BECKER, 2009, p. 27).

O VTE constrói demandas de desenvolvimento alternativo, conservacionistas, elaborados não mais somente de cima, contando agora, com a participação de baixo. As organizações não-governamentais, religiosas, partidos políticos, tiveram papel importante nesse processo, assegurando a sobrevivência dessa nova forma de lidar com o espaço. As comunidades originárias da estrutura espacial já existente ampliam suas resistências à exploração de experimentos que possivelmente ocasionariam impactos negativos ao meio e às suas relações sociais.

Nesse contexto de politização da questão ambiental emergem atores interessados na preservação da Amazônia e se criam inúmeros programas e projetos voltados à implementação de políticas com um interesse sustentável. Forma-se uma malha socioambiental, que provoca alterações na lógica da estrutura territorial regional, sobretudo pela demarcação de territórios tradicionais e/ou de interesse ambiental.

Entretanto nos são apresentados dois problemas que impedem a plena expansão do novo vetor, mesmo que ele tenha uma positividade social e ambiental. “A dificuldade de inserção nos mercados em virtude das carências gerenciais, de acessibilidade e de competitividade, e a sua característica pontual, que não alcança a escala significativa de atuação em tão vasta região” (BECKER, 2009, p. 28).

A partir de 1996 uma nova fase é configurada, caracterizada por políticas paralelas e conflitantes, denominada de “icógnita do heartland” (*Ibid*, p. 29). Há, nessa fase, a retomada do planejamento territorial, fortalecendo o vetor termoindustrial, induzido por programas do governo federal (Brasil em Ação e Avança Brasil) pautados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids), contrapondo as forças exógenas de interesse à fronteira socioambiental que emergiu anteriormente.

Nesse período a taxa de urbanização da região aumenta em grandes proporções, mesmo que ainda seja a menos urbanizada do país. Também aumentam o número de cidades, tendo grande polarização por Belém, Manaus e São Luís, que ainda continuam sem suporte estrutural para suportar os contingentes para lá direcionados.

4.1.2 Ações de gestão do território na Amazônia

Há um cenário de retração enquanto a atuação direta governamental sobre a Amazônia, tal como afirma Gomes:

Em 1990, o Programa Grande Carajás é extinto, a Companhia Vale do Rio Doce é privatizada em 1997, e na segunda metade da década, SUDAM e SUDENE tem sua atuação redefinida, passando à condição de agências de desenvolvimento, sem o volume de recursos e a capacidade de intervenção econômica do período anterior. Enquanto o Consórcio Alumar passa por um processo de reestruturação que vai reduzir o seu número efetivo de funcionários (GOMES, 2009, p. 45).

Nesse contexto há uma desenvoltura do modelo de desenvolvimento endógeno com outras formas de exploração econômica, que vão culminar em novas propostas territoriais com vínculos ambientais. Vários programas são desenvolvidos, o Programa Piloto para a

Proteção da Floresta Tropical Amazônica (PPG7) é um exemplo dos programas que assume grande destaque e que acaba por englobar outros no seu bojo. Ele é executado através de uma parceria entre o governo brasileiro, várias instituições coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente, Banco Mundial e agências de cooperação internacionais. Um dos pontos de suas concepções é fortalecer a participação da sociedade civil organizada, através de financiamentos diretos a redes de ONG.

As linhas de ação do PPG7 são: Subprograma Projetos Demonstrativos – PD/A; Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - ProManejo; Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - ProVárzea; Projeto Negócios Sustentáveis - PNS; Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia - Proteger; Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI. O Programa tem atuado nas estruturas territoriais da Amazônia, sobretudo por demarcações efetuadas voltadas a assegurar terras para determinadas finalidades (Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por exemplo), configurando um aumento do número de áreas protegidas.

Outra importante iniciativa tomada pelo governo foi a criação de um sistema integrado, o Sistema de Proteção da Amazônia e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM e SIVAM, respectivamente), que se fizeram fundamentais para a fiscalização e monitoramento da região, bem como à proteção das fronteiras, voltados aos aspectos populacionais, vegetacionais, de uso e ocupação do solo.

Os principais projetos do programa Brasil em Ação concentraram-se na recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém); no asfaltamento da BR-174 (Manaus-Boa Vista); na instalação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; no gasoduto de Urucu e na linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba.

Já no programa Avança Brasil em que foram apresentados os Enids, foi efetuada uma espécie de retomada do planejamento territorial da União, sendo divididos em 6 (seis) eixos e seus sub-eixos (nacionalmente) objetivando o favorecimento das exportações brasileiras, fortalecendo o vetor termoindustrial.

Para a Amazônia foram projetados quatro grandes projetos: a) a integração internacional do Norte; b) a logística da região Madeira-Amazonas; c) a logística do Brasil Central; d) a geração de energia hidrelétrica e implantação de linhas de transmissão. O programa também trabalhou com o Projeto Calha Norte, através da implantação de infraestrutura básica nos municípios reconhecidos como os mais carentes; pela construção de aeródromos na região; bem como de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial.

4.1.3 Resultados das ações na Amazônia

A transição do vetor desenvolvido no programa de desenvolvimentismo nacional para o novo (VTE) que diz considerar os aspectos naturais da região, não ocasionaram consequências de ordens muito diferentes no que concerne ao ambiente, bem como aos aspectos sociais. Analisando, sobretudo, o curto período no qual se apresentou o modelo de desenvolvimento endógeno e sua fragilidade em ter consistência. “O estabelecimento desse novo vetor tecno-ecológico em contraposição ao vetor econômico gerou conflitos de interesse entre projetos conservacionistas e desenvolvimentistas, expressos em conflitos socioambientais e territoriais” (JATOBÁ, 2006, p. 162).

A rápida urbanização que já vinha ocorrendo trouxe inúmeras repercussões para o ambiente e para a sociedade, assim, os polos de desenvolvimento que foram apresentados na retomada no vetor termoindustrial acabaram por se tornar enclaves. Todo esse processo traz a compreensão da continuidade em planos e projetos governamentais de superação de toda a racionalidade construída sobre a Amazônia, de vazío econômico, demográfico e cultural. Para Becker (2009, p. 27) o tratamento do “espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos”.

Os grandes beneficiários dos projetos desenvolvidos no âmbito governamental da fase desenvolvimentista ficaram reduzidos a uma pequena parcela da sociedade, os que respondem pelas grandes empresas. As populações locais foram numerosamente desterritorializadas, situação que não mudou de figura nessa fase.

O crescimento econômico regional induzido predominantemente pelo setor privado, dedicado à produção primária ou básica e voltado para o mercado externo, aprofundou os desníveis de renda, impôs novas relações na hierarquia urbana, remodelou os fluxos migratórios e produziu um descompasso ainda maior entre os núcleos de dinamismo econômico [...]. O resultado ao longo dessas décadas foi o aumento de desarticulação territorial acompanhado de um processo precário de institucionalização democrática, o que favoreceu a oligarquização política (GARZON, 2009, p. 67).

Nesse sentido são traçados planos e programas que incluem instalações de grandes projetos¹⁷ voltados, sobretudo, ao beneficiamento das demandas econômicas, com efeitos

¹⁷ Segundo Becker os grandes projetos devem ser entendidos também como uma forma espacial, caracterizada: “(1) pela escala gigante da construção, da mobilização de capital e de mão-de-obra; (2) pelo isolamento, implantando-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; (3) pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; (4) pela presença de núcleos urbanos

negativos sobre determinadas áreas, recursos naturais e grupos sociais. Podem ocasionar movimentos de contestação contra o espaço (re)produzido e seus agentes, configurando o que se convencionou denominar de conflitos socioambientais. Assim “os conflitos que ocorrem na Amazônia decorrem das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e à reorganização acelerada da sociedade brasileira” (BECKER, 1994, p.8).

Então, contando com uma maior conectividade através das redes, os movimentos de contestação e resistência que já tinham surgido desde o período anterior, aumentaram sua capacidade de organização e visualização, formando novas alianças, parcerias e se fazendo mais fortalecidos, permitindo com que suas histórias sejam conhecidas, ainda que dificilmente reconhecidas.

4.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS NA FASE NEOLIBERAL

4.2.1 Contexto histórico e socioeconômico em São Luís

A instalação da Vale e da Alumar (na fase anterior) proporcionou um aumento do número de empregos gerados, entretanto esse fator foi insuficiente frente à massa populacional que os projetos atraíram, bem como em relação ao número de profissionais contratados por outros setores, não sendo, portanto, a indústria o maior gerador de empregos em São Luís, caracterizando um momento inexpressivo para o setor.

Segundo os dados do IBGE, o crescimento da população é menor que na fase anterior, em 1991 é registrada uma população de 696.371 habitantes e em 2000 a população passa a 870.028 habitantes. É contabilizado pela primeira vez (em 1996) um número de pessoas residentes nas zonas urbanas superando os residentes das zonas rurais, caracterizando o fato, como um processo excludente.

Em São Luís, o comportamento urbano excludente é pressionado por índices e taxas que imputam um crescimento macrocefálico: a densidade demográfica, por exemplo, passou de 938,8/km² em 1996 para 1043,3/km² em 2000. Por outro lado, as taxas de urbanização apresentaram comportamento de 97,6% em 1996 de 96,2% em 2000. Em se tratando da microrregião de aglomeração urbana de São Luís, obteve-se 83,91% em 1996 e 81,88% em 2000, portanto, a Capital, com taxa de urbanização bem maior que a do seu espaço contíguo, implicando em um caminho de qualidade de vida bem mais difícil, tendo em vista a capacidade de atendimento e a aplicabilidade de recursos muito mais limitados que o crescimento efetivo da

espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não-qualificada” (BECKER, 1994, p. 63).

população da cidade, remetendo à problemática da legalidade/ilegalidade (PACHECO, 2002, p. 56).

Nesse período o processo de expansão da aglomeração urbana de São Luís continua, mas agora com maior força em direção aos outros municípios. As desigualdades persistem entre as distintas zonas de ocupação, com grandes valores atribuídos às áreas de maiores proximidades das praias, reforçados pela construção da Avenida Litorânea, bem como pelos equipamentos construídos na área denominada Lagoa da Jansen. Parece a inauguração maciça de um processo cada vez maior de divisão social na cidade, proporcionada pelo poder público, mas com grande atuação da crescente especulação imobiliária que estabelece as transferências das classes médias e altas para condomínios distantes e fortemente equipados.

Dentre as áreas de alto padrão, fora das localizadas nas “beiras” de praias, estão: Parque Shalon, Cohajap, Parque Amazonas, Santos Dumont, Parque Timbira, Cohajoli, Jardim dos Farós, Renascença I e II, Cohafuma, Recanto dos Vinhais, Parque dos Nobres, Parque das Bandeiras. Em alguns desses loteamentos foram instalados sub-centros comerciais sofisticados, frequentemente situados em pontos distantes, mas servidos por trânsito rápido (DINIZ, 1999).

A década de 1990 é foco do estabelecimento dos processos de luta por moradia que foram se consolidando em áreas e núcleos urbanos periféricos da cidade. Assim aparecem alguns bairros e comunidades localizados em áreas de fronteira com outros municípios integrantes da atual região metropolitana. Tal fato demonstra a configuração de uma expansão urbana em direção às cidades do interior da Ilha do Maranhão¹⁸.

Os loteamentos periféricos expandiram horizontalmente a mancha urbana, as ocupações tornaram-se constantes na cidade, formando o surgimento das chamadas vilas: Vila Cafeteira, Vila Itamar, Vila Isabel, Vila Mauro Fecury, Vila Pavão Filho, Vila Kiola, Vila Jaracati, Vila Brasil, Vila Janaína, Vila Santa Clara, Vila Cascavel, Jardim Tropical, Divinéia, São Bernardo. São construções com material de refugo, como caixotes, tábuas soltas, folhas de zinco ou são habitações de palha, taipa e adobe (DINIZ, 1999).

Surgem loteamentos na periferia, com bairros que abrigam a classe de renda baixa, cada vez mais distantes do centro e que funcionam como uma espécie de cidades-dormitórios, já que os habitantes trabalham em São Luís e se deslocam para seus bairros, geralmente localizados nos municípios vizinhos, somente no fim dos seus expedientes. Nessa fase, a

¹⁸ A Ilha de São Luís também recebe a denominação de Ilha do Maranhão. Anteriormente era conhecida como Ilha de São Luís, mas sua integração com os municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, fez ser reconhecida essa nova nomenclatura.

cidade conhece “um maior desenvolvimento do sistema bancário-financeiro; maior acumulação de capital; multiplicação das atividades ocupacionais; especialização de bairros, com a conseqüente segregação de seus habitantes” (DINIZ, 1999, p. 73).

4.2.2 Ações de gestão do território em São Luís

Em uma análise feita no período anterior em que são instalados projetos de grande porte, sobretudo como reflexo do modelo que estava sendo apresentado no país, podemos afirmar que nesse período São Luís passa por momentos de certa “calmaria” no sentido de ser alvo de estratégias de desenvolvimento nacional baseadas na grande indústria, possivelmente relacionada à diminuição da capacidade de investimento brasileiro, lembrando que isso ocorre quando se tem referência às novas implantações, já que as já instaladas (Vale e Alumar) realizaram inúmeras expansões do seu processo produtivo, afetando de forma mais intensa seu ambiente de atuação.

A lei do plano diretor (SÃO LUÍS, 1992a) e sua respectiva lei de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo (SÃO LUÍS, 1992b) recebem destaque enquanto projetos de ordenamento territorial, tendo que partir de uma perspectiva da ajuda da sociedade na elaboração do planejamento. É necessária uma discussão conjunta das duas leis, pois são complementares. Entretanto é importante lembrar que o plano diretor é uma lei maior, a de zoneamento seria um objeto que a completaria.

Assim, o plano diretor passa a assegurar a participação popular nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento urbano. Tal participação deveria proporcionar à sociedade uma forma de garantia dos seus direitos, a exposição de suas vontades e necessidades.

Art. 71: É garantida a participação da população em todas as etapas do processo de planejamento pelo amplo acesso às informações sobre os Planos, Projetos, Programas de Desenvolvimento Urbano e mediante a exposição e apresentação dos seus problemas, propostas e soluções, que serão necessariamente considerados (SÃO LUÍS, 1992a).

A lei de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo é a responsável por apresentar a divisão do município em zonas, demonstrando quais áreas são destinadas para os funcionamentos rurais, habitacionais, industriais, ambientais, ou seja, modulando o território e atribuindo funcionalidades para cada espaço setorizado.

Os objetivos de tal lei (descritos no capítulo I, art. I) são: orientar e estimular o desenvolvimento urbano; minimizar a existência de conflitos entre as áreas residenciais e

outras atividades sociais e econômicas; permitir o desenvolvimento racional e integrado do aglomerado urbano; assegurar concentração urbana equilibrada, mediante o controle do uso e do aproveitamento do solo; assegurar a reserva de espaços necessários à expansão disciplinada da cidade.

4.2.3 Resultados das ações em São Luís

Dadas, sobretudo, as implantações industriais do período anterior e ainda assim, mesmo que São Luís não apresente uma industrialização expressiva, ou que realmente altere significativamente a economia ludovicense, vê-se um movimento de urbanização cada vez mais intenso, decorrente do crescimento do setor terciário heterogêneo, que atua atraindo a população, bem como do processo de concentração de terras do campo no interior do estado. Nas restritas áreas rurais da capital existem elevados índices de miséria, sobretudo gerados pelos baixos salários agrícolas, pela pressão demográfica sobre as terras, bem como pela concentração da propriedade nas mãos de uma elite, que atua como fatores de repulsão populacional.

No bojo das contradições e conflitos, São Luís se dinamiza, conhece um processo mais acelerado de urbanização. A cidade se expande, multiplicando a população marginalizada, que não pode se tornar consumidora de terrenos e imóveis. A periferia está em constante expansão (DINIZ, 1999, p. 73).

As habitações irregulares são cada vez mais constantes, terrenos públicos ou privados são ocupados de forma bastante precária e formam bairros, que são constituídos por barracos feitos com materiais inapropriados para moradia e situados, também, em áreas impróprias (mangues, encostas, morros, colinas). Nesse sentido Diniz (2007, p. 173), afirma:

Nessas localidades, a pobreza e o aspecto caótico são visíveis. Os serviços públicos estão ausentes, o arruamento é desordenado; a água é apanhada em uma bica próxima ou através de ligações clandestinas; a luz elétrica é conseguida com o prolongamento dos fios de um barraco a outro, os esgotos são depositados a céu aberto, a coleta de lixo é inexistente.

Esses fatores fazem com que ocorra uma especialização dos bairros e assim uma segregação habitacional, bem como a periferização do distrito industrial em áreas que possuem um preço de terras mais baixo permitindo a aquisição de terrenos de grandes

dimensões. Outro fato também ocasionando é a diminuição no espaço do cinturão verde da Ilha¹⁹.

Surge o problema das filas, do trânsito caótico, da superlotação dos transportes públicos, do aumento de horas gastas para o deslocamento até o local de trabalho. Tais fatores são apenas alguns que estimulam e proporcionam as tensões urbanas diárias, que por vezes acabam em revoltas populares e ações como fechamento de vias públicas, depredação de ônibus, paralisações de serviços.

As atividades informais expandem-se cada vez mais ao longo de toda cidade. Tal expansão não tem sido acompanhada por uma melhora nas condições de vida e/ou de trabalho dos informais, os quais demonstram uma grande insatisfação dos referidos trabalhadores, no que concerne às condições de desenvolvimento de suas atividades, retratando, sobretudo, à falta de estrutura e de condições adequadas para a realização dos seus trabalhos, como também em relação à falta de proteção social. Há também uma grande insatisfação em relação à atuação do poder público (em especial o municipal), sendo referido por alguns como algo inexistente, o que demonstra não só certa ineficácia das políticas públicas voltadas para o trabalho, bem como uma invisibilidade da política por parte dos trabalhadores, que não sentem a atuação do Estado em seu favor (PORTO, 2007).

As alterações que vêm sendo causadas ao ambiente são tanto decorrentes da fase anterior, das instalações industriais em nome do progresso, bem como do crescimento urbano excludente. Geralmente não têm sido acompanhadas de ações voltadas à preservação do ambiente natural, e de ações que garantam maior qualidade e segurança social. Assim:

Os corpos líquidos, as manchas de vegetação e a qualidade do ar e do solo se comprometem em diferentes intensidades: os problemas ambientais de natureza sócio-espacial, como os deslocamentos e fixações populacionais desordenados, a violência e a insegurança social, a poluição sonora, as contaminações do espaço-moradia e dos alimentos e as privações de um modo geral, acontecem numa velocidade acelerada (PACHECO, 2002, p. 57).

Tais impactos suscitam interesses em “proteger” o ambiente. Assim, as comunidades que são reconhecidas por manterem uma relação de proteção ao ambiente, cada vez mais incorporam em seus discursos a necessidade em manter seu modo de vida. Já os grandes projetos, incorporam a questão ambiental em sua atuação, através da criação de áreas protegidas e da instalação de objetos ditos mesmos poluentes.

¹⁹ Local onde se produz considerável parte de vegetais de consumo na Ilha.

5 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA FASE LOGÍSTICA

A fase que tem sido denominada de logística tem início surge por volta do ano de 2003 e ainda encontra-se em processo. O foco é dado pelos governos Lula, já que somente em 2011 a nova presidente Dilma Rousseff assume seu cargo (mesmo assim, destacando a continuidade do governo anterior).

A ideologia do paradigma associa o liberalismo ao elemento externo e o desenvolvimentismo ao elemento interno, admitindo operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado. Nessa fase, a diplomacia no mundo é acionada, sem restrições geográficas ou políticas para a abertura de mercados.

Na esfera política se recupera a autonomia decisória da política exterior, implementando um modelo de inserção pós-desenvolvimentista. Há a tentativa de elevação do patamar nacional ao nível das nações avançadas. A prevalência absoluta do Estado é limitada, bem como é diminuída a crença anticientífica no poder ilimitado do mercado. É repassada a responsabilidade do Estado empresário à sociedade.

A ação externa empreendida pelo governo Lula tem três linhas de frente: a) a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade; b) o enfrentamento das dependências estruturais; c) a ideia de reforçar a América do Sul como polo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros.

O foco do paradigma consiste, precisamente, em dar apoio logístico aos empreendimentos, o público e o privado, de preferência o privado [...]. Criaram-se expectativas de visibilidade de grandes empreendimentos nacionais, nas áreas de mineração e siderurgia, energia, indústria aeronáutica, tecnologia espacial e nuclear, indústria alimentícia e outras. [...] Avança em várias esferas: na América do Sul rumo à integração produtiva pela infra-estrutura, energia e investimentos brasileiros (CERVO, 2008, p. 87-88).

O objetivo de fazer da América do Sul a plataforma de expansão brasileira, demonstra o gerenciamento de sua capacidade de poder. O governo supõe o envolvimento da economia e da sociedade, esta deveria andar por si, mas contando com orientação e apoio. Durante o governo Lula, “a América do Sul torna-se prioridade externa. Projetos de integração de infraestrutura, de integração energética [...] tudo converge para criar o pólo de poder mediante a conformação da unidade política, econômica e de segurança dos países da América do Sul” (*Ibid*, p. 203).

As políticas regionais brasileiras no âmbito da gestão do território na fase logística

Segundo relatório elaborado pelo poder público federal (BRASIL, 2008) sobre o estudo da dimensão territorial para o planejamento, o território é atualmente apresentado como uma plataforma de integração das políticas públicas, voltado a integrar o país de forma competitiva no cenário internacional, na tentativa de aumentar o grau de coesão do desenvolvimento entre as regiões, de forma a potencializar a diversidade das forças produtivas, incorporando novos agentes econômicos com a formação de um mercado de massa dinamizador internamente.

Há indicações no estudo que retratam que a regionalização, que visa principalmente criar regiões-programa para ações de planejamento e políticas públicas, irá continuar se apoiando nos ideais de homogeneidade geoeconômica e organização polarizada de François Perroux²⁰, de recorte macroespacial do território, de Chirstaller, Losch, Jacobs e Perroux²¹, e de uma terceira escala, em sub-regiões, na qual os critérios anteriores seriam aprofundados e afinados de forma a permitirem a identificação da rede de cidades ou centros urbanos com capacidade de articular os espaços sub-regionais, das potencialidades econômicas, das diferenças ambientais, com maior aprofundamento da identificação das diferenças ecorregionais e das sub-bacias, além das diferenças de identidade cultural²².

“A polarização, que acaba por definir uma região programa no contexto urbano-industrial, sofre também redefinições com os processos globalizantes e fragmentários” (BRASIL, 2008, p. 20). Nesse contexto, o Estado é visto como agente coordenador, indicativo e orientador dos agentes sociais, com o necessário envolvimento orgânico da sociedade de determinado território, co-responsabilizada e chamada a assumir compromissos no processo de desenvolvimento.

É percebido como um grande desafio para uma nova política nacional de desenvolvimento regional, combinar um projeto nacional de desenvolvimento com as condicionantes das transformações e da integração mundial. O aumento da produtividade e da competitividade tem sido colocado como prioridades na ação governamental, contando com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas. Nesse sentido:

²⁰ Considera a homogeneidade natural e de indicadores econômicos e sociais.

²¹ Parte da constatação de que as cidades, seus equipamentos e a rede de infraestrutura, especialmente transporte, estabelecem as forças polarizadoras, articulando e comandando o território.

²² Uma escala de tal natureza permitiria fazer uma tipologia de sub-regiões para efeito de políticas públicas e desenvolvimento regional, quebrando a contiguidade regional que tradicionalmente vem sendo utilizada em macrorregiões com grandes diferenças internas, a exemplo das áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, de forma semelhante à regionalização utilizada pela União Européia.

Repensar o desenvolvimento regional brasileiro implica traçar um projeto de médio e longo prazo que tenha como meta a coesão social, mediante a redução das desigualdades regionais e sociais, melhor ordenamento do território e visão de estratégia geopolítica que inclua nossa articulação com os países vizinhos (*Op. cit.*, p. 43).

Tal projeto depende de uma integração nacional em quatro grandes dimensões complementares e articuladas: integração físico-territorial, integração econômica; integração social e integração política. As propostas são voltadas à tentativa de promoção de um desenvolvimento que exige envolvimento e legitimação de ações que promovem rupturas e, portanto, envolve tensões, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazo.

Cabe ao espaço social e aos seus gestores consolidar as práticas sociais, tornando-as instrumentos políticos para construção de uma cidadania participativa, enxergando aspectos inerentes ao lugar, privilegiando a cultura, a coesão social e o sentido comunitário. Assim, a dimensão econômica deveria ser desenvolvida em consonância com as demais instâncias.

5.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NA FASE LOGÍSTICA

5.1.1 Contexto histórico e socioeconômico na Amazônia

O Estado assume o papel logístico, no qual junto à sociedade deveria exercer o comando voltado à inserção internacional. Os setores de infraestrutura e energia figuraram como a tônica do programa do governo Lula. A política de estabilidade macro-econômica exige uma vigorosa política de exportação, atingindo as áreas da Amazônia, que continuam a serviço de um mercado global.

A extração e exploração de minério de ferro têm aumentado a cada ano. Segundo dados divulgados pela Vale, no ano de 2006, “Carajás produziu 59,5 milhões de toneladas de minério de ferro no acumulado dos nove primeiros meses do ano, o que indica um crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2005”. De acordo com o Diário da Manhã (2006), no terceiro trimestre, “a Vale concluiu a expansão da capacidade de produção de minério de ferro de Carajás para 85 milhões de toneladas anuais, com custo de US\$ 291 milhões” (MORAIS, 2007, p 114-115).

Voltado ao setor minero-metalúrgico desenvolvido na Amazônia Oriental é interessante destacar que a realização de tal atividade não tem assegurado um processo de desenvolvimento econômico e social em nível local. Como segue a afirmação:

Este parece ser o caso das atividades minero-metalúrgicas, pois não foram capazes de impulsionar, na Amazônia oriental brasileira, processos de desenvolvimento de base local, endógenos, socialmente enraizados, por isso, sustentáveis. Portanto, em que pese ao gigantismo dos volumes e cifras movimentados como decorrência da extração, do beneficiamento e da transformação industrial de recursos minerais; à rápida elevação das taxas de crescimento econômico da região; ao favorecimento pelo aparato estatal por meio de concessões de subsídios e de inúmeras facilidades creditícias e fiscais; e à aplicação de vultosos recursos – oriundos de fundos públicos – em infraestrutura ou mesmo diretamente na estruturação de empresas, a minero-metalurgia não deve ser incluída dentre as atividades que impulsionam dinâmicas de desenvolvimento endógeno e sustentáveis na região (MONTEIRO, 2005, p. 200).

Entretanto, é interessante destacar, que nesse período é desenvolvida certa política de apoio aos pequenos agricultores, à agricultura familiar, mas que a mesma acaba não proporcionando intensas modificações na política agrária e agrícola, que dá enorme atribuição ao agronegócio, atingindo áreas amazônicas.

5.1.2 Ações de gestão do território na Amazônia

Dentre as iniciativas desenvolvidas no âmbito dos PPA's 2004-2007 e 2008-2011 demonstram-se grandes relações consecutivas dadas, sobretudo, pela continuidade da linha partidária governamental nacional. O PAC e o IIRSA apostam nas iniciativas econômicas em nome do desenvolvimento, concentrando-se em projetos voltados à infraestrutura em escala nacional para potencializar a economia frente ao mercado internacional, grandemente apoiada no aumento da produtividade, para tal traçando projetos territoriais com a incumbência de resolverem os “gargalos físicos” existentes no território.

Com uma vertente um tanto quanto voltada ao lado social e ambiental, é introduzido na região o Programa Amazônia Sustentável (PAS), que pode ser traduzido como um modelo de ação política e de planejamento. No entanto, o PAS acaba sendo contraditório ao PPA em alguns casos, a exemplo do grande financiamento voltado aos estados do Maranhão e Mato Grosso (pertencentes à Amazônia Legal) e da não inclusão desses dois estados mais o estado do Tocantins, na definição administrativa para a Amazônia no âmbito do PAS, que passa a considerar somente os estados da região norte em seus planos e projetos.

Voltado às tentativas de inclusão ambiental, podem ser citados a implantação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular e Biodiversidade Amazônica (PROBEM), que

objetiva capacitar o país nas áreas de biotecnologia e química de produtos naturais; do Large Scale Biospheres Atmosphere Experiment on the Amazon (LBA), que apesar de ser uma iniciativa internacional é liderado pelo Brasil, visando gerar novos conhecimentos necessários à compreensão do funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia; do combate ao fogo no arco do desmatamento; do plano de desenvolvimento sustentável da BR-163. Há a implementação de Reservas Extrativistas (Resex) e de Terras Indígenas (TI), que também são ações que marcam intensamente o território, sobretudo pelas relações conflituosas que acontecem no processo.

5.1.3 Resultados das ações na Amazônia

Considerando que os setores de infraestrutura e energia figuraram como a tônica do PAC, é importante ressaltar que foram desenvolvidos projetos geradores de polêmicas voltadas às grandes construções. Alguns dos exemplos podem ser: a hidrovía do Madeira que é um projeto que tem características e abrangência internacionais, concebido a partir do IIRSA; a usina de Belo Monte que é vista por alguns como um estímulo à movimentação da economia de toda a região, principalmente em função dos canteiros da obra e do aquecimento do mercado de terras nas áreas sujeitas à desapropriação, mesmo enfrentando um movimento social local, ligado à agricultura familiar e com longa tradição de luta; o gasoduto Urucu – Porto Velho, que cortaria 520 km de floresta amazônica densa, quase todos em território amazonense, principalmente na bacia do Rio Purus.

Os projetos têm diversos interesses governamentais e de empresas públicas, privadas ou de caráter misto, a exemplo: as estatais Furnas, Chesf e Eletronorte, a Construtora Norberto Odebrecht S/A, as grandes traders ADM, Bunge, Cargill e grupo Maggi, os fabricantes de máquinas e equipamentos Voith Siemens (alemã), Asea Brown Boveri (suiça), a Albrás, a Alumar. Tais interesses devem-se aos aspectos econômicos apresentados durante todo o processo de implantação dos projetos, ligados ao agronegócio, logística, fornecimento de combustível, bem como a grileiros, pecuaristas, madeireiros.

Entretanto, não são projetos que possuem unanimidade sobre a positividade de suas instalações, ocorrendo nesse sentido um fortalecimento de grupos de resistência que visam garantir o uso e controle de seus territórios que, para tanto, incorporam em sua luta e em seus discursos a questão ambiental.

Podem ser destacados os grupos reunidos no Movimento pela Defesa da Transamazônica e do Xingu (MDTX); a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); a

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE-Pará; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; o Fórum Carajás; ONGs; entidades da sociedade civil; ambientalistas; grupos acadêmicos. Há também o Fórum Amazônico Oriental (FAO) que aglutina indígenas, camponeses, ribeirinhos e o movimento de mulheres. O movimento também conta com associações indígenas locais, como a Associação dos Povos Indígenas do Pará e Maranhão (Antapama).

O governo desse período acabou reforçando a presença militar nas decisões sobre o reconhecimento de terras indígenas em faixas de fronteira, dando uma espécie de continuidade ao período anterior, tratando os grupos indígenas como assunto da política de segurança nacional. Contudo é necessário reconhecer que houve avanços na conquista e proteção destes territórios, embora ainda haja muitos desafios. E que, diferentemente dos períodos anteriores, frente à pressão dos movimentos sociais, o governo em atuação no período, em geral, não os criminaliza, mantendo uma posição de diálogo, mesmo que seja para demonstrar que está aberto às opiniões dos diretamente atingidos.

5.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS NA FASE LOGÍSTICA: A IMPLANTAÇÃO DA UTE PORTO DO ITAQUI

5.2.1 Contexto histórico e socioeconômico em São Luís

Os projetos já implantados (citados nos períodos anteriores, sobretudo na fase desenvolvimentista) demonstram aspectos bem similares entre si e com as propostas das novas implantações. Percebe-se que o poder público tem atuado em consonância com a implementação de grandes empreendimentos, utilizando-se de instrumentos de planejamento voltados à organização territorial para possibilitar as instalações industriais.

Nesse contexto de atuação e implantação de grandes projetos, localizados no perímetro delimitado como Distrito Industrial, há consequências ambientais negativas, como é o caso da degradação dos manguezais; bem como da deterioração do Rio dos Cachorros, corpo hídrico que apresenta grandes proporções, localizando-se entre zonas rurais e zonas industriais, e sendo caracterizado como um rio de extrema importância para as populações que vivem da pesca.

O último censo realizado pelo IBGE (2010) apontou que São Luís possuía 1.014.837 habitantes, indicando uma continuidade em seu crescimento, mas com uma leve queda das taxas anteriores. Entretanto, apesar da instalação de indústrias de grande porte ser um fator

responsável pelo aumento de contingente populacional em uma cidade, ainda é prematuro afirmar que a instalação da termelétrica em questão tenha contribuído com esse crescimento, posto que o aumento tem sido uma curva tendencial. É, ainda, importante considerar que é um processo recente, de implantação de um projeto ainda em andamento e que seu porte, apesar de grande, não chega a atingir a magnitude da Vale e Alumar, por exemplo..

São Luís tem grande concentração da atividade econômica estadual gerando 38,95% do PIB maranhense. Não obstante esta pujança produtiva, a cidade de São Luís ocupa apenas a 24ª posição entre as capitais brasileiras em termos de renda familiar “per capita”, enquanto que está na 25ª posição em termos de proporção de miseráveis na população (percentual da população que vive com renda individual mensal abaixo de R\$ 137,00). Isto é: praticamente 18% da população da capital se encontram nesta incômoda posição. Em termos de comparações entre os que ganham renda proveniente do trabalho, observa-se que enquanto os que recebem mais de 10 salários mínimos representam 4,9% do total, os que recebem até 2 salários mínimos são 50,07%²³.

Descrição do Projeto da Usina Termelétrica Porto do Itaqui

Enquadrado no PAC do governo federal (Figura 02), o projeto da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, da empresa paulista MPX Mineração e Energia LTDA., localiza-se em São Luís (Maranhão), no módulo G do Distrito Industrial, em um terreno de 50.000 m², com uma distância aproximada de 5 km do Porto do Itaqui (Figura 03). Estabelece certa relação também com o Plano Nacional de Energia (PNE) e o Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016 (PDEE), considerando os planejamentos traçados para a região.

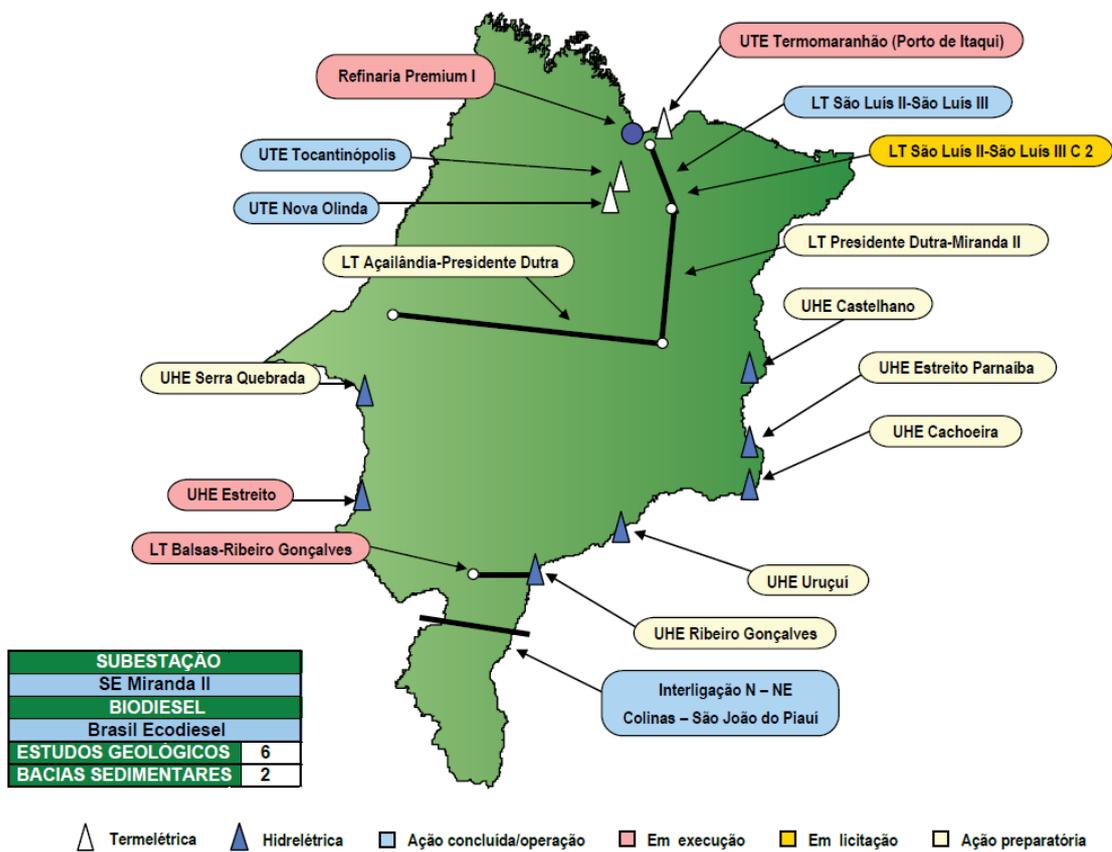
O valor do empreendimento está estimado em R\$ 1,5 bilhão, com financiamento sendo fornecido pelo BNDES, Bradesco e Votorantim, BNB-FNE. A MPX Itaqui tem parceria no contrato de Engenharia, Construção e Montagem assinado com a Mabe Construção e Administração de Projetos Ltda., uma sociedade entre as empresas Tecnimont e Efacec. As turbinas da planta serão supridas pela Siemens e as caldeiras, pela Doosan Babcock.

É um projeto de energia elétrica com capacidade de produção de 360 MW em sua primeira fase, que terá sua capacidade duplicada em uma fase subsequente. O projeto possui uma vida útil esperada de 25 a 30 anos. Já foram comercializados 315 MW de energia no leilão A5, correspondente a energia nova, promovido pela ANEEL (em outubro de 2007), para contratos de fornecimento de 15 anos, devendo ter início em janeiro de 2012.

²³ Dados retirados do site: <<http://www.nossasaoluis.org.br>>. Acesso em: 27 de outubro de 2011.

O combustível utilizado no processo será o carvão mineral vindo da Colômbia²⁴ (dos Departamentos de La Guajira e Cesar) que, segundo a empresa, tem uma qualidade superior com baixo teor de enxofre e cinzas. O Porto do Itaqui possibilitará o recebimento do carvão que, em seguida, será transportado seguindo uma faixa de servidão junto à BR-135, até chegar à área de estocagem (terreno que terá capacidade de suporte de material para 30 dias de operação). Tem uma previsão de operação anual que varia de 4 a 6 meses, atendendo demandas do sistema elétrico nacional.

Figura 02: O Maranhão no PAC – Infraestrutura energética²⁵



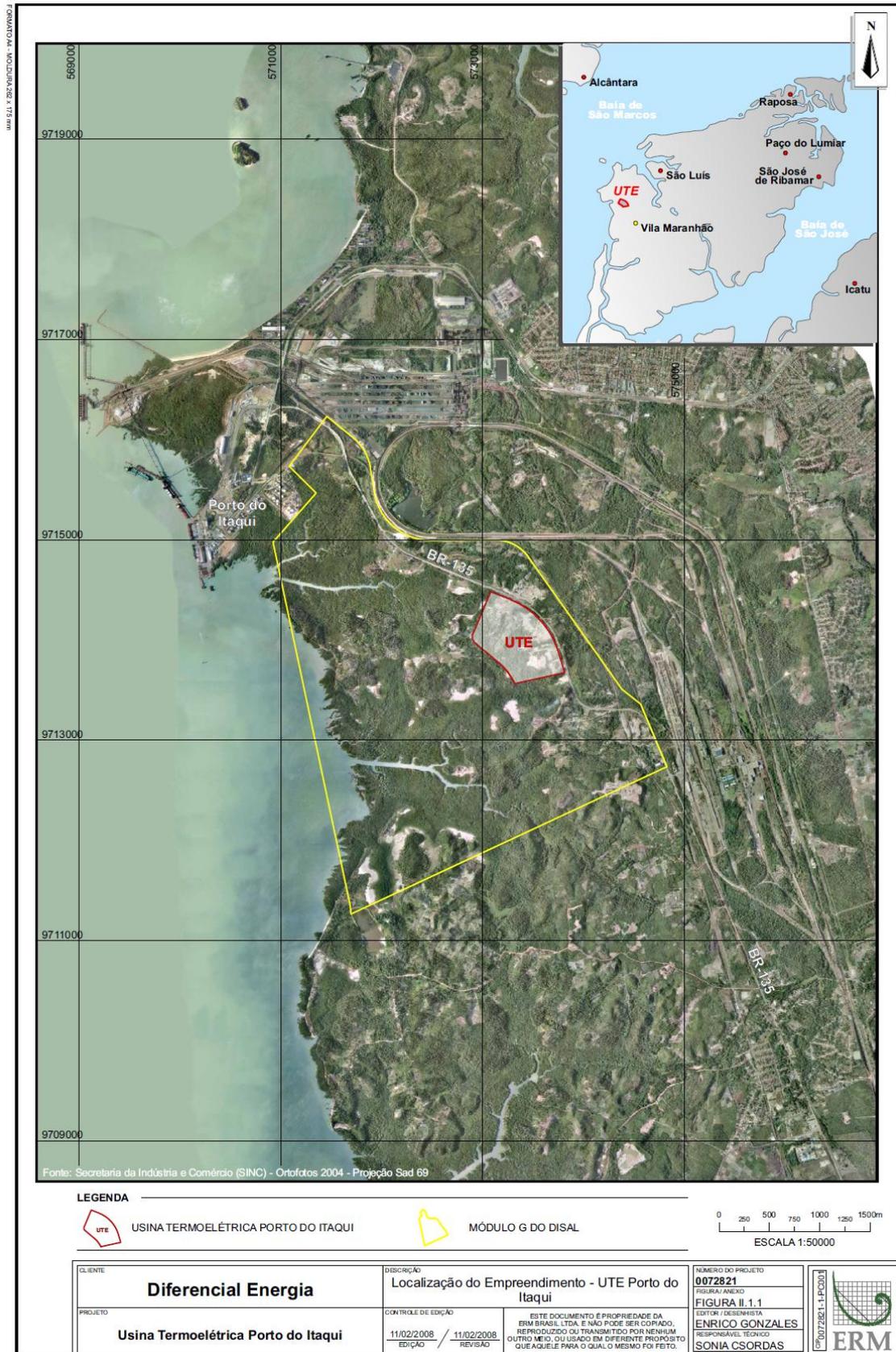
Fonte: PAC Balanço 4 anos – 2007-2010 (Maranhão)²⁶

²⁴ A empresa é também detentora das áreas que abastecerão a UTE de carvão e afirma que o objetivo das concessões minerais na Colômbia é “consolidar sua estratégia de sistemas integrados de energia, aliando a gestão de recursos naturais colombianos ao suprimento de *projetos termelétricos no Brasil e no Chile*. Além disso a empresa pretende atender a grande demanda crescente do mercado internacional”. Informação retirada do site: <<http://www.mpx.com.br/pt/nossos-negocios/recursos-naturais/Paginas/minas-da-colombia.aspx>>. Acesso em 08 de outubro de 2011.

²⁵ Como constatado na figura, inicialmente o nome da referida termelétrica era UTE Termomaranhão, entretanto em momentos posteriores convencionou-se chamá-la de UTE Porto do Itaqui.

²⁶ Retirado do site do PAC: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>. Acesso em 15 de junho de 2011.

Figura 03: Localização da UTE Porto do Itaqui



Fonte: Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda., 2008.

Para seu processo de instalação, a empresa responsável pelo direito de implantação da usina (a Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda.) fez uma solicitação da Licença Prévia (LP) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão (Semma), através de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS)²⁷. Assim, a Semma emitiu em março de 2007 a licença ambiental prévia (nº 043/2007), impondo que, quando solicitada a licença de instalação, o empreendedor apresente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Entretanto alguns questionamentos surgem sobre o licenciamento feito pela Semma, por licenciar um projeto de porte nacional, tanto porque ele vai afetar o mar territorial, quanto por sua capacidade de geração de energia, devendo, por tais condições, ser de competência do órgão federal. Assim o processo passa a ser de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que em março de 2009, o emitiu Licença de Instalação (LI) para a MPX, permitindo o início das obras (Ver Figuras 04, 05, 06, 07, 08 e 09).

Figura 04: Canteiro de obras da UTE



Fonte: www.mpx.com.br

²⁷ O RAS está incluído na Resolução CONAMA 279/2001 que orienta os procedimentos de licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com *pequeno potencial de impacto ambiental*.

Figura 05: Prédio da turbina e caldeira da UTE

Fonte: www.mpx.com.br

Figura 06: Silo de cinzas da UTE

Fonte: www.mpx.com.br

Figura 07: Recebimento de carvão da UTE

Fonte: www.mpx.com.br

Figura 08: Torre de resfriamento da UTE

Fonte: www.mpx.com.br

Figura 09: Correia transportadora da UTE

Fonte: www.mpx.com.br

Teve fundação, com registro de associação, em 2004 (apesar de existir bem antes dessa época). A comunidade é constituída por 95 famílias, que não tinham o mesmo tempo de moradia na área, sendo umas mais antigas que outras. Os indícios da antiguidade de alguns moradores aparecem através de registros orais, em que se têm a afirmação de habitantes com mais de 50 anos de idade que dizem ter nascido na comunidade e que alegam que seus pais já residiam no local há mais tempo. Os que fixaram habitação mais recentemente acabaram sendo reconhecidos, em certos momentos, como “invasores”, palavra que contribuiu para facilitar o processo de remanejamento.

Grande parte dos habitantes tem baixa escolaridade (1º grau incompleto). Na área não há instituições de ensino, os estudantes da comunidade frequentavam as escolas existentes em bairros vizinhos (Anjo da Guarda, Vila Maranhão, Vila Embratel, Vila Luisão, Vila Ariri, Vila Fumacê, além do centro da cidade de São Luís).

Alguns moradores não possuem empregos fixos, outros têm empregos de baixa renda, trabalhando como domésticas, eletricitas, pintores. Geralmente fazem os chamados “bicos” nos serviços de capinagem e na construção civil (como pedreiro, encarregado de obras e serventes). Há ainda uma parcela de aposentados, que complementam suas rendas através da retirada de recursos do ambiente.

Nesse contexto, suas subsistências se davam ou eram fortalecidas por criações de animais de pequeno porte e por plantios de arroz, milho, macaxeira, feijão, banana, caju, coco, limão, maracujá, murici, buriti, juçara, abóbora, entre outros tipos de cultura, todos cultivados em seus quintais. Algumas plantações apresentam cunho medicinal, e são, sobretudo, utilizadas pelos habitantes locais que pertencem a religiões, crenças ou cultos que fazem tal tipo de uso, tal como afirma um senhor umbandista:

Eu não espero só pela umbanda, não. Eu trabalho, crio meus bichos, eu crio gado, eu crio porco, eu crio galinha. Tudo isso eu trabalho, não posso ficar parado esperando só por aquilo, tá! Porque senão no dia que não der eu não tenho outra renda, de onde eu vou comer? [...] Pra vender eu planto macaxeira, eu planto abóbora, eu planto é..., eu tenho açude pra criar peixe pra vender, tudo isso eu vendo. [...] Eu trabalho só com plantação medicinal, de fazer medicamento caseiro em casa. Essas plantas todas que vocês estão vendo aqui, separadinhas, detrás, por aqui, ali por trás é só planta medicinal (Sr. Manoel – entrevista do arquivo GEDMMA realizada em 03/07/2008).

Por ser uma região ribeirinha também se utilizavam da pesca de caranguejo, siri, camarão e peixe, em quantidades que serviam não só para alimentação, mas que também eram suficientes para a comercialização, geralmente vendidas nas próprias casas dos moradores ou em feiras próximas (bairros da Liberdade, Anjo da Guarda e Vila Maranhão).

Foram relatados casos de poluição advinda das fábricas atuantes nas proximidades da área, causadas em sua maioria por óleos e poeiras industriais. Tal fator contribuiu para que o sentimento de pertencimento ao lugar fosse enfraquecido frente os impactos ambientais causados pela atuação dos projetos, podendo ser constatado quando os moradores já deslocados falam que a Vila Madureira era um lugar muito poluído e que assim foi melhor ter sido remanejada.

A Vila Madureira era fisicamente vizinha do povoado Camboa dos Frades (Ver Figura 11) e possuíam relações sociais diretas de vizinhança. O bom relacionamento entre os vizinhos aparece nas falas durante as entrevistas: “A relação da gente é boa, agente vai a todas elas quando tem reunião, agente participa. [...] Todo mundo é bem recebido. Todo mundo” (Sr. Getúlio – entrevista do arquivo GEDMMA, realizada em 03/07/2008). O relacionamento entre ambas as comunidades era tão estreito que eram registradas na mesma associação, havendo rompimento somente quando surgem os impasses sobre a retirada da Vila Madureira de sua área, ocasionando desconexões de pensamentos sobre o deslocamento.

Figura 11: Maré que separava o povoado Vila Madureira do povoado Camboa dos Frades



Fonte: Pereira, 2010, p. 60.

Caracterização da comunidade Camboa dos Frades

A comunidade de Camboa dos Frades localiza-se à região noroeste da Ilha do Maranhão com as respectivas coordenadas: 57,15',75" S e 97,39',22,2" W, está voltada para a baía de São Marcos, no Golfão Maranhense (PEREIRA, 2008) e está inserida na zona de retroporto do Porto do Itaqui.

Segundo relatos, registros indicam que Camboa dos Frades existe desde 1698, sendo fruto de doação do então rei de Portugal aos Frades Capuchinhos, conforme consta em documento do arquivo público do estado, presente no livro de registros da Freguesia de São Joaquim do Bacanga (1855 a 1857, sob o número 62 e folha 59). Esta documentação compõe a Carta de Sesmaria do Arquivo Histórico Ultramarino.

Tempos depois as terras foram repassadas pelos religiosos portugueses aos moradores locais que nelas residem até hoje. Tal fato recebeu confirmações recentes de um arqueólogo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que ao visitar a área, afirmou a importante existência de registros desta época da história do Brasil.

Entretanto, devido suas características naturais, aliado à possibilidade da família localizar-se próximo a um centro urbano de São Luís e ainda ter opção de continuidade no desenvolvimento de atividades produtivas antes realizadas nos seus locais de origem, a localidade passa a ser atrativo para algumas pessoas que necessitam da natureza para garantir sua sobrevivência. O que faz Pereira (2008) afirmar:

No início do séc. XX, mais precisamente no ano de 1920, o povoado de Camboa dos Frades começou a ser habitado por famílias de pescadores oriundos do interior do estado, atraídos devido a sua localização e a rica biodiversidade do ambiente estuarino preservado, propício à pesca, a criação de animais e extração vegetal.

Conforme conta o “Seu Leandro Euzébio, hoje com mais de 90 anos, chegou ao povoado aos oito anos de idade. Dona Ana Célia Serra Soares que tem hoje 60 anos, diz ter chegado com dez anos de idade” (RIBEIRO, 2010). Estes relatos levam a acreditar que a comunidade, em sua atual configuração, realmente existe há mais de 50 anos e que foi sendo ocupada por pessoas oriundas do interior do estado que vinham em busca de maiores oportunidades e qualidade de vida.

Atualmente cerca de 40 famílias moram na área²⁸, ainda possuem um modo de vida marcado pelo “equilíbrio” que possuem na relação com o ambiente. “Eles sabem que precisam dos igarapés limpos para o pescado. Aproveitam de tudo da palmeira de babaçu: amêndoas para o azeite, tronco para erguer suas casas, folhas para cobri-las, e até mesmo depois de morta é aproveitada” (CASTRO, 2009).

Devido à implantação de indústrias no entorno, que lançam seus dejetos poluindo os igarapés que asseguram a alimentação da comunidade, a situação de manutenção através do ambiente natural tem ficado cada vez mais difícil. Tal fator é relatado pela fala de um morador que alega que os habitantes veem o pó do minério, bem como óleo descendo do Igarapé.

Incomoda porque de vez em quando sai um pozinho, é o pó de minério. Porque até os “paus” ficam “coisadinho” assim, assim cinzento do pó. Aí atrapalha um pouco. [...] até as plantas ficam sujas. [...]. A do óleo também. [...] Espanta os peixes. Tem vezes assim que pega até o siri também. [...] Os pescadores todos sabem. [...] Teve um moço que foi pegar uns peixes, que não pegou nenhum, só pegou um peixe. É assim um produto que eles botam na Alcoa que derrama, aqui perto da Alcoa. Aí quando para de derramar os peixes chegam de novo (Sr. João Carlos – entrevista do arquivo GEDMMA, realizada em 03/07/2008).

Além do pescado, que segundo os moradores antes era em quantidade maior, vivem do aproveitamento da palmeira do babaçu. As mulheres, no período das férias escolares das crianças, mandam as mesmas para casa de familiares nos bairros do entorno (Anjo da Guarda, Vila Embratel), onde têm parentes, para dedicarem-se a quebra do coco babaçu, extraírem o óleo e vender na feira do Anjo da Guarda. Os homens pescam, catam caranguejo e vendem o excedente. Também ajudam através de pequenos serviços de capina e venda da palha do coco babaçu.

Por vezes as atividades são desenvolvidas grupalmente e em alguns casos através da relação de parentesco, havendo a explicitação de relações que não têm fundamentalmente um caráter de pensamento individual, demonstrando que o sistema de reciprocidade entre os grupos são essenciais na formação da vida cotidiana, como explicita a afirmação a seguir:

Nessas áreas, o uso comum da terra é bastante generalizado, ocorrendo, principalmente, através das relações de parentesco. Parentes cultivam plantações, como a mandioca para fabrico da farinha, em um mesmo terreno, embora sendo residentes em povoados diferentes. Além disso, partilham rituais e trocas de serviços, ultrapassando o critério fisiográfico e de mapeamento exclusivamente econômico da exploração dos recursos ali existentes. Por outro lado, encontram-se várias famílias vivendo no mesmo terreno, usando a terra coletivamente, assim

²⁸ Segundo relato da senhora Maria Ramos, esse número de famílias diminui um pouco quando estão em épocas de chuvas, dado a dificuldade do acesso até a região.

como trocando trabalho através de mutirões com parentes residentes em outras localidades. É nesse sentido que esses grupos não podem ser pensados isoladamente, dissociados do convívio e da interação com os demais povoados rurais localizados na área em questão (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2010).

A maioria dos moradores da comunidade é analfabeta e não conseguiria, segundo eles, viver fora da região, já que é dela que tiram o alimento do dia-a-dia, apesar de (atualmente) estar bastante escasso, já que, além das empresas poluentes ainda há a vinda de pescadores de municípios próximos, como São José de Ribamar e Icatu. Estes pescam por vezes de forma predatória e acabam proibindo a pesca por outras pessoas.

5.2.2 Ações de gestão do território em São Luís

Segundo o Instituto da Cidade da Prefeitura de São Luís, já na década de 1970, foi elaborado e aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado “para orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 8), representando o momento de preparação que o município vinha passando para oferecer a infraestrutura possível para receber empreendimentos de grande porte, sobretudo as empresas Vale e Alumar.

É nesse contexto que surge o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) que tem seu primeiro traçado baseado no Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, determina como industrial a área do Tibiri-Pedrinhas, acrescentando outro território ao perímetro. A obrigatória adequação do DISAL à legislação ambiental, com as áreas Itaqui-Bacanga e Tibiri-Pedrinhas unificadas, resultou na formulação do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980, que declarava que o Distrito Industrial de São Luís obtinha uma área de 19.946,2316 ha (FIGUEIRÊDO, 1994, p. 59).

Assim permaneceram as leis relativas ao planejamento da cidade, até que se instituiu uma reformulação posterior em 29 de dezembro de 1992 (Lei Municipal nº 3.252), que passa a ter relação direta com a lei de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo de São Luís, criada no dia 24 de dezembro do mesmo ano (Lei Municipal nº 3.253). Ambas começam a funcionar gerindo o espaço e dando atribuições e funcionalidades ao mesmo.

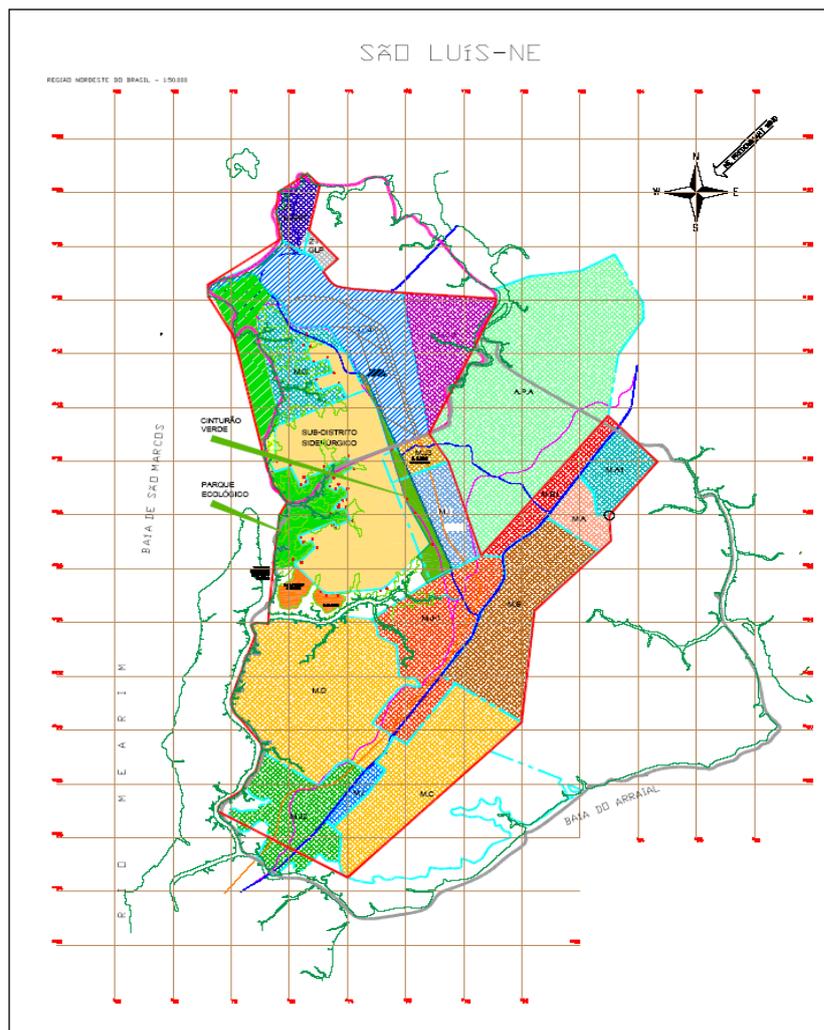
Considerando que o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257) foi aprovado em julho de 2001, os municípios passam a ter maior diretriz voltada à política urbana, incluindo a obrigatoriedade de se ter o plano diretor e a periodicidade de sua revisão. Assim, o Plano

Diretor de São Luís entrou na lista organizada pelo governo federal para os municípios que teriam obrigatoriedade em revisar seus planos até o ano de 2006.

Como é a lei de zoneamento que vai dispor sobre a divisão do município em zonas, definir normas de parcelamento e uso do solo e estabelecer as intensidades de ocupação, utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas no município, a prefeitura de São Luís, tendo interesse em aumentar o perímetro da área do DISAL trata de modificar tal lei, antes mesmo da alteração do plano diretor.

Então, antes de tudo, é dado o início a alteração do decreto do perímetro do Distrito Industrial, que sofre uma reformulação em 2002 e, depois, em 2004 (Decreto Estadual nº 20.727, de 23 de agosto), sendo este o decreto que vai acrescentar áreas no perímetro do DISAL, tal como retrata a Figura 12 (ver também Anexo II, descrevendo os módulos).

Figura 12: Zoneamento do Distrito Industrial de São Luís



Fonte: Carvalho, 2008. p. 21.

A lei de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo de São Luís (lei complementar do plano diretor) passa por uma modificação (Lei Municipal nº 4.548, de 09 de dezembro de 2005) que tem como premissa básica facilitar a implantação de indústrias em áreas anteriormente consideradas rurais, quando determina que 1.063,6088 hectares desta área seja convertida em área industrial.

No presente caso ocorreram (inicialmente) três audiências que tinham o intuito de discutir a modificação de zonas. A primeira foi realizada no dia 13 de dezembro de 2004 e a segunda no dia 07 de março de 2005 (as duas na Vila Maranhão) e a terceira no dia 28 de março de 2005 (no Ministério Público Estadual). As referidas audiências tiveram duas características marcantes: a) sobre a marcação do horário da terceira audiência, que era às 10:00 h, mas teve início às 9:00h, dificultando uma maior participação popular; e, b) sobre a modificação da mudança de nomenclatura da zona, como foi constatado:

Enquanto no primeiro edital a nomenclatura para denominar a área que seria transformada em zona industrial, era Zona Industrial 04 (Pólo Siderúrgico), nos dois editais subsequentes, foi alterada para Zona Industrial 03 – Itaqui. [...] A resposta dada a respeito da modificação em relação à nomenclatura da área [...] demonstrou que aquele debate público era visto como mera formalidade (SOUSA, 2009, p. 73-78).

O discurso da necessidade de alterações nos limites do Distrito Industrial para viabilizar a circulação econômica, trouxe à tona o interesse do poder público, em consonância com grandes empresas capitalistas, em rever aspectos urbanísticos legais da cidade de São Luís, utilizando-os para proporcionar benefícios a grupos específicos. Tornou-se notório que a configuração do zoneamento, tal como efetuada em sua atual elaboração, ainda é vista como um problema por determinados representantes do poder público.

O atual traçado do Distrito Industrial, por ser determinado por leis estaduais, é conflitante com as leis municipais, não demonstrando nenhum corte para representar a retirada de zonas rurais do seu perímetro, englobando não somente zonas industriais, a zona marítima e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), mas também, o Terminal Pesqueiro do Porto Grande (comunidade rural), o Cinturão Verde, zonas residenciais e zonas rurais, em que ainda estão inseridos alguns povoados, como: Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim, Limoeiro, Santa Rita.

Tal confusão referente aos aspectos legais remete a uma falsa impressão de que os povoados rurais localizados no interior perimetral do DISAL estariam enquadrados nas áreas

que poderiam ser utilizadas pelo setor industrial, o que acaba induzindo a maiores pressões para as alterações, seguindo os objetivos ditos “funcionais” das áreas.

O Plano Diretor sofre reformulação em 11 de outubro de 2006 (Lei Municipal nº 4.669), lei esta que já viria com uma definição de conteúdo, a partir de modificações efetuadas na lei de zoneamento para beneficiar o ganho de área no setor industrial. O processo de modificação do plano recebeu muitas críticas, sobretudo por já vir carregado da dimensão espacial apontada na lei de zoneamento, bem como por ter tido sequências de audiências públicas com caráter duvidoso e também dado o grande esvaziamento durante sua elaboração.

Ressalta-se que o Estatuto da Cidade estabelece no seu art. 40 § 4º, inc. I, que no processo de elaboração ou revisão do Plano Diretor, bem como na sua implementação, deve haver a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, sob pena de o prefeito responder pelo crime de improbidade administrativa caso não observe esta obrigação, conforme o art. 52, inc. VI do Estatuto. Assim, as discussões em torno da mudança do plano diretor tiveram certa, embora pequena, participação popular.

Os relatórios apresentados pelo Conselho da Cidade, apontam que houve 863 participantes nas 15 audiências regionais (Anil/Aurora; São Cristóvão/João de Deus; Cohama/Vinhais; Bairro de Fátima/Monte Castelo; Zona Rural I; Zona Rural II; Sacavém/Coroadinho; São Francisco/Calhau; Maranhão Novo/Bequimão; Turu/Olho D’água; Alemanha/João Paulo; Cidade Operária/Janaína; Centro/Liberdade; Itaquí-Bacanga; Cohab/Cohatrac); 653 participantes nas 6 audiências temáticas (Trânsito; Desenvolvimento Rural; Habitação; Planejamento Territorial; Saneamento Ambiental; Acessibilidade), totalizando-se 1.516 cidadãos, ou cerca de 0,15% da população da cidade, que participaram diretamente das discussões em audiências públicas (OLIVEIRA, 2007, p. 5).

Aqui se pensa no processo conjunto da seguinte maneira: primeiramente foi alterado o perímetro do Distrito Industrial (2004), logo após ocorre a alteração da Lei de Zoneamento (2005)²⁹, para, daí então, ser reformulado o Plano Diretor da cidade (2006), o qual afirma em um dos seus artigos que o uso e a ocupação do solo deverão ser regulamentadas por lei complementar que deverá:

III. adequar as zonas industriais, às reais necessidades do parque industrial do Município, analisando e redimensionando os atuais limites que contemplam áreas industriais fixadas anteriormente a elaboração deste Plano Diretor (Art. 20º, III) (ESPÍRITO SANTO, 2006).

²⁹ Ver Anexo III, mapa com zoneamento rural e urbano do município de São Luís.

Nesse contexto, a alteração do zoneamento municipal parece ser mais um ato voltado às pressões diretas de empresas, com apoio do aparelho público, prevalecendo sobre o interesse dos moradores situados no perímetro espacial da nova zona industrial e antiga zona rural, criando discursos favoráveis a um ordenamento territorial com vocação para a atividade industrial.

Já demonstramos em outro trabalho (CARVALHO, 2008, p. 56) a existência de discursos encontrados em notícias veiculadas no site da Associação Comercial do Maranhão, afirmando: “[...] O Porto do Itaqui, o corredor de exportação Carajás deixam clara a vocação industrial daquela área. Dessa forma o tratamento não deve ser o de estímulo a atividade rural [...]”.

Essa noção de “vocação” para a atividade industrial é vista como uma tentativa discursiva de dar um “dom” ao componente espacial de forma a naturalizar a sua funcionalidade. Por mais que se tente tornar algo natural a uma realidade, deve-se ter ciência de que “os princípios de classificação do mundo social, até mesmo os mais naturais, referem-se sempre a fundamentos sociais” (LENOIR, 1996, p. 64), tendo sempre um interesse, uma construção social por detrás daquilo que se coloca como natural.

As populações rurais existentes na área tecem diversas críticas aos agentes implementadores da revisão do Plano Diretor. Estes, alegam que tais agentes, “não as ouviram”, desconsiderando o fato das mesmas serem, em sua maioria, habitantes ancestrais das áreas rurais, obrigando-as a constituir a área industrial do município. Lideranças das populações residentes no local insinuavam que a prefeitura municipal pretendia ampliar o zoneamento industrial de forma a beneficiar os grandes projetos, fato que se evidenciou quando o governo estadual oficializou o pedido de conversão para área industrial.

Dada a lógica dos acontecimentos, foi possível constatar que a dita necessidade de nova demanda por áreas, atende, sobretudo, às intenções dos poderes locais dominantes, que necessitam desses espaços para atender seus interesses mercadológicos.

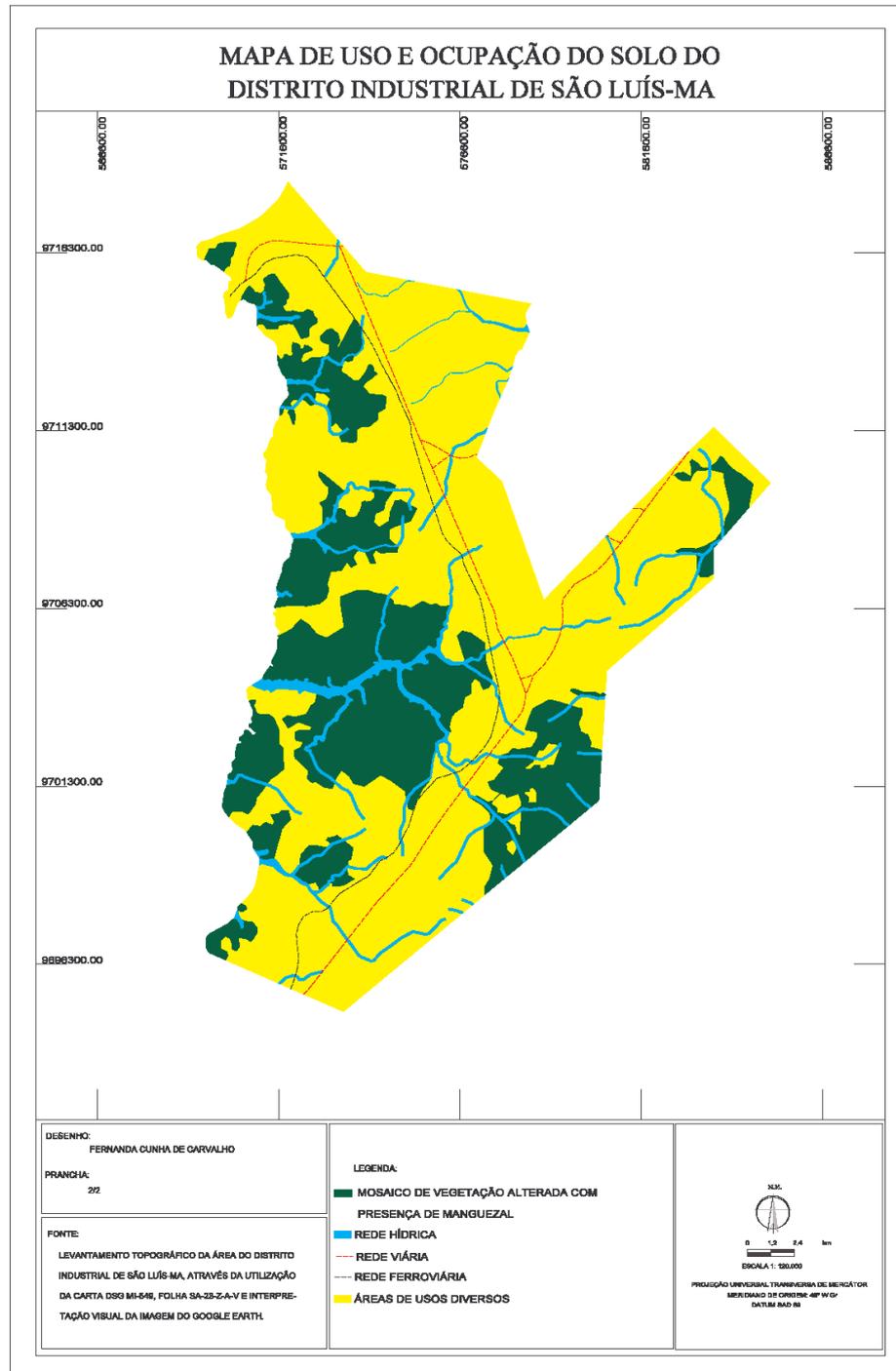
5.2.3 Resultados das ações sobre o ambiente e a sociedade em São Luís

Os resultados das ações desenvolvidas nessa fase apresentam duas configurações primordiais: impacto direto sobre o meio físico e impacto sobre o meio social. Toda a área do Distrito Industrial (considerando as zonas rurais enquadradas em seu perímetro) tem sofrido grandes alterações em seu ambiente.

Principais resultados sobre o quadro natural

O mapa de uso e ocupação do solo, representando as unidades de paisagem do Distrito Industrial de São Luís (MA), tem demonstrado tais modificações ocorridas, como indica a Figura 13.

Figura 13: Mapa de uso e ocupação do solo do Distrito Industrial de São Luís - MA



Fonte: Carvalho, 2008, p. 70.

A leitura do respectivo mapa leva à reflexão de que a atuação dos empreendimentos instalados no Distrito Industrial, mesmo tendo seus funcionamentos “pautados” em legislações, não têm se adequado a uma lógica que mantenha um “equilíbrio” local, na medida em que ocasionam uma série de impactos, considerados negativos, ao meio (CARVALHO, 2009).

O mosaico de vegetação ainda existente na área trata-se de vegetação secundária com presença de manguezais, embora a maior parte destes já tenha sido degradada. A devastação da vegetação se dá, em geral, através da instalação de empreendimentos, das substâncias liberadas pelo processo de funcionamento dos mesmos, assim como por construção de áreas residenciais, principalmente por ocupações desordenadas, fato que ganhou maiores proporções com a chegada de projetos que atraíram grandes fluxos populacionais.

A rede hidrográfica referida no mapa teve como principal base a carta da DSG (1980). Percebeu-se que alguns cursos d’água que existiam na década de 1980 não estão mais presentes na atualidade (tendo como referência atual os trechos apresentados nas imagens do Google Earth). Constata-se que os recursos hídricos devem ter sido aterrados ou erodidos, através da devastação de suas matas ciliares e/ou deposição de materiais no seu curso. O Rio dos Cachorros apresenta grandes proporções, localizando-se entre zonas rurais e a zona industrial (grande parte pertencente ao módulo da Alumar), caracterizado como de extrema importância para as populações que vivem da pesca, assim como os outros riachos e igarapés (a exemplo o Igarapé do Cajueiro) e de nascentes espalhadas por toda área industrial e seu entorno rural.

As áreas de usos diversos caracterizam-se, em geral, como sendo áreas de implantações industriais, ocupações residenciais e outros tipos de atividades que fazem parte da referida localidade. Há grandes áreas de solo exposto, decorrentes de diversos tipos de atividades, tais como extração mineral, devastação da vegetação, ocupação irregular do solo.

Principal resultado sobre o meio social

A zona rural de São Luís é constantemente afetada pela atuação de grandes empreendimentos, que envolvem uma diversidade de agentes com suas formas de atuação e mobilização. Então, as constantes disputas mantidas nas comunidades da referida área são assinaladas na presente pesquisa como o resultado foco das ações desenvolvidas nessa fase. O quadro analítico (Quadro 04), produzido por Miranda (2009), traz uma síntese do processo de

disputa pela zona rural II, em São Luís, fazendo um resgate das disputas efetuadas também nas duas fases anteriores a essa (fase desenvolvimentista e neoliberal).

Quadro 04: Síntese do processo de disputa territorial na Zona Rural II de São Luís

| ANO | ATORES/ MOBILIZAÇÃO | FATOS |
|-----------|---|--|
| 1980 | Movimentos sociais e ambientalistas de São Luís. | - Formação do Comitê e Defesa da Ilha, movimento contrário à implantação de plantas industriais da VALE e da ALUMAR na zona rural de São Luís. |
| 1996 | Lideranças locais das comunidades do Taim, Porto Grande e Limoeiro – Igreja Católica. | - Reuniões na comunidade do Taim e na paróquia de São José do Bonfim visando discutir soluções para as comunidades atingidas pelas interferências das indústrias instaladas no entorno da comunidade. |
| 1998 | Lideranças locais das comunidades do Taim, Porto Grande e Limoeiro – Igreja Católica. | - Discussões sobre a viabilidade da instalação de uma RESEX na zona rural de São Luís. |
| 2003 | Moradores do Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Limoeiro e Porto Grande. | - Solicitação oficial das comunidades (abaixo assinado) ao IBAMA pela criação de uma RESEX na Zona Rural II de São Luís. |
| 2003 | IBAMA | - Instauração do Processo de constituição de RESEX do TAIM, nº 02012.001265/2003-73, de 22 de agosto de 2003. Início dos estudos sócio-biológicos e econômicos. |
| 2002-2004 | Governo do Estado e Companhia Vale do Rio Doce | - Publicização da instalação de um Pólo Siderúrgico na zona rural de São Luís. |
| 2004 | Entidades da sociedade civil (conselhos de classe, igreja, universidades, associação de moradores...) | - Constituição do Movimento Reage São Luís, visando dar continuidade a luta realizada pelo Comitê de Defesa da Ilha, na década de 1980. |
| 2005 | Prefeitura, Câmara de Vereadores | - Aprovação da Lei Municipal nº 4.584/2005, que altera os limites da Zona Rural II, destinando metade de sua área para crescer à Zona Industrial. |
| 2006 | Governo do Estado, Companhia Vale do Rio Doce e Diagonal Consultoria | - Estudo sócio-econômico dos moradores, levantamento de benfeitorias nos terrenos e marcação das casas de onze da área requerida para a construção das siderúrgicas. |
| 2006 | Movimento Reage São Luís e Missão Relatorias Nacionais em Direitos Humanos | - A missão de Relatorias Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, esteve em São Luís com o propósito de apurar denúncias de violações de direitos humanos no processo de levantamento da viabilidade de instalação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís. |
| 2006 | IBAMA, entidades civis, moradores dos povoados que integrarão a RESEX | - Realização de Audiência Pública na Vila Maranhão. - Consulta Pública realizada pelo IBAMA acerca do pedido de inclusão das comunidades de na RESEX. |
| 2007 | Diferencial Energia Empreendimentos e Participações (grupo MPX Mineração) | - Anuncio da instalação de uma usina termelétrica no Distrito Industrial de São Luís, a carvão mineral, com capacidade de produzir 350 MW de energia elétrica. |
| 2007 | Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA | - Liberação da licença ambiental para a instalação do empreendimento (Licença Prévia nº 043/2007) por meio de um procedimento simplificado e sem a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). |
| 2008 | Ministério Público Federal | - Impetração de Ações Cíveis Públicas em que questiona as irregularidades apresentadas no licenciamento ambiental concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. |
| 2008 | Ministério Público Federal Sociedade Civil | - Exigência de Audiências Públicas para discussão das implicações ambientais do projeto de instalação da usina termelétrica em São Luís. |
| 2008 | Justiça Federal | - Suspensão do licenciamento ambiental e da licença prévia para a instalação da usina termelétrica no Distrito Industrial de São Luís. - Reconhecimento da competência do IBAMA para a realização do licenciamento ambiental. |
| 2009 | Diferencial Energia Empreendimentos e Participações (grupo MPX Mineração) | - Continuação das obras de construção da planta da termelétrica, com previsão para entrar em operação no ano de 2012. |

Fonte: Miranda, 2009, p. 99-102.

Em uma visão geral dos processos de disputas podem ser delineadas as participações ativas de movimentos sociais; de parte das comunidades afetadas, amparadas, sobretudo, pelas atuações de suas lideranças, de algumas instituições e órgãos públicos. Tornou-se, então, usual, caracterizar os processos de disputas através de uma lógica comunidade *versus* empresa (Estado).

Nesse sentido, a partir das análises feitas na presente pesquisa é que se tenta ultrapassar essa visão de “dois opostos”, sendo interessante destacar que, apesar de parecer tão evidente, seria inapropriado considerar tal processo de uma forma “binária”, devendo-se ressaltar a presença de outros elementos no contexto.

Então, a instalação de mais um empreendimento, localizado no perímetro do Distrito, também ocasionador de alterações sociais e ambientais nesse território, sobretudo, quando se consideram as populações diretamente atingidas, trará uma perspectiva mais abrangente nesse tipo de análise, tal como serão expostos nos itens seguintes.

A força do lugar como o papel decisivo no processo de ganhos e resistência

As constantes ameaças de deslocamento compulsório das famílias, bem como os impactos sociais e ambientais gerados pelo histórico de ocupação industrial na área do Itaqui Bacanga, remonta aos anos de 1980, quando o Porto de Itaqui foi construído e incorporado à dinâmica econômica dos grandes projetos da Amazônia e foram instaladas as estruturas industriais e de transporte da Alumar e da Vale na região (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES 2010).

Os grandes projetos desestruturam os lugares e constroem paisagens que respondem por uma lógica global. Então, a paisagem como um reflexo da razão, com cada tempo evidenciando sua acumulação, mostra que a construção do Porto do Itaqui, das estradas de ferro, seguindo a lógica de exploração da Amazônia Oriental, e de toda uma infraestrutura logística local, favorece cada vez mais a construção de empreendimentos com um vultoso porte, respondendo por uma tentativa de homogeneização do território.

Nesse contexto há a manifestação do uso diferenciado dos espaços que funcionam como suportes territoriais que são constantemente distribuídos e redistribuídos visando funcionalmente garantir o processo produtivo que é predominante na lógica do capitalismo global. A hierarquia que é criada e, que anteriormente era fortemente maior relacionada aos

aspectos econômicos, passa a ser cada dia mais definida pela racionalidade política, refletida no que se conhece como gestão do território, que tem no Estado o seu grande regente.

As forças hegemônicas, dominantes, impõem suas configurações aos territórios, na tentativa cada vez mais constante de homogeneizar os espaços e anular as solidariedades locais existentes, sobrepondo a gestão dos atores que ali são encontrados, aumentando as desigualdades que refletem na falta de opção que todos têm de ser responsáveis pela construção dos territórios. “A solidariedade interna ao subespaço, providenciada pelas forças centrípetas, está permanentemente perturbada pelas forças centrífugas e deve permanentemente ser refeita” (SANTOS, 2006, p. 194).

Dentro da perspectiva espacial, podem-se perceber as relações da “tríade espacial” apresentada por Lefebvre (1991), com agentes que representam as práticas espaciais, a representação do espaço e o espaço de representações, seguindo as escalas do global, do território e do lugar, respectivamente. Assim, os espaços percebido e concebido (referentes ao global e territorial) atendem à demandas da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção), já o espaço vivido (referente ao lugar) atende à uma ordem local. Nesse sentido, há uma tensão entre o espaço abstrato e o espaço social.

Afirma-se, então, que o conflito explicitado nesta pesquisa demonstra que há uma colisão entre diversos e divergentes interesses em torno do mesmo território, o “território da empresa e o território das normas” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998). O território da empresa, que representa a visão do território como recurso, consegue se apropriar de parte da área que lhe é de interesse, pretendendo se fazer como instrumento para manter a especialização funcional do espaço; já o território das normas, da comunidade, refletindo o território usado, é apresentado como o local em que se pretende dar continuidade a um modo de vida peculiar, mas que é diretamente afetado e que, por vezes, tem sido decidido politicamente.

As imposições que são apresentadas com a implantação da referida termelétrica podem ser enquadradas na lógica que constitui os espaços de verticalidades, apresentando os reflexos de uma complexidade histórica que determina que aquela área tenha uma coerência funcional, bem como demonstrando que é um objeto ligado a um sistema de objetos maior, correspondente a uma racionalidade superior. As horizontalidades estão diretamente ligadas ao *locus*, lugar do cotidiano, que mesmo recebendo influências externas, há a possibilidade a uma posição não conformista, uma reação, tal como apresentada pela comunidade Camboa dos Frades.

Tal reação comunitária surge por uma contra-racionalidade ou racionalidade paralela produzida por aqueles que contestam a imposição de regras centrífugas, atribuindo usos e definições de tempo social que por vezes não são correspondentes aos desenvolvidos localmente. Considerando que as relações comunitárias no caso em questão são explicitadas fortemente através da coletividade e que no contexto da racionalidade contemporânea demanda pela aceleração da dita modernização “o uso dos recursos sociais, a começar pelos bens coletivos, torna-se irracional” (SANTOS, 2006, p. 208).

A favor da hegemonia se percebe a atuação do empreendedor, fortalecido pela ação do Estado (na figura dos governos municipal, estadual e federal), bem como de órgãos que se responsabilizam em liberar a instalação do projeto (IBAMA) e também de parte do corpo universitário. No apoio da construção de uma racionalidade paralela há a comunidade diretamente atingida pela instalação física da termelétrica, que recebe reforços de movimentos sociais e de alguns setores da universidade e que busca maior força através da atuação do ministério público.

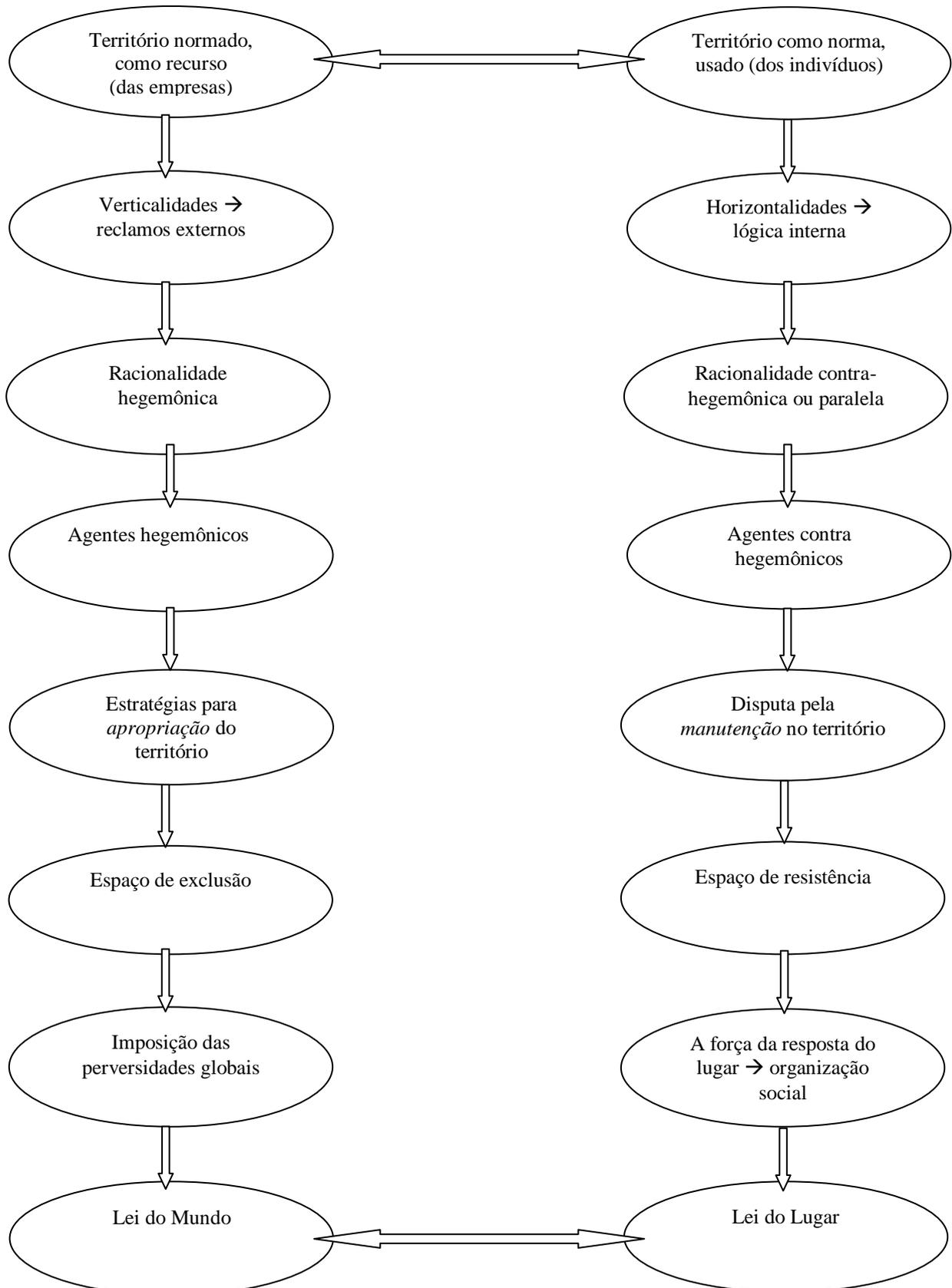
Os agentes envolvidos respondem com suas respectivas cotas de poder, mesmo os mais “fracos” (BRYANT E BAILEY, 1997), dependendo dos interesses que possuem. Também podem movimentar-se de um “lado para outro” se assim lhe for conveniente. Assim, uns defendem a apropriação do território voltada à implementação da usina termelétrica e outros defendem a manutenção da comunidade ali residente.

A histórica apropriação de territórios vista em São Luís demonstra que enquanto “alguns atores [...] encontram as condições de sua plena realização [...] os demais, isto é, a maioria, não têm resposta adequada para as suas necessidades essenciais. Há, desse modo, uma produção limitada de racionalidade, associada a uma produção ampla de escassez” (SANTOS, 2006, p. 209), formando assim os espaços de exclusão e os espaços de resistência.

Então, verifica-se que as decisões que giram em torno do território usado não são aceitas pelos atores do cotidiano sem que sejam manifestadas suas reações contra as ações que incidem sobre eles. As exigências dos moradores para que fossem deslocados da Vila Madureira para a Nova Canaã, bem como a resistência para a permanência no território de Camboa dos Frades, demonstram que “no lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998).

A dialética aqui exposta é esboçada no organograma a seguir (Figura 14):

Figura 14: Organograma caracterizando a ordem mundial sobre a ordem local



Fonte: Organizado pela autora.

O processo de ganhos: Nova Canaã, o “novo” território da Vila Madureira

O processo de deslocamento da Vila Madureira para outro local deu-se através de um “acordo” entre a comunidade e a empresa MPX. Entretanto, é importante ressaltar que não foi algo tão consensual ou efetuado com grande facilidade, sobretudo se for considerada a escolha da área para onde deveriam ser transferidos.

No início das discussões, a empresa tentou transferir a comunidade para uma área do Quebra Pote, que faz parte do assentamento do Iterma³⁰ (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), conhecido como Anajatúia ou Cassaco, área que já possuía habitantes e que também se sentiam ameaçados de deslocamento por alegação da venda de uma parte desse assentamento para a MPX.

Os moradores do assentamento, que já residiam no local por pelo menos vinte anos, mobilizaram e demonstraram resistência em sair, acionando a Defensoria Pública para garantir seu direito de assentado. Esse olhar de estranhamento perante o outro, demonstra que o território é sustentado pela prática social (BECKER, 1983) e não envolve somente o domínio político-econômico do espaço, mas também sua apropriação simbólica (HAESBAERT, 2002), fazendo com que a introdução do outro altere a cotidianidade.

Nesse contexto de resistência, a empresa decide procurar outra área para deslocar a comunidade da Vila Madureira. A nova área apontada fica localizada no município de Paço do Lumiar, que a fica 40 km de distância da área de moradia anterior. De acordo com informações encontradas no site da empresa, a comunidade passou por um processo de negociação e escolha de terra, apoiado na opinião de todos. Entretanto há discordâncias sobre tal processo, constatadas em entrevistas e conversas informais com moradores da comunidade. Muitos afirmam que acabou sendo uma espécie de imposição da empresa, que alegava que os moradores não tinham os títulos das terras e que a empresa já teria uma área para onde seriam remanejados.

A comunidade que era denominada Vila Madureira passou então a ser conhecida como residencial Nova Canaã³¹, “como o significado bíblico do termo interpreta “a terra

³⁰ O objetivo do Iterma seria o de executar a política agrária do estado do Maranhão. Possui amplos poderes de representação para promover a discriminação administrativa das terras estaduais, com autoridade para reconhecer posses legítimas e titularizar os respectivos possuidores, bem como incorporar ao patrimônio do estado as terras devolutas, as ilegitimamente ocupadas e as que se encontram vagas. Há uma série de conflitos no estado sobre questões relativas ao Iterma, grande parte girando em torno da dúvida sobre sua eficiência, sobretudo pela alegação de que o instituto acaba favorecendo o latifúndio.

³¹ Segundo informações encontradas no site da empresa, o programa foi vencedor do Prêmio Eco na categoria Sustentabilidade em Novos Negócios, uma premiação no Brasil no reconhecimento de empresas comprometidas com os princípios e práticas de cidadania empresarial e do desenvolvimento sustentável. Disponível em:

prometida”. É como se as famílias vivessem no deserto, na falta de recursos materiais, em condições sub-humanas e que com o deslocamento compulsório chegariam à redenção, à terra prometida” (PEREIRA, 2010, p. 61).

Foram construídas 95 casas (Figura 15), com titularidade de terreno, em uma área de 25 mil metros quadrados. As casas só poderiam ser comercializadas três anos após o deslocamento, mas já se tem registro de 1 (uma) que está disposta para venda (Figura 16), mesmo antes desse prazo acabar.

Os residentes da Nova Canaã foram beneficiados com fogão, geladeira, liquidificador, aparelho de televisão e computador, em cada casa. Para uso coletivo foram construídas: igrejas (uma católica e duas evangélicas), escola, sede para associação de moradores, campo de futebol, parque infantil e mercado. Também foi garantida a infraestrutura de água, luz, esgoto e coleta de lixo.

Figura 15: Entrada do Residencial Nova Canaã



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 16: Casa com aviso de venda em Nova Canaã



Fonte: Registro de campo, 2011.

A comunidade também recebeu um polo agrícola³² considerando que anteriormente muitos moradores complementavam e/ou tiravam suas rendas com atividades em seus terrenos, para então possibilitar a produção e comercialização, garantindo renda para a comunidade na nova localidade. Inicialmente foi destinada uma bolsa para os moradores conseguirem subsistir até o desenvolvimento do polo.

A área para plantação e criação de animais está localizada no bairro da Pindoba, possui 56 hectares e fica distante 5,5 km do residencial. Considerando tal distância, inicialmente a

<<http://www.mpx.com.br/pt/sustentabilidade/atuacao-social-e-cultural/iniciativas-compensatorias/Paginas/realocacao-de-familias.aspx>> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

³² As titularidades das terras dessa área ainda não tinham sido entregues até outubro de 2011.

empresa fornecia transporte até o polo, mas tempos depois a empresa parou de oferecer e cada qual se desloca como pode, então alguns vão andando, grande parte vai de bicicletas e outros utilizam motos e carros.

A empresa responsabilizou-se por dar acompanhamento técnico da gestão e comercialização do polo agrícola por três anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos caso haja necessidade. No polo há 3 agrônomos (1 somente para o monitoramento), 2 técnicos agrícolas, 1 assistente social, 1 professor da área de agronomia, 1 administrativo, 1 representante da MPX para controle e 2 secretárias (somente estas são pagas pela associação, os demais são contratados da empresa).

Há grande quantidade de equipamentos, tais como telado, estufa, uma central de irrigação com um tanque com capacidade de 340 mil litros e duas caixas com capacidade de 20 mil litros cada, que funcionam automaticamente e conseguem irrigar toda a área de plantação. Há ainda, a projeção de uma área de higienização. Também há uma área para almoxarifado, uma para reunião e um escritório com computadores.

Atualmente (constatado em visitas em setembro de 2011) há várias plantações de diversos gêneros (feijão, alface, macaxeira, milho, banana, cebolinha, dentre outros), cultivados por grupos que se dividem em telados e trabalham de forma rotativa. Cada família tem uma determinada área, dependendo do tamanho do espaço que tinham quando eram moradores da Vila Madureira. Assim, o presidente da associação de moradores afirma que nenhum morador ficou sem área no polo agrícola.

Os produtos são vendidos no mercado que tem no próprio residencial e também para uma grande rede de supermercados que atua no Maranhão, o Supermercado Matheus. Mas, segundo informações, como ainda estão esperando o registro de sua marca, as vendas não são registradas como sendo do polo. Na marca, que está em processo de criação, deverá constar que são produtos orgânicos, já que o trabalho todo é feito com biofertilizantes (Ver Figuras 17, 18, 19, 20, 21 e 22).

Figura 17: Polo Nova Canaã – Telado



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 18: Polo Nova Canaã - Mudas



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 19: Polo Nova Canaã – Biofertilizantes



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 20: Polo Nova Canaã – Tanque



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 21: Polo Nova Canaã – Bomba de Irrigação



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 22: Polo Nova Canaã – Escritório



Fonte: Registro de campo, 2011.

Algumas pesquisas iniciais, relativas aos primeiros momentos seguidos do deslocamento, demonstravam o desgosto por parte da população com o novo território, sobretudo por um “apego” ao território anterior e a elaboração dos traços de identidade que ele traduz, considerando-se que a identidade, nesse contexto, se dá como processo e relação, significando simultaneamente espacialidade e/ou territorialidade (SAQUET, 2010). O território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2004). O fragmento a seguir explicita tal sentimento:

Os antigos moradores queixam-se: o terreno dos imóveis é pequeno e alterou substancialmente seu modo de vida: não dá para plantar nada em área tão exígua. Pescar, então, nem se fala, agora que área de mar ficou tão distante. A prometida indenização, na maioria dos casos não chegou a dois mil reais, contam, e já está acabando. A transferência dos imóveis para seus nomes só poderá acontecer dentro de três, cinco anos. “Lá não tem como ganhar um centavo, não tem como sobreviver. Quando acabar o trocadinho que eles deram, vai ser uma calamidade. Está todo mundo revoltado lá”, conta João Batista, ex-morador da Vila Madureira (CASTRO, 2009).

Entretanto, considerando que, sempre se está passando de um território para outro (HAESBAERT, 2004), que “desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para explicar estranhamento (SANTOS, 2006, p. 222) e que “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra” (HAESBAERT, 2002, p. 132-133) é importante destacar que após quase três anos de deslocados, parte da população já tem relatado gostar da área, sobretudo considerando o funcionamento das atividades do polo agrícola e os lucros que o mesmo tem gerado (como foi relatado por alguns moradores em entrevista realizada no mês de setembro de 2011).

No entanto há reclamações relativas ao funcionamento de uma fábrica de piche localizada atrás do residencial (Ver Figura 23). Assim, alguns moradores alegaram que a área é muito boa e que somente o funcionamento da fábrica tem atrapalhado, através da fumaça que libera e do barulho e odor que produz, então caso consigam fazer com que tal projeto seja deslocado para mais longe, o território teria ótimas condições de vida.

Figura 23: Fábrica de piche expelindo fumaça (localizada atrás do Residencial Nova Canaã)



Fonte: Registro de campo, 2011.

A atuação da fábrica de piche que a população do residencial Nova Canaã alega estar causando poluição, os remete aos fatos sobre a área de moradia anterior, fazendo-os revelar que um dos motivos impulsionadores para aceitarem a saída da Vila Madureira foi a constante poluição causada pela atuação das empresas ali instaladas e que por tal, lutariam para a fábrica de piche se deslocar daquele local.

Tal fato foi constatado quando, ao acompanhar uma reunião da associação de moradores (no dia 25 de setembro de 2011), estava presente um representante da fábrica de piche para tentar solucionar o problema com a comunidade, e um morador pediu a fala, questionando de forma afirmativa o presidente da associação: “Por que saímos da Madureira?”. Em seguida se tem a resposta: “Por causa da poluição”.

Tal momento parece, mais uma vez, reflexo da aceitação da força de instalação e atuação que os grandes projetos têm em relação à comunidade, demonstrando que apesar da gestão do território não estar pautada somente nas forças do Estado, é ele o regulador das forças institucionais e que, portanto, acaba exercendo relações de poder mais fortes que outros agentes.

Então, assumindo uma posição de não resistência ao deslocamento, bem como demonstrando que o novo território, *a priori*, não tem deixado descontentamentos mútuos que levem a comunidade a um processo de tentativa de retomada do antigo espaço de moradia, a atual comunidade do residencial Nova Canaã não é configurada, no caso em estudo, como

parte do conflito socioambiental atual. Nesse sentido, será traçado no item seguinte como se dá a resistência da comunidade Camboa dos Frades.

O processo de resistência: a luta de Camboa dos Frades

A comunidade Camboa dos Frades não foi inicialmente percebida pelos empreendedores como uma área diretamente atingida, mesmo contando sua grande proximidade com o projeto (Ver Figura 24). Entretanto, o início das obras de terraplanagem, com a Vila Madureira já remanejada, demonstrou que a comunidade estava tendo seu único acesso à terra firme destruído e que ela ficaria sem possibilidades de se deslocar, o que a isolaria entre o empreendimento e a Baía de São Marcos.

Figura 24: UTE Porto do Itaqui, vista da entrada de acesso a comunidade Camboa dos Frades



Fonte: Registro de campo, 2011.

Com as obras em funcionamento, a comunidade tinha que transitar por uma via tomada por caminhões, maquinários pesados e materiais, o que se tornava cada vez mais perigoso. Considerando o período chuvoso, as obras de terraplanagem que se iniciavam, enchiam de lama suas vias de acesso. As crianças foram muito prejudicadas ao se transportarem até a escola, passando a ter que andar por cerca de 30 minutos até a BR-135, ficando expostas aos perigos representados pelas atividades de construção. Tal caso chamou tanta atenção que chegou a aparecer na mídia, em reportagens que demonstravam tais dificuldades.

Camboa dos Frades preocupa-se como continuará a levar seus filhos à escola (a comunidade, com mais de cem famílias, não possui nenhuma), creche, ir à feira, postos de saúde, entre outras atividades cotidianas, caso o caminho que a leva até esses afazeres for interditado. A estrada que vai da Vila Madureira à Camboa dos Frades foi aberta, no braço. “Trouxemos essa estrada no cabo da enxada e na pá”, conta Albertran Silva, 39 anos, nascido e criado no local. A única ajuda que tiveram foi de uma máquina cedida pela prefeitura (CASTRO, 2009).

Configurando tais fatos como uma forte característica que fez com que as reclamações sobre a instalação do projeto se tornassem um processo de resistência, considerando o medo dos habitantes do povoado em ter que sair de suas terras à força e sem nenhuma indenização, já que ficariam sem opções viáveis de moradia caso um novo acesso não fosse construído. Relatos afirmam: “Não aceitamos que aconteça conosco o que aconteceu com a Vila Madureira” (dona Maria dos Ramos, Presidente da Associação dos Moradores da Camboa dos Frades); “Queremos ficar e lutar para trazer benefícios” (Ana Célia, 60 anos, moradora do local há 54 anos) (RIBEIRO, 2010, p. 3-4).

Mas as posições da população não se fazem unânimes, assumindo a configuração de dois grupos distintos: a) os que querem sair da área devidamente indenizados; e, b) os que não querem sair, representando o surgimento dos conflitos socioambientais, por desejarem a manutenção do seu modo de vida que é estabelecido através da ligação direta com o ambiente e utilização de seus recursos.

A população que resiste passa a protestar buscando apoio na mídia, nos grupos de cunho socioambientalista (Fórum Carajás), na Defensoria Pública Estadual, na academia e no Ministério Público. Depois de muitas reivindicações, a empresa foi obrigada a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e, conseqüentemente, construir uma nova estrada para a comunidade.

Considerando que ela ainda permanece no local, mas com receio permanente de ser retirada a qualquer momento, a comunidade ainda tem lutado a partir de demandas levadas ao poder público, levantando como pontos de discussão o fato de ser uma comunidade antiga, possuidora de um modo de vida especificamente ligado ao ambiente natural, bem como por possuir registros importantes à história do Maranhão e do Brasil³³.

E, apesar de desejar permanecer no lugar, a comunidade tem feito reclamações constantes sobre o assoreamento dos igarapés em que pescam e a possível e conseqüente

³³ Como se refere o processo nº 1494.000161/2008-17 do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) referente ao Programa de Prospecção Arqueológica na área de Implantação da Usina Termoelétrica Porto de Itaqui - São Luís - MA. Tal documento indica insuficiência e irregularidades no EIA-RIMA, no que se refere à prospecção arqueológica, devendo constituir-se, portanto, em objeto de avaliação e revisão quanto a este aspecto.

diminuição do pescado, já que, o desmatamento e o aterramento feito pela MPX para instalação das suas obras, estaria causando a descida de areia, barro e lama.

Sant’Ana Júnior e Alves (2010) afirmam que em entrevistas e conversas informais com moradores de Camboa dos Frades, há uma diferenciação que os antigos moradores estabelecem com relação aos moradores recém chegados. Demonstrando o grau de afetividade com o lugar, os moradores mais recentes destacam os aspectos materiais (benfeitorias e plantações), depreendendo-se a construção social do território e o sentido de comunidade atribuído ao patrimônio familiar e as relações ali estabelecidas.

A importância desse aspecto é fundamental ao indicar a reprodução material e simbólica das condições de existência social no espaço, que por sua atribuição de espaço vivido, espaço usado, faz-se território (SANTOS, 1998). Festas de diversas origens religiosas, rituais de trocas e intercâmbio cultural que se fundem às relações de parentesco e de compadrio, refletem modos específicos de uso social e apropriação coletiva do meio.

Quanto aos recém-chegados, são denominados “invasores”, sendo reconhecidos pela ocupação de terrenos com o intuito de receber indenizações para instalação de projetos industriais ou de infraestrutura. Os terrenos ocupados por “invasores” podem ser facilmente perceptíveis ao observador externo, devido à ausência de moradores, notando-se pequenos casebres abandonados e placas com aviso de proibição de acesso aos mesmos (SANT’ANA JÚNIOR E ALVES, 2010), bem como pela constituição recente do material.

O fato demonstra que a antiguidade pode ser reconhecida como prestígio e a presença mais recente como fator de censura. Por viverem por mais tempo juntas, as famílias antigas possuem mais coesão como grupo, do que as recém-chegadas (ELIAS; SCOTSON, 2000), assim, a garantia de resistência a qualquer aspecto externo que modifique seus modos de vida e relacionamento com o território, provoca maior reação em um grupo mais coeso, que vê em sua cotidianidade aspectos de identidades grupais.

Os elementos e os pontos de análise do conflito socioambiental: natureza, objeto, campo, atores, dinâmica e interação

Para compreender o conflito em um contexto totalizante, ele será descrito apresentando sua natureza, indicando o objeto de disputa, apontando o campo do conflito, seus atores e demonstrando sua dinâmica. Tal como segue o quadro com uma síntese analítica que será posteriormente destrinchada.

Quadro 05: Elementos do conflito de Camboa dos Frades

| | |
|----------------------|---|
| Natureza | Socioambiental: relacionamento entre o mundo biofísico e o mundo humano, tentativa da manutenção de uma relação equilibrada. |
| Objeto de disputa | Território: comunidade X indústria. |
| Campo do conflito | Antiga Zona Rural de São Luís convertida para Zona Industrial, área habitada pela comunidade Camboa dos Frades. |
| Atores | População da comunidade Camboa dos Frades, Empresa MPX, Estado, IBAMA, Ministério Público, Movimentos Sociais, Universidades Estadual e Federal. |
| Dinâmica do conflito | A instalação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, da empresa MPX, levou a comunidade Camboa dos Frades a ficar isolada atrás da construção do projeto, configurando um conflito socioambiental por parte da população que deseja continuar habitando o local. |

Fonte: Registro de campo, 2011.

A natureza do conflito é apresentada como socioambiental considerando que “o cerne do conflito gira em torno de interações ecológicas” (LITTLE, 2004, p. 1), ou seja, a comunidade Camboa dos Frades, caracterizada por obter base agroextrativista, mantém uma relação de equilíbrio com o ambiente. Logicamente há os que podem até considerar que tal relação se dá devido os recursos naturais servirem para sua subsistência e comercialização, mas o fator principal da abordagem consiste no fato de que a população consegue aliar seu modo de vida à preservação do ambiente natural. Assim, a implantação da termelétrica altera seu *habitus* (BOURDIEU, 1983) e consequentemente impactará o meio.

É exatamente nesse contexto que se apresenta como objeto em estudo o território, caracterizando-o como um conflito relacionado à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010). O fato da comunidade não obter título das terras que habitam e de estar situada em uma área considerada anteriormente como rural e que passou rapidamente a ser uma zona industrial, por modificações legislativas, torna aquele espaço como objeto de disputa entre parte da população atualmente habitante (que demonstra através de registros sua moradia ancestral) e empresas que ambicionam instalar-se na área dada, sobretudo, a proximidade com o Porto do Itaqui.

Então o campo de atuação do projeto não está restrito somente à comunidade Camboa dos Frades, embora o campo de conflito sim. O território antes conhecido como Vila Madureira não pode ser configurado como área em disputa por já ter sido apropriado pelo projeto e por não ter apresentado processo de resistência quando se falou sobre seu remanejamento.

A Nova Camboa (Figuras 25 e 26) tem surgido através da permissão dada para a fixação de moradia por habitantes de baixa renda e sem imóveis, na área de “sobra” das instalações físicas da termelétrica, isto significa parte da área antes ocupada pela Vila Madureira. Então, como é a área que dá acesso a comunidade Camboa dos Frades e está localizada na parte superior do terreno, foi denominada Nova Camboa, também conhecida como Camboa de Cima. A comunidade de Camboa dos Frades, tem sido também conhecida como Camboa de Baixo (através da tentativa de relação com a comunidade anterior), não foi deslocada, mas se vê isolada atrás da usina, correndo risco de ter que sair de sua moradia sem até mesmo ser indenizada.

Figura 25: Nova Camboa



Fonte: Registro de campo, 2011.

Figura 26: Construção de casa em Nova Camboa



Fonte: Registro de campo, 2011.

Além dos atores já citados, comunidade de Camboa dos Frades (agente que assume posição de veto) e empresa MPX (posicionando-se como agente de promoção), que estão no cerne do conflito, podem-se identificar outros que também estão envolvidos no processo. Os agentes não são somente os representantes do poder da classe dominante, há também os contra-discursos elaborados por aqueles que se opõe à classe hegemônica (BRYANT E BAILEY, 1997), e ainda há os que não fazem parte de nenhum dos dois lados, mas que por alguma razão possuem capacidade de interferir no ambiente do conflito.

O Estado (poder público) é um forte agente de apoio e possui vertentes diferentes, porém, interligadas a partir da escala que se analisa. No âmbito municipal, ele possibilitou a conversão legislativa de zona rural para zona industrial; no âmbito estadual forneceu incentivos para a implantação do projeto; e, no âmbito federal dota a empresa de recursos através do Programa de Aceleração do Crescimento do governo e será responsável pela compra da energia a ser gerada.

O IBAMA, enquanto órgão competente para realizar o licenciamento ambiental do projeto, permitiu a implantação do empreendimento, autorizando o início das obras de terraplanagem e assumindo posição de apoio. Entretanto, para tal impôs 102 condicionantes que devem ser cumpridas para que seu funcionamento seja liberado. Só resta saber se depois da instalação física concluída, o órgão realmente exigirá o cumprimento de tais pontos.

O Ministério Público também tem tido importante atuação, situando-se enquanto um agente de oposição. Foi através dele que a empresa MPX teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por romper a passagem que a população de Camboa dos Frades tinha até a BR-135, assim se responsabilizando por construir uma nova via para a comunidade.

Houve participação de movimentos sociais, todos caracterizados pela oposição. O Reage São Luís é um deles e pode ser classificado como:

Um projeto sociopolítico antagônico às elites políticas dirigentes no Maranhão. O movimento argumenta que o estado necessita de um novo modelo de desenvolvimento mediante o esgotamento da concepção pautada exclusivamente na siderurgia (LIMA, 2009, p. 226).

O Reage São Luís ganha destaque ao atuar junto às comunidades contestatórias no momento das audiências públicas voltadas à viabilização de instalação do projeto. Para tal passou a orientar a comunidade sobre uma diversidade de aspectos formais do processo de implantação de indústrias, sobretudo através do fornecimento e esclarecimento de informações técnicas.

Outro movimento que atuou no processo, através do acompanhamento dos fatos e no fortalecimento da resistência ao não deslocamento compulsório da comunidade, foi o Fórum Carajás. Este se auto-reconhece como uma teia de entidades do Maranhão, Pará e Tocantins que acompanha as políticas de projetos para a Região do Projeto Grande Carajás, promovendo atividades de sensibilização da opinião pública, formação de lideranças, realizando estudos no

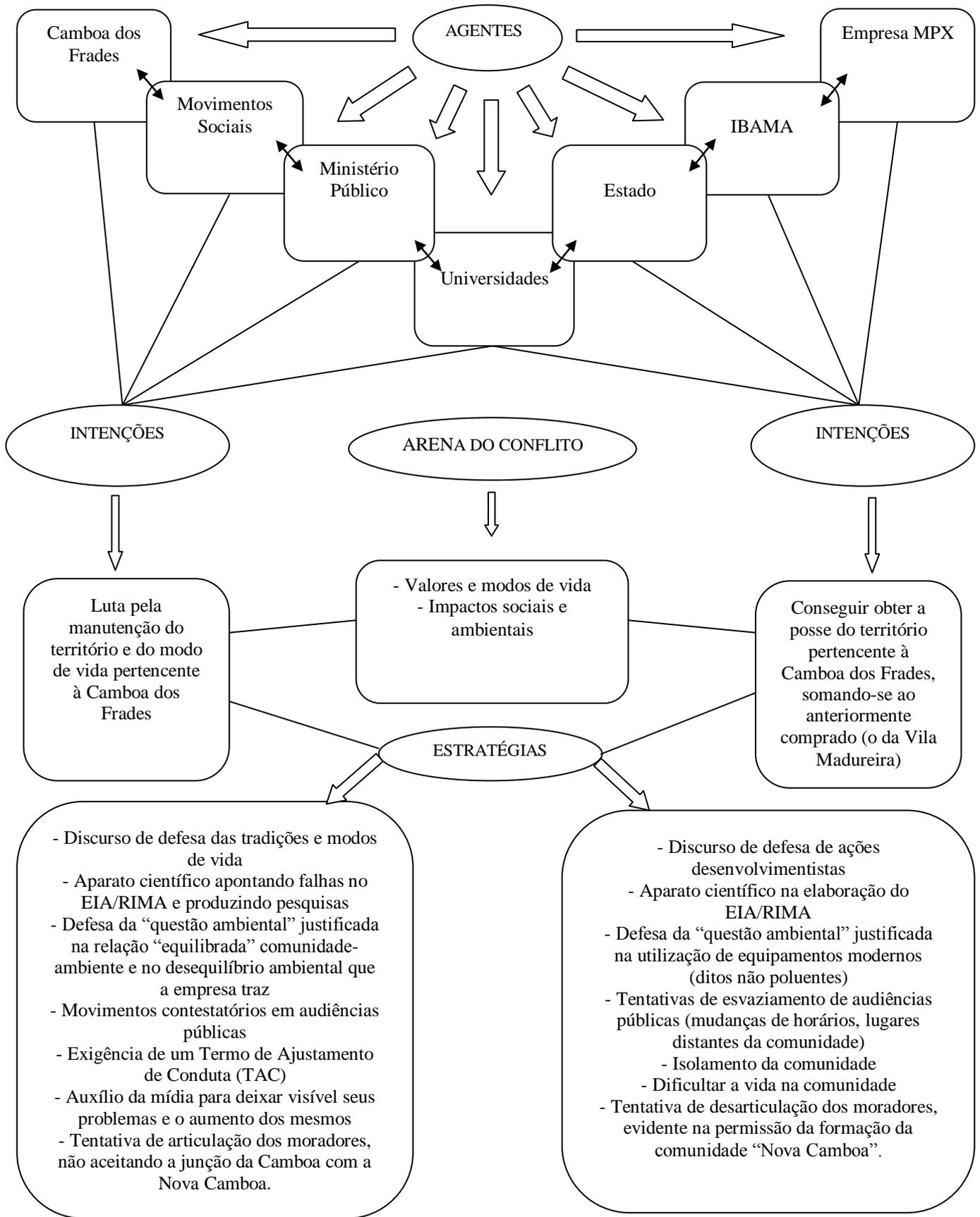
sentido do fortalecimento do movimento popular para uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas e consequentemente maior democratização na distribuição dos recursos.

As Universidades Estadual e Federal, na figura de alguns de seus funcionários e estudantes, podem ser vistos por duas vertentes. A primeira estaria na figura de alguns professores de tais instituições que foram contratados para fazer o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do projeto a ser executado, sendo agentes de promoção. A segunda vertente estaria na figura do grupo de estudos denominado GEDMMA (Grupo de Estudo: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente) da Universidade Federal do Maranhão, que busca atuar fornecendo à comunidade análises pautadas em conhecimentos científicos e nos estudos que efetuam, por vários olhares, sobre a realidade que se passa no povoado, sendo caracterizado no interior do conflito como agentes de neutralidade, embora, por vezes, assumam situações de oposição, como resultados indicativos de seus estudos.

A dinâmica do conflito pode ser conhecida com base geral do processo, assim compreendido. Os conflitos tiveram origem desde o momento em que se falou sobre a instalação de um polo siderúrgico³⁴ em São Luís, envolvendo doze comunidades, entre elas a Vila Madureira e Camboa dos Frades. Entretanto ganha a atual abordagem quando a usina termelétrica se instala, fazendo-os sentirem-se “despercebidos” e isolados (Ver Figura 26, a seguir).

³⁴ Tal como abordado na página 09.

Figura 27: Interações entre os elementos do conflito de Camboa dos Frades



Fonte: Organizado pela autora.

No contexto dessa dinâmica é importante destacar alguns aspectos:

- a) Alguns agentes não agem de forma única, produzindo, pelo menos duas respostas sobre a instalação do projeto, como é o caso da Universidade Federal do Maranhão, já abordado anteriormente. Há certo grupo que ofereceu auxílio para que a implantação do projeto fosse viabilizada. E há, também, outro grupo, particularmente na figura do GEDMMA, que através das suas pesquisas chegou à conclusão de que esse tipo de empreendimento, com seus discursos e suas respectivas formas de atuação, não têm favorecido os grupos sociais diretamente afetados. Os estudos têm colocado em xeque esse modelo de desenvolvimento que tem sido efetivado, questionando se em vez de se buscar alternativas ao desenvolvimento não seria o momento de procurar um desenvolvimento alternativo.
- b) A comunidade Camboa dos Frades tem lutado pela posse de suas terras por estar se sentido ameaçada, fator que a tem impulsionado a buscar ajuda com diversos políticos locais para receberem os títulos, com Ministério Público e Defensoria Pública, quando se acham prejudicados pela construção da usina. A empresa MPX alega não estar interessada na compra de tal área, mas nos parece que ela (assumindo parceria com o Estado) tem se remetido a estratégias que obriguem a comunidade a sair por conta própria, considerando as dificuldades cada vez maiores em morar naquele território. Dentre as dificuldades são citados o acesso à estrada (BR-135), a poluição e aterramento de mangues e igarapés (atrapalhando a atividade de pesca), a falta de transportes para as crianças se deslocarem às escolas, a escassez de água. Parece que, em momento algum, foi de interesse do poder público oferecer uma infraestrutura que garantisse uma boa habitação às populações naquelas áreas, mas somente à construção de grandes projetos, objetivando assumir a dita funcionalidade local.
- c) A arena do conflito são os valores e modos de vida da comunidade Camboa dos Frades, que tem sentido sua permanência no território ameaçada, configurando um impacto social. Entretanto, outro fator que já tem iniciado conflitos, são os impactos ambientais, os moradores reclamam dos rejeitos deixados durante a construção, descendo para suas casas e mangues. Segundo depoimentos, é uma difícil relação de vizinhança, é similar ao caso de um vizinho tirar o lixo de sua casa e jogar para o outro.
- d) A comunidade Camboa dos Frades, como já relatado anteriormente, tem um laço ancestral com seu território. Entretanto, na área que era pertencente à comunidade Vila Madureira, onde está sendo instalada a estrutura física do projeto, “sobrou” uma área

que, segundo relatos, o Estado tem permitido e incentivado a fixação de habitações (de qualquer morador que desejar) formando a Nova Camboa, bem como tem se levantado meios de juntar, enquanto União de Moradores, as duas comunidades (“Nova Camboa” e “Camboa dos Frades”). Acredita-se que essa tem sido uma forte estratégia de tentativa de confusão sobre a significativa importância de moradia dada por traços e laços de antiguidade, tentando reverter a causa da Camboa dos Frades, enquanto habitação de gerações, bem como enfraquecendo a organização social comunitária, que tem como importante aspecto a luta por um território afetivo, simbólico. Nesse mesmo patamar de enfraquecimento de organização comunitária está a tentativa de retirada da presidente da associação, através de um documento que embarga sua atuação, expedido por ordem oficial da justiça, sob a alegação do desenvolvimento de atividades ilegais da mesma (Figura 28).

Figura 28: Documento expedido pela Secretaria de Estado que notifica a presidente da associação de moradores da Camboa dos Frades



Fonte: Registro de campo, 2011.

As exposições efetuadas apresentaram o encadeamento entre os processos gerais e a dinâmica local, a partir do enquadramento de contextos socioeconômicos e políticos que atuam diretamente nos processos de gestão do território que transitam das escalas maiores às menores, em diferentes contextos temporais.

Assim, a pesquisa chega a seus aspectos finais, que trabalha com uma breve retomada do que foi exposto, a partir da perspectiva do inter-relacionamento entre os pontos explicitados, bem como demonstra os pontos de limitações e avanços, indicando novas perspectivas para possíveis futuros estudos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões efetuadas sobre gestão do território, lugar e conflitos socioambientais (traçadas como objetivo central da pesquisa), foram trabalhadas intencionando demonstrar que não são equivalentemente expressas por uma simples ligação causa-efeito, mas que se dão de forma bastante relacional. Assim, a gestão do território, mesmo não sendo efetuada exclusivamente pelo Estado, mostra que ele é o agente que tem domínio nas relações espaciais-territoriais, assumindo posições estratégicas e executando interesses dos agentes dominantes. Por sua vez, surge a força do lugar, que enquanto espaço do acontecer solidário, é o espaço da cidadania, do plano vivido, fazendo emergir nas comunidades locais processos de resistência aos fatores que vão de encontro ao funcionamento de sua cotidianidade. Nessa perspectiva, apresentando racionalidades e interesses divergentes, há alguns agentes locais que são afetados diretamente pela atuação dos agentes hegemônicos, fator que ocasiona processos conflitivos e que, dada a difusão da temática ambiental, tem sido atribuído como sendo conflitos socioambientais, tal termo é apresentado uma espécie de bandeira levantada pelos afetados, servindo ao auxílio das suas conquistas.

É importante caracterizar que há uma espécie de oposição entre o território de todos e o território das empresas, que acabam sendo regidos por princípios e dinâmicas territoriais e dos lugares. Assim, o território como recurso é o território dos grandes projetos, dos grandes eventos técnicos, dos macro-objetos técnicos e o uso desse território é dado pelos agentes do mercado, que é um potencial criador de desigualdades socioespaciais. O uso cria os lugares, então a importância em se analisar o território, é definida por ele ser usado. Mas ao criar os lugares, criam-se também as necessidades. O interessante é conseguir desvendar de que agentes são realmente essas necessidades, isto é, são vontades do capital, das pessoas...?

Nesse contexto, deve-se perceber que as coisas que vêm do mundo acontecem nos lugares, mas elas vêm carregadas de histórias e de intencionalidade, e por vezes acabam desestruturando os lugares por possuírem uma carga de história e evolução, que acaba sendo divergente daquela encontrada no cotidiano local, sobretudo por demandar que o tempo do mundo (o tempo real), tende a uma homogeneização (como se fosse possível atender a todas as pessoas, a todos os lugares, em um tempo rápido), bem como por haver uma só existência, a dos agentes hegemônicos, do capital financeiro. Já no caso do mundo do cotidiano, as temporalidades apresentam-se simultâneas, a tendência é heterogeneizante e criadora. O lugar

seria, então, a chave de compreensão do mundo contemporâneo, dada as possibilidades da coexistência.

A voracidade do mundo atual, entendida analiticamente pelo que Milton Santos denominou de período técnico-científico-informacional, gera paisagens com uma rapidez enorme, apresentadas, sobretudo, por uma racionalidade política, que assina em nome de um dito processo de modernização, representando o uso do território pelo capital intensivo e obrigando os agentes à convivência no diverso, processo pelo qual os homens são divididos, mesmo que aparente que eles estejam todos juntos.

Tal racionalidade política age através de normas que permitem a difusão de sua ordem. Assim, são elaborados planos, programas e projetos que atribuem ao espaço uma espécie de funcionamento integrado. Nesse sentido, há uma constituição e crescimento da utilização de “objetos modernos” que se desvendariam como elementos centrais na produção do que se convencionou da crise ecológica, através da análise de sua tipologia e de suas motivações de uso no presente período histórico. Entretanto, como os objetos trazem uma racionalidade e uma contra-racionalidade em si mesmo, há uma geração de desordem, atuando como uma vingança do território contra as perversidades que lhes são impostas.

Nesse sentido, planos projetados em um contexto nacional, demandados por uma ordem mundial, afetam as escalas menores, fazendo-as enquadradas no projeto global. Assim, a primeira questão de pesquisa (Como os grandes projetos desde o período desenvolvimentista têm condicionado a organização territorial na Amazônia?), desvendou que a lógica projetada para a Amazônia Legal, sobretudo nos períodos desenvolvimentista e logístico, tem sido voltada ao favorecimento do desenvolvimento econômico nacional, na tentativa de integração e proteção do território, bem como em nome de uma melhoria de índices de desenvolvimento humano. O uso do território pelos grandes projetos implantados são produtores de verticalidade, tendo em suas atuações a desestruturação dos lugares e formando acontecimentos hierárquicos, isto é, são decididos fora do plano de onde atuam, sobrecarregados de intenção externa.

A segunda questão de pesquisa (Como os grandes projetos de infraestrutura do período logístico têm atuado na organização territorial de São Luís, MA?) demonstra que a porção maranhense da Amazônia ainda tem sido estruturada para a implantação de grandes projetos, o que leva a pensar na proximidade das metas traçadas no período desenvolvimentista. Assim, através do Estado, obedecendo a demandas globais e nacionais, há um arcabouço constituído, por leis que regem a “organização” da cidade, voltado ao beneficiamento de instalações industriais.

Entender “como o projeto da Usina Termelétrica Porto do Itaqui tem atuado na organização territorial e na dinâmica socioambiental de São Luís, MA”, foi o terceiro questionamento elucidado. As pesquisas levaram à demonstração que a implantação do projeto atingiu diretamente duas comunidades, uma foi deslocada do seu antigo lugar de moradia e a outra tem sofrido os impactos de sua atuação. Assim, a população residente em sua proximidade tem feito reclamações sobre rejeitos do processo de construção, sobre a dificuldade que agora tem de se deslocar, entre outros fatores. Nesse contexto, os impactos relacionados têm estado configurados somente a esse momento inicial, já que o projeto ainda entrará em funcionamento.

Saber “qual o papel do lugar e da organização social na gestão de conflitos socioambientais nas comunidades Vila Madureira e Camboa dos Frades em São Luís, MA” foi, então, a quarta questão esboçada. A pesquisa revela que a área agora ocupada pela construção da UTE, tornou-se um espaço vazio de sentido para os antigos habitantes das comunidades, bem como para os que ainda resistem em ficar atrás das instalações físicas da obra. As formas e as outras funcionalidades outrora atribuídas se sobrepuseram à apropriação do lugar da comunidade, enquanto espaço do cotidiano, do modo de vida, do relacionamento com o outro.

Aquele espaço tem revelado a ocupação de outros agentes enquadrados no processo de divisão social e técnica do trabalho, que, por criar uma hierarquia espacial, produz uma morfologia demandada a partir do estabelecimento do mundial, manifestando-se na desigualdade. Manter-se unidos em torno do reconhecimento de que são comunidades tradicionais e extrativistas, suscita símbolos ligados ao fato de estabelecerem uma vida cotidiana em “equilíbrio” com o ambiente natural e estimula o desenvolvimento de lideranças, motivando a manutenção de sua dinâmica interna.

O pressuposto geral apresentado, que trabalhou na tentativa de demonstrar que “as estruturas do agir governamental, seguindo fases de mudanças de paradigmas e atuações do Estado, não garantem um tratamento diferenciado sobre os conflitos socioambientais, que na atual fase Logística ainda preservam uma herança daqueles surgidos na fase Desenvolvimentista”, pode ser confirmado na medida em que as mudanças em relação ao tratamento dado às comunidades locais afetadas pela implantação de projetos de grande porte, com certa garantia de ter direitos assegurados e de conquista de poder disputar sobre os fatores que lhes são de interesse, não tem sido levantada no âmbito do maior regente da gestão do território (o Estado) e sim através das forças de resistência do lugar que veem nas suas possibilidades de comunicação e organização, reforçadas grandemente por uma coesão social,

maneiras de afirmarem suas lutas e se fazerem visíveis, requerendo e abrindo possibilidades de serem, também, responsáveis pela *construção* do território.

Assim foi possível constatar a hipótese focal (as desigualdades na dominação e atos de uso do território local têm provocado o surgimento de processos de luta das comunidades em defesa dos seus direitos, o que possibilitou, nas comunidades Vila Madureira e Camboa dos Frades, fatores relevantes para a articulação de ganhos possíveis e minimização de impactos negativos), demonstrando que mesmo tendo tido resultados diferentes quanto à configuração do conflito, as comunidades têm se levantado igualmente no processo de luta pelos seus direitos, sendo, entretanto, importante considerar os processos de apego ao lugar, organização comunitária e coesão social, podem configurar o processo de luta ou não por permanência no território.

A antiga comunidade Vila Madureira, atual Residencial Nova Canaã, era constituída por moradores que, apesar de apresentarem pontos que demonstravam sua ligação com o local de moradia (manifestados, sobretudo, por suas formas de manutenção através da retirada de recursos da natureza), alegaram que habitavam em uma área bastante poluída, bem como se sentiam constantemente inseguros por residirem em um território detentor de muitos interesses manifestados pela instalação industrial. Tais fatores parecem ser determinantes ao aspecto de tentativa de manutenção no lugar. Assim, vendo uma possibilidade que surge através da sua luta para não sair sem indenização e considerando que mudariam para uma área em que obteriam seus títulos de terra, sendo ainda capacitada de estrutura agrícola voltada à continuidade de sua manutenção através dos recursos, a comunidade (representada pelo presidente da associação de moradores) decide aceitar a proposta da empresa MPX e se deslocar para outra área, processo esse que se dá através de um acordo, sem resistências.

Já a comunidade Camboa dos Frades decide lutar para permanecer em seu território. A empresa MPX não deixa claro que quer se apropriar da área da comunidade, entretanto, as análises sobre o processo, levam a uma compreensão de estratégias utilizadas para que a comunidade se retire do seu lugar por vontade própria. Mas, um importante fator que diferencia esta comunidade, da comunidade Nova Canaã é o apego manifestado pelo território, assim surgem alegações da proximidade com o mar, dos plantios, da segurança que as crianças têm em brincar nas áreas públicas, dentre outros fatores. É demonstrada uma maior coesão social entre as famílias, embora, também de forma estratégica (acredita-se) tenha se tentado enfraquecer o poder da organização comunitária lá existente.

A pesquisa constatou que há atualmente a permanência de um modelo de desenvolvimento demandado em uma ordem superior a da escala que se atua, com impactos

econômicos que atingem fracamente a escala local e, portanto, acabam não garantindo melhorias nos índices da qualidade de vida da população como um todo, beneficiando somente os agentes hegemônicos, muitas vezes ocasionando uma desestruturação territorial, um aumento das desigualdades, impactos negativos que agridem o ambiente e tensões relacionadas à gestão do território.

Os “novos” modos de apropriação do lugar aparecem no banal, no familiar. O lugar aparece como um desafio à análise do mundo contemporâneo, abrindo maiores exigências analíticas, que trabalham na tentativa de abordar a multiplicidade de formas e conteúdos, e a dinâmica histórica nele existente.

As maiores limitações apresentadas durante o transcorrer da pesquisa foram dadas pela execução da tarefa de campo, sobretudo, nos momentos de visitas às comunidades. Tal fato se dá por dois pontos principais: pelo cansaço, já aparente, em serem objetos de estudos, constantemente; e, por não acreditarem mais que as pesquisas não têm intenção de prejudicá-las, confundindo os estudos do âmbito acadêmico, com as pesquisas efetuadas por empresas contratadas pelos projetos para trabalharem uma melhor forma de atuação com as comunidades.

Em contraposição, os avanços podem ser reconhecidos através do longo caminho de pesquisa que se vem percorrendo nesse campo. Assim, dado o acompanhamento constante e direto, da realidade das comunidades aqui estudadas, há o aumento de se concretizar análises mais completas sobre todo o processo, complexificando estudos que trabalham de formas mais pontuais e visualizam os fatos a partir de recortes espaço-temporais menores.

Considerando o modo pelo qual as ideias foram encadeadas, o estudo lança a proposição de uma continuidade dos estudos referentes à Usina Termelétrica Porto do Itaqui, posto que é um processo que ainda está em curso. Há também a necessidade de se ampliar as análises na tentativa de compreender todo o contexto dos conflitos socioambientais ocorridos no estado do Maranhão, trabalhando com a tentativa da continuidade de enquadrá-los na perspectiva da estruturação do mundo contemporâneo e seus reflexos nos lugares.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. São Paulo: ABA/FGV, 2002.

ANDRADE, Ricardo Barretto de. Da integração energética à integração política: a adoção de uma política energética comum como eixo da integração sul-americana. *Cadernos PROLAM/USP*, Ano 8, Vol. 1, 2009. p. 149-163. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2009_1_9.pdf>. Acesso: 14 de junho de 2011.

ANEEL, *Atlas de Energia Elétrica do Brasil* / Agência Nacional de Energia Elétrica. 3. ed. – Brasília: Aneel, 2008.

AYRES, Érico de Oliveira Junqueira. *Parâmetros para a localização de áreas e distritos industriais, com objetivo de avaliação dos impactos sobre a estrutura urbana*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1990. Dissertação de Mestrado.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. - 3º ed. - São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debate*, 32: 47-56, 1991.

_____. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen B. (orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1983.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência* / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

BRYANT, Raymond; BAILEY, Sinead L. *Third World Political Ecology*. New York: Routledge, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar: mundialização e fragmentação. *In: Fim de século e globalização*, São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Edição Eletrônica/LABUR, 2007.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. *Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito Industrial de São Luís - MA*. São Luís: Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão, 2008. Monografia de Graduação.

_____. Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito Industrial de São Luís - MA. *In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 41-60.

CASTRO, Cláudio. MPX: Empresa que gera energia de forma poluente ainda nem entrou em operação, mas já causa asfixia em São Luís. *In: Jornal do Sindicato dos Trabalhadores de Judiciário Federal e MPU do Maranhão – SINTRAJUF*. São Luís, Ano XIV, nº 127, maio, 2009.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CLAVAL, Paul. Território da transição da pós-modernidade. *GEOgraphia – Ano 1 – n.2 – 1999*. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso: 20 de junho de 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporações, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 54 (3): 115-121, 1992.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. *Revista Território*, 1(1), 1996.

DA SILVA, Carlos Alberto F. *A dimensão regional na gestão do território: da integração econômica à integração competitiva*. Boletim Goiano de Geografia, 13 (1): 45-63, jan./dez.. 1993.

DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA. *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)*. Empreendimento da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui). Fevereiro de 2008.

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, v. 5, n.1, julho 2007.

_____. *A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): o caso da “Vila” Cascavel*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1999. Tese de Doutorado.

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207-238.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). *São Luís: uma leitura da cidade*. Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre la tipología de los territorios. *Red de Investigación-Acción sobre La Tierra*. p. 1-20, 25 abr, 2009. Disponível em: <http://www.acciontierra.org/spip/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIO_S_espanol.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2011.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. *O Estado e as Políticas do Urbano em São Luís*. São Paulo: Curso de Geografia da Universidade de São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

FIGUEIRÊDO, Carlos Henrique Campos. *Do Parque têxtil à diversidade dos gêneros industriais: a evolução industrial no município de São Luís*. São Luís: Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão, 1994. Monografia de graduação.

GARZON, Luís Fernando Nova. Modelo de Desenvolvimento na Amazônia e Impacto para os Direitos Humanos. In: SYDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa. *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, 2009. Disponível em: < http://stat.correioweb.com.br/cbonline/2009_12/DireitosHUMANOS.pdf#page=65>. Acesso: 29 de abril de 2011.

GISTELINK, Frans. *Carajás, usinas e favelas*. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

GOLDEMBERG, José. Energia e desenvolvimento. *Estudos Avançados*, vol. 12, nº 33, São Paulo, maio/agosto de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a02.pdf>>. Acesso: 13 de junho de 2011.

GOMES, Antonio Marcos. *Por um Lugar na Fábrica: estratégias, limites e possibilidades para o ingresso numa indústria de alumínio*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2009. Dissertação de Mestrado.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste*. RJ: EDUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses S. *Gestão do território e a produção da siconatureza nas ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia brasileira*. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2006. Tese de Doutorado.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses S.; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

KNIGHT, V.M.; YOUNG, C.E.F. *Custo da poluição gerada pelos ônibus urbanos na RMSP*. In: ANPEC, 34, 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A069.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

KOZIOSKI, Gilberto Vilmar; CIOCCA, Mria de Lourdes Santorio. Energia e Sustentabilidade em Agrossistemas. *Ciência Rural*, Santa Maria, vol. 30, nº 4, p. 737-745, 2000. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cr/v30n4/a31v30n4.pdf>>. Acesso: 13 de junho de 2011.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLIÉ, Dominique et all. *Iniciação a prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social: a experiência do reage São Luís. In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 225-252.

LITTLE, Paul E. A Etnografia dos Conflitos Sócio-Ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II Encontro da ANPPAS, 2004, Idaiatuba – SP. *Papers do II Encontro da ANPPAS*, 2004. p. 1-9. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2010.

_____. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001. p.107-122.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro*. Macrozoneamento diagnóstico ambiental da microregião de aglomeração urbana de São Luís. Estudo de ocupação espacial e cobertura da terra. São Luís: SEMA/GERCO, 1997, 137 p. Apostila.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Trad. Maurício Waldman. – 1º ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2009.

MARQUES, Gustavo Martins. *Uma estratégia de desenvolvimento para São Luís – MA/Brasil*. Oxford: Since in Planning Studies of School of Planning of Brookes University, 1996. Dissertation for the Master.

MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. Unidades de conservação da natureza X indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. In: SANT'ANA, JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 87-108.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, volume 19, nº 53, São Paulo, jan./abr., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100012&script=sci_arttext>. Acesso: 29 de abril de 2011.

MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. *O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce /MA*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os Conflitos na Sociedade Moderna: Uma Introdução Conceitual. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001. p. 85-105.

NASCIMENTO, Daniel Trento; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 65-82, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Saulo Carneiro de. O processo de revisão do plano diretor no município de São Luís - MA: análise de uma experiência participativa em espaços de decisão e gestão municipal. *III Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

PACHECO, João Batista. *O ambiente urbano de São Luís - MA: Relações Sócio-Espaciais dos Agentes de Construção e Modelagem do Bairro São Francisco*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão, 2002. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Ediléia Dutra (coord.); OLIVEIRA, Isabela C. dos Santos; AMORIM, Josélio O. *Relatório de Pesquisa de Campo: Caracterização Sócio-Ambiental do Povoado de Camboa dos Frades*. São Luís: Departamento de Geografia, CCH-UFMA, 2008. Mimeo.

PEREIRA, Paula Marize Nogueira. *Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica*. São Luís: Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 2010. Monografia de Graduação.

PERROUX, François. *La notion de pôle de croissance*. Économie Appliquée 1-2, 1955.

PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO, Marcos André. *A expansão das atividades informais em São Luís e a política pública de trabalho: Rupturas e continuidades*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 2007. Dissertação de Mestrado.

RAFFESTIN, Claude. *Immagini e identità territoriali*. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi: geografia delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES, 2003. Disponível em: <[http://db.formez.it/fontinor.nsf/8804ae899ac04f07c12569f40030aaca/CDDF910CBE6AF8BBC1256F12002F4105/\\$file/II%20mondo%20e%20i%20luoghi%20-%20geografie%20delle%20identita%20e%20del%20cambiamento.pdf](http://db.formez.it/fontinor.nsf/8804ae899ac04f07c12569f40030aaca/CDDF910CBE6AF8BBC1256F12002F4105/$file/II%20mondo%20e%20i%20luoghi%20-%20geografie%20delle%20identita%20e%20del%20cambiamento.pdf)> Acesso em 03 de maio de 2011>.

_____. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Maria. *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. pp. 39-50.

RIBEIRO, Ana Lourdes. *Conflitos de Uso e Ocupação do Solo e Educação Ambiental: o caso da Camboa dos Frades - São Luís – MA*. São Luís: Especialização em Educação Ambiental da Universidade Estadual do Maranhão, 2010. Artigo de Especialização.

RUCKERT, Aldomar A. Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 17, 2005. p. 79 – 94.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. *Conflitos Socioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA)*. In: V Encontro da ANPPAS, 2010, Florianópolis – SC. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-419-350-20100903205558.pdf>>. Acesso: 08 de agosto de 2011.

SANT'ANA, JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4º ed. – 2º reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

_____. Prefeitura. Lei nº 3.252 de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. São Luís, 15 abr. 1992a. n. 88. p.1-6.

_____. Lei nº 3.253 de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. São Luís, 15 abr. 1992b. n. 88. p. 6-27.

_____. Lei nº 4.548 de 09 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís. *Diário Oficial do Município*. Ano XXV – São Luís, 0/12/2005, nº 232.

_____. Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>>. Acesso em: 2 de setembro de 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. - 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005*. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/31.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2011.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Gestão do território: o caso da empresa Fleischmann e Royal no noroeste fluminense. *Revista Território*, ano II, nº 3, jul./dez.1997.

SIMMEL, G. *Conflict and the web of Group-Affiliations*. Toronto: Collier-Macmillan, 1969.

SOUSA, Allan de Andrade. O ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do pólo siderúrgico de São Luís. In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 61-86.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Revista Território*, ano III, nº 4, jan./jun. 1998.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983. 250p.

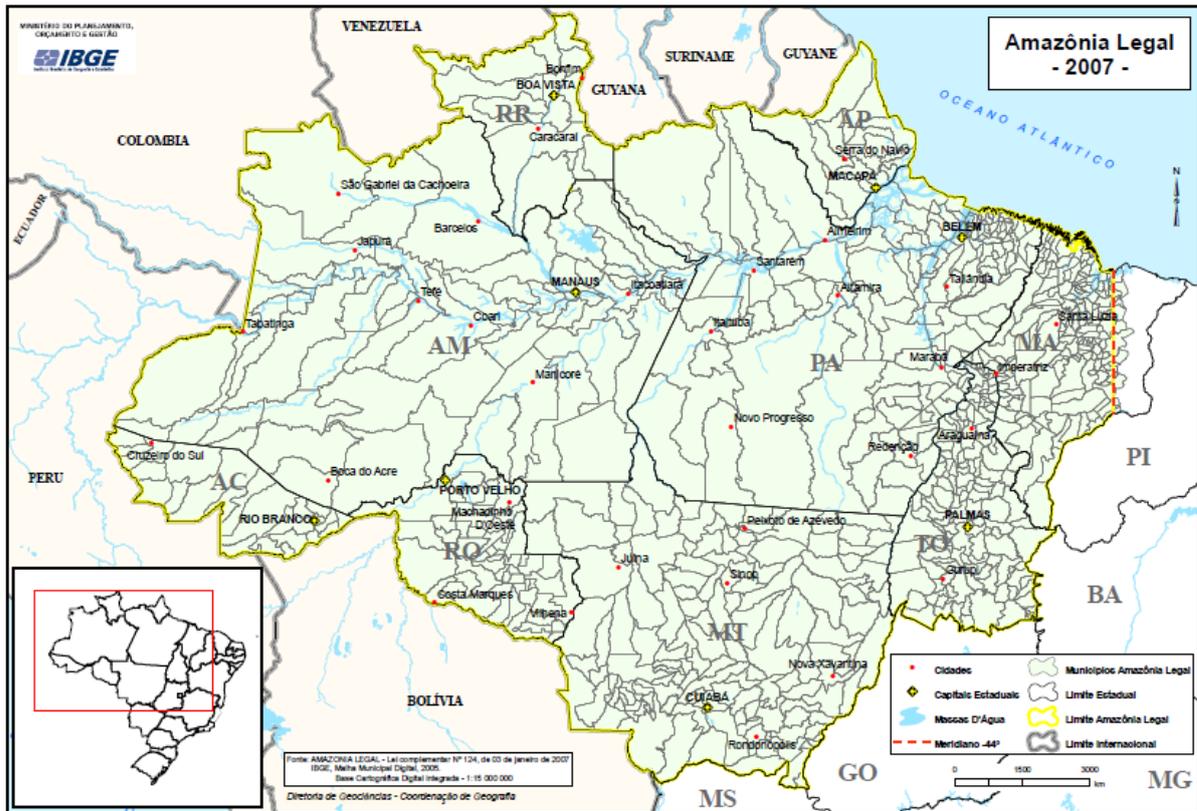
VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17 Nº 50, out. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/rbcsoc/v17n50/a03v1750.pdf>>. Acesso: 14 de junho de 2011.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho (org.). *Considerações Preliminares Sobre a Implantação de um Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís*. São Luís: Novembro, 2004. Mimeo.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ANEXOS

Anexo I :Amazônia Legal



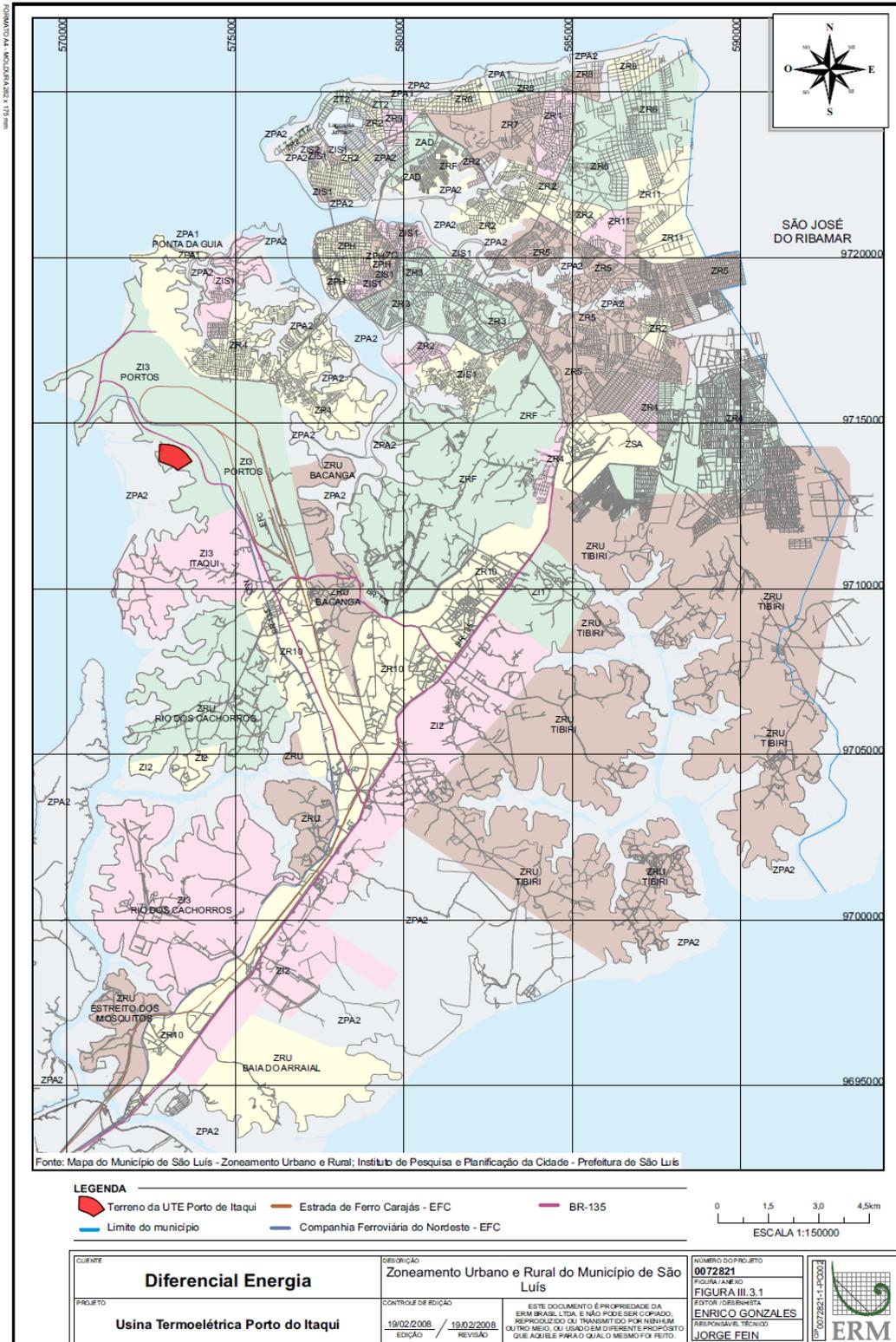
Fonte: IBGE, 2007.

Anexo II: Divisão do Distrito Industrial de São Luís em módulos

| Módulo | Localização | Infraestrutura existente | Área | Taxa de ocupação |
|--------------------------------|--|--|---------------|--|
| A | À margem esquerda da BR-135, km 7, sentido São Luís - MA /Teresina – PI | Sistema viário, energia elétrica, água e telefone | 308,91 ha. | 90% |
| A1 | À margem direita da BR-135, km 7, sentido São Luís - MA /Teresina – PI | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 451,87 há. | 75% |
| B | À margem esquerda da BR-135, km. 15 sentido São Luís - ma/Teresina – PI | Energia elétrica, sistema viário e telefone | 1.499,62 há. | 45% |
| B1 | À margem direita da BR-135, km 7, sentido São Luís - MA /Teresina – PI | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 422,16 ha. | 50% |
| C | À margem esquerda da BR-135, km 17, sentido São Luís - MA /Teresina – PI | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 1.624,24 ha. | 30% |
| D Área da Alumar | À margem direita da BR-135, km 15, sentido São Luís - MA /Teresina - PI | Sistema viário, energia elétrica, água e telefone | 2.645,32 ha. | 100% |
| E | Ramal da BR-135, Pedrinhas / Itaqui – MA, variante da Vila Maranhão – Porto Grande | Energia (13,8 kva), porto com 110 m de cais, água e telefone | 556,0903 ha | 30% |
| F Sul | Margem esquerda do ramal da BR-135, km 3, sentido Pedrinhas / Itaqui – MA | (Em estudo para implantação): energia elétrica com subestação própria 69 kva/13,8 kva/380 v/ 220 v, sistema viário, telecomunicações | 1.652,7400 ha | 30 % |
| F Norte | À margem esquerda do ramal da BR-135, km 9, sentido Pedrinhas - Itaqui | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 1.005,5365 ha | Reservado para implantação do Pólo Siderúrgico |
| G | À margem esquerda do ramal da BR-135, km 11, sentido Pedrinhas - Itaqui | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 774,68 ha. | 5% |
| H | À margem direita do ramal da BR-135, km 7 a 11, sentido Pedrinhas – Itaqui | Sistema viário, energia elétrica, água e telefone | 1.751,81 ha | 100% |
| I Pertencente a CVRD | À margem direita do ramal da BR-135, km 3, sentido Pedrinhas – Itaqui | Sistema viário, energia elétrica, água (poço artesiano) e telefone | 470,82 ha. | 25% |
| J1 | À margem direita da BR-135, km 12, sentido São Luís - MA /Teresina - PI | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 1.475,43 ha. | 40% |
| J2 | À margem direita da BR-135, km 20, sentido São Luís - MA /Teresina - PI | Sistema viário, energia elétrica e telefone | 1.084,61 ha. | 30% |
| J3 | À margem direita e esquerda do ramal da BR-135, km 7, sentido Pedrinhas – Itaqui | Sistema viário, energia elétrica, água e telefone | 160,45 ha. | 65% |
| J4 | Área Itaqui – Bacanga, vizinha do Módulo H | Sistema viário, energia elétrica | 852,96 ha. | 20% |
| L | Margem esquerda BR-135, km 14, sentido São Luís – Teresina | Energia (13,8 kva), telefone, acesso rodoviário (BR-135) e água (poço artesiano) | 138,30 ha. | 70% |

Fonte: Carvalho, 2008, p. 22.

Anexo III: Mapa de zoneamento urbano e rural do município de São Luís



Fonte: Diferencial Energia Empreendimentos e Participação Ltda, 2008.